



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA  
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

**RAIMUNDO NONATO JÚNIOR**

**RELAÇÕES AMBIENTAIS BRASIL-FRANÇA:  
DAS CONCEPÇÕES DE SUSTENTABILIDADE ÀS EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Fortaleza

2014

**RAIMUNDO NONATO JÚNIOR**

**RELAÇÕES AMBIENTAIS BRASIL-FRANÇA:  
DAS CONCEPÇÕES DE SUSTENTABILIDADE ÀS EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, da Universidade Federal do Ceará (UFC), como requisito para obtenção do título de doutor em Educação, área de concentração: Educação Ambiental.

Orientadora: Profa. Dra. Kelma Socorro Lopes de Matos

Fortaleza

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca de Ciências Humanas

- 
- N737r Nonato Junior, Raimundo.  
Relações ambientais Brasil-França : das concepções de sustentabilidade às experiências de educação ambiental / Raimundo Nonato Júnior. – 2014.  
186 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2014.  
Área de Concentração: Movimentos sociais, educação popular e escola.  
Orientação: Kelma Socorro Lopes de Matos.
1. Educação ambiental - Brasil. 2. Educação ambiental – França. 3. Sustentabilidade – Brasil.  
4. Sustentabilidade – Brasil. 5. Sustentabilidade – França. I. Título.

**RAIMUNDO NONATO JÚNIOR**

**RELAÇÕES AMBIENTAIS BRASIL-FRANÇA:  
DAS CONCEPÇÕES DE SUSTENTABILIDADE ÀS EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, da Universidade Federal do Ceará (UFC), como requisito para obtenção do título de doutor em Educação, área de concentração: Educação Ambiental.

Aprovada em 03/06/2014

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Kelma Socorro Lopes de Matos (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. João Batista de Albuquerque Figueiredo  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dra. Maria Auxiliadora Gadelha da Cruz  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IF-CE)

---

Prof. Dra. Francisca Rosaline Leite Mota  
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Aos meus pais Mundinho e Hozana, pelo suporte humano,  
o amor, a escuta, a oração, a torcida e a utopia  
partilhados nesta caminhada labiríntica do doutorado.

## AGRADECIMENTOS

À minha família pelo apoio poético e poiético nesses quatro anos

À CAPES – Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

À professora Dra. Kelma Matos, orientadora, pelo acompanhamento e orientação nos muitos percursos trilhados no labirinto desta tese

A todos os habitantes da fronteira franco-brasileira do Oiapoque, em especial aqueles que contribuíram diretamente nas entrevistas, nos diálogos e grupos de pesquisa;

A todos os colegas dos intercâmbios doutorais realizados na *Université Sorbonne Paris Cité*, na França e *Indiana University*, nos Estados Unidos pelos aprendizados e partilhas

Aos amigos do Instituto de Altos Estudos da América Latina e do Instituto das Américas

À Edimara Fagundes e Grazielly Albuquerque pela acolhida, escuta e torcida neste processo

À Rosileide de Maria Silva Soares que simboliza as melhores lembranças e vivências na FACED/UFC

À Isabel Ciasca, admirável profissional da Educação

Aos membros da banca examinadora pela disponibilidade para participar e contribuir com este momento

A todas as forças e energias que corroboraram para a conclusão deste trabalho

A mim, pela convicção de manter-me de pé diante de fortes tempestades

“Espero que chova, me deu vontade de um mundo colorido”.

(Lispector)

## RESUMO

A presente tese relata os processos e resultados da pesquisa “Relações Ambientais Brasil-França: concepções de sustentabilidade e Educação Ambiental”, realizada na fronteira franco-brasileira do Oiapoque. Os conceitos e experiências de sustentabilidade nesta região são polifônicos, envolvendo diversos agentes políticos internacionais, atores locais e grupos da sociedade civil. Diante deste contexto, a análise das concepções locais revela-se desafiadora e inovadora, apontando para os processos de aprendizagem e construção de saberes no interior das relações socioambientais. Assim, realizamos pesquisa de campo intermediada por entrevistas qualitativas, observações e intervenções participantes nos anos de 2012 e 2013 em ambos os lados da fronteira, construindo junto com a comunidade local indícios sobre os conceitos e experiências de sustentabilidade naquela região. Os principais resultados apontam para a Educação Ambiental como estratégia articuladora entre teoria e prática ambiental, manifestada em diferentes modalidades de aprendizagem informais, não-formais e formais. Temas como justiça social, igualdade fronteiriça, condições socioeconômicas e conservação natural se combinam no mosaico de categorias analíticas representativas das experiências humano-ambientais. Os conceitos de “ambiente” e “sustentabilidade” revelam-se epistemologicamente complexos, interdisciplinares e mediados pelas dimensões sociais, culturais e geopolíticas do contexto amazônico e transfronteiriço entre Brasil e França.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Educação Ambiental, Relações Brasil-França.



## **ABSTRACT**

This thesis reports some process and results of the study "Environmental relations between Brazil and France: conceptions of sustainability and environmental education". It was held in the Franco-Brazilian boundary of Oyapock. The concepts and experiences about sustainability in this region are polyphonic, involving many international political scales, local actors and civil groups. Face of this context, the analysis of local perspectives is challenging and innovative. It shows local knowledge as an alternative to understand the socio-environmental relations. Thus, a field research was applied by qualitative interviews, participant observations and interventions during the years 2012 and 2013. It was conducted on both sides of the frontier by the analysis of concepts and experiences about sustainability in the local communities from that region. The main results show that environmental education is the principal strategy to articulate environmental theory and practice. It is manifested in different modalities of informal, non-formal and formal education. Themes such as social justice, equality of transboundary rights, socioeconomic conditions and natural conservation compose the analytical categories about human-environmental experiences. In summary, the concepts of "environment" and "sustainability" are epistemologically complex in field. They are interdisciplinary and mediated by the social, cultural and geopolitical dimensions of the Amazonia region and the transboundary relations between Brazil and France.

Key-words: Sustainability, Environmental Education, Franco-Brazilian relations.

## RÉSUMÉ

Cette thèse expose le processus et les résultats de l'étude « Relations environnementales Brésil-France: les conceptions sur la durabilité et l'éducation environnementale » qui s'est déroulé dans la frontière franco-brésilienne de l'Oyapock. Dans cette région, les concepts et les expériences sur la durabilité sont polyphoniques, car ils sont liés à de nombreux acteurs politiques internationaux et locaux, aussi bien qu'aux groupes de la société civile. Dans ce contexte, l'analyse des conceptions locales s'avère difficile et innovante, en mettant l'accent sur le processus d'apprentissage et la construction de savoirs qui forment les relations environnementales. Ainsi, nous avons effectué des recherches sur le terrain avec des entretiens qualitatifs, observations et interventions participantes dans les années 2012 et 2013. Les données ont été également produites des deux côtés de la frontière, où nous avons interrogé la communauté locale sur les concepts et les expériences de développement durable. Les principaux résultats indiquent que l'éducation environnementale est la stratégie qui relie les théories et les pratiques sur l'environnement. Elle se manifeste sous différentes formes d'apprentissage informel, non formel et formel. Des thèmes tels que la justice sociale, l'égalité transfrontalière, les conditions socio-économiques et la conservation de la nature sont regroupés dans les catégories analytiques principales qui exposent les expériences humaines sur l'environnement. Les concepts de l'« environnement » et « durabilité » possèdent des épistémologies complexes et interdisciplinaires, mobilisés par les dimensions sociales, culturelles et géopolitiques du contexte de la frontière amazonienne entre le Brésil et la France.

Mots-clés : Durabilité, Éducation Environnementale, Relations Brésil-France.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	Página
Figura 01 – Star Model	040
Figura 02 - Grandes datas da sustentabilidade	057
Figura 03 – Temas recorrentes das relações Brasil-França	066
Figura 04 – Papel estratégico da França Antártica	085

## LISTA DE MAPAS

	Página
Mapa 01 – A região fronteira Brasil-França	023
Mapa 02 - Pontos GPS e trajetos no campo de pesquisa	049
Mapa 03 – Invasões no Rio de Janeiro	090
Mapa 04 – Linhas do contestado franco-brasileiro	094
Mapa 05 – Comunidades indígenas nas margens da BR156, trecho Oiapoque	107
Mapa 06 – Imagem de Satélite (acessos rodoviários em construção)	131
Mapa 07 – Planta do campus “Center-Bio”	161

## LISTA DE QUADROS

	Página
Quadro 01 – Analogia entre redes ambientais e sistemas vivos	036
Quadro 02 – Categorias analíticas, documento de <i>Tblissi</i>	061
Quadro 03 – Análise temática do Congresso de Moscou	064
Quadro 04 – As pressões internacionais e suas consequências à colônia portuguesa no Brasil	082
Quadro 05 – Condições de vida e preservação ambiental	119
Quadro 06 – Categorias da Educação Ambiental (EA) na articulação teoria-prática	151

## LISTA DE IMAGENS

	Página
Imagem 01 – Fronteira	Capa
Imagem 02 – BR 156, trecho Macapá-Amapá	105
Imagens 03, 04, 05 e 06 - BR 156, trecho Amapá-Oiapoque	106
Imagem 07 – “Aqui começa o Brasil” (Oiapoque)	108
Imagem 08 – “Aqui começa o Brasil” (Oiapoque-Clevelândia)	108
Imagens 09 e 10 – O rio Oiapoque, fronteira líquida entre Brasil e França	109
Imagens 11 e 12 – Percorrendo os caminhos da fronteira	110
Imagens 13, 14 e 15 – Contato com os habitantes locais	111
Imagens 16 e 17 – Forças de segurança na fronteira	122
Imagens 18 e 19 – Esgotos no rio Oiapoque	122
Imagens 20 e 21 – Resíduos sólidos	123
Imagens 22 e 23 – Funcionamentos das cidades à beira-rio	123
Imagens 24 e 25 – Oiapoque: precariedade urbana da orla	124
Imagem 26 - Ponte binacional sobre rio Oiapoque	132
Imagens 27 e 28 - Transporte fluvial: “catraias”	144
Imagens 29, 30, 31 e 32 – Instituições educacionais na fronteira	151
Imagem 33 – Material de Educação Ambiental no Amapá	153
Imagem 34 – Educação eco-responsável	154
Imagem 35 - Secretaria do meio-ambiente	155
Imagem 36 – Entrevista com secretário do meio-ambiente	155

## LISTA DE SIGLAS, ACRÔNIMOS E ABREVIATURAS

ADAP - Agência de Desenvolvimento do Amapá

AI – Análise Institucional

BR156 – Rodovia Federal 156, ligação rodoviária sentido sul-norte no estado do Amapá

CAPES/COFECUB – Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/ Comité Français d'Éducation et Coopération Universitaire avec le Brésil [Comitê Francês de Educação e Cooperação Universitária com o Brasil]

CFBBA - Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica

CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa e desenvolvimento tecnológico

CNRS – Centre National de la Recherche Scientifique [Centro nacional de pesquisa científica na França]

DUMARAZ2 – Projet déterminants du développement durable en Amazonie [Projeto indicadores do desenvolvimento sustentável na Amazônia].

CCEG – Communauté des Communes du l'Est Guyanais [Comunidade de municípios do leste guianense]

CCFA - Centro-Cultural Franco-Amapaense

CENDOTEC – Centro Franco-Brasileiro de Documentação técnica e científica

DAAF – Direction de l'alimentation, de l'agriculture et de la forêt [Direção de alimentação, da agricultura e da floresta].

EA – Educação Ambiental

EP – Educação Popular

GIS – Geographic Informations System [Sistema de Informações Geográficas]

GPS – Global Position System [Sistema Global de Posicionamento]

HRI – História das Relações Internacionais

IAD – Framework Institutional Analysis and Development [Quadro teórico-metodológico Análise Institucional e Desenvolvimento]

IBCT - Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia

IBRI/UnB – Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/ Universidade de Brasília

IDEM – IS DEM [O mesmo]

INFRAERO – Empresa Brasileira de Infra-Estutura Aeroportuária

IPR – Insitut Pierre Renouvin [Instituto Pierre Renouvin]

IU – Indiana University [Universidade de Indiana]

LANDSAT – Land Remote Sensing Satellite [Satélite de Sensoriamento Remoto da Terra]

MMA – Ministério do Meio-Ambiente

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MS – Movimentos Sociais

NMS – Novos Movimentos Sociais

N2 – Rodovia Nacional N2 na região-departamento da Guiana Francesa

OEMA(s) – Organização (ões) Estadual (is) de Meio-Ambiente

OHM – Observatoire Hommes-Millieux de l’Oyapock [Observatório Homem-Meio do Oiapoque]

OIA – Oiapoque [versão em português do nome do rio transfronteiriço Brasil-França]

OYA – Oyapock [versão em francês do nome do rio transfronteiriço Brasil-França]

ONG/ONG (s) – Organização (ões) não-governamental (is)

ONU – Organização das Nações Unidas [UN – United Nations]

OSCIP/OSCIP(s) – Organização (ões) da Sociedade Civil de Interesse Público/  
Organização (ões) Social (is) de Interesse Público



PAF – Police aux frontières [Polícia de Fronteira Francesa]

PAG – Parc Amazonien de Guyane [Parque amazônico da Guiana Francesa]

PMEA/OI – Programa Municipal de Educação Ambiental do Oiapoque

PNCO - Parque Nacional do Cabo Orange

PNMT – Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque

P.O. AMAZONIE - Programme Opérationnel Amazonie [Programa Operacional Amazônia]

P.R.E.S SORBONNE – Pôle de Recherche et d'Enseignement Supérieur Sorbonne Paris Cité [Centro de pesquisa e ensino superior do grupo Sorbonne Paris Cité].

RIO 92 - Conferência das Nações Unidas para o Meio-Ambiente, no Rio de Janeiro, ano de 1992.

RIO +20 - Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, no Rio de Janeiro, ano de 2012.

RURAP - Instituto de desenvolvimento rural do Amapá

SEMA/OI – Secretaria de Meio-Ambiente do Oiapoque

SGO – Saint-Georges de l’Oyapock, ville [São-Jorge do Oiapoque, a cidade]

UAG – Université des Antilles et de la Guyane [Universidade das Antilhas e da Guiana Francesa]

UFC – Universidade Federal do Ceará

UE – União Européia [EU – European Union]

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UNIFAP – Universidade Federal do Amapá

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USA – United States of América [Estados Unidos da América]

USGS – United States Geological Survey [Pesquisa Geológica dos Estados Unidos]

USP – Universidade de São Paulo

WCS – World Conservation Strategy [Estatégia Mundial de Conservação]

## SUMÁRIO

<b>1 SUSTENTABILIDADE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA INTRODUÇÃO AOS CAMINHOS E FUNDAMENTOS DA PESQUISA</b>	<b>021</b>
<b>1.1 A fronteira franco-brasileira: sustentabilidade e educação ambiental como desafios</b>	<b>022</b>
<b>1.2 Implicações do pesquisador e relevância do campo de estudo</b>	<b>027</b>
<b>1.3 Sustentabilidade e Educação Ambiental: conceitos para trilhar novos caminhos</b>	<b>029</b>
<b>1.4 Perspectivas interdisciplinares para pensar a sustentabilidade</b>	<b>038</b>
<b>1.5. Procedimentos e etapas metodológicas da pesquisa</b>	<b>042</b>
<i>1.5.1 Pressupostos metodológicos para a análise histórica</i>	<i>044</i>
<i>1.5.2 Pesquisa de campo: procedimentos, etapas e análises</i>	<i>047</i>
<b>1.6 A sustentabilidade como possibilidade: trilhas a percorrer</b>	<b>052</b>
<b>2 REFLEXÕES TRANSVERSAIS ENTRE AS HISTÓRIAS DA SUSTENTABILIDADE, A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS RELAÇÕES BRASIL-FRANÇA</b>	<b>056</b>
<b>2.1 O cenário internacional e o debate em torno da Sustentabilidade e da Educação Ambiental</b>	<b>057</b>
<b>2.2 A sustentabilidade no contexto contemporâneo das relações Brasil-França</b>	<b>066</b>
<b>2.3 A sustentabilidade na fronteira franco-brasileira do Oiapoque</b>	<b>075</b>
<b>2.4 História das relações Brasil-França: primórdios das questões ambientais e bilaterais</b>	<b>079</b>
<i>2.4.1 Da observação às alianças indígenas: pré-história ambiental franco-brasileira</i>	<i>080</i>
<i>2.4.2 Da Antártica ao Equador: territórios franco-brasileiros dos séculos XVI e</i>	

<b>XVII</b>	<b>084</b>
<b>2.4.3 Ambiente e iluminismo entre os séculos XVIII e XIX</b>	<b>089</b>
<b>2.4.4 Do centro à periferia: deslocamentos territoriais nos séculos XIX e XX</b>	<b>092</b>
<b>2.5 Diálogos transversais: a questão ambiental e as relações Brasil-França</b>	<b>097</b>
<b>3 DO CONTEXTO LOCAL ÀS CONCEPÇÕES DE SUSTENTABILIDADE: MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS</b>	<b>103</b>
<b>3.1 Fronteira do Oiapoque: muitas trilhas para pensar a sustentabilidade</b>	<b>103</b>
<b>3.2 A sustentabilidade no campo de pesquisa: concepções polifônicas</b>	<b>112</b>
<b>3.2.1 Sustentabilidade e políticas públicas</b>	<b>114</b>
<b>3.2.2 Conciliação entre condições de vida e meio-ambiente: qual sustentabilidade?</b>	<b>118</b>
<b>3.2.3 Sustentabilidade e justiça social: contra-discursos à hierarquização fronteiriça</b>	<b>126</b>
<b>4 DAS CONCEPÇÕES DE SUSTENTABILIDADE ÀS EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: QUAIS DIÁLOGOS?</b>	<b>135</b>
<b>4.1 Educação ambiental em contextos informais: novas leituras das interações humano-ambientais</b>	<b>136</b>
<b>4.2 Educação ambiental em práticas educacionais não-formais: o papel pedagógico dos movimentos populares e da organização da sociedade civil</b>	<b>141</b>
<b>4.3 Educação Ambiental e Escolas: experiências na educação formal dos dois lados da fronteira</b>	<b>149</b>
<b>4.4 O Futuro enquanto categoria transversal entre as experiências de EA e as concepções de Sustentabilidade</b>	<b>163</b>

**5 CONCLUSÕES** **166**

**REFERÊNCIAS** **171**

# 1 SUSTENTABILIDADE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA INTRODUÇÃO AOS CAMINHOS E FUNDAMENTOS DA PESQUISA

Neste capítulo temos por objetivo discutir o contexto e conceitos centrais desse trabalho: sustentabilidade e educação ambiental, que compõem nosso objeto de estudo, evidenciando quais as perspectivas teórico-metodológicas e de campo que estão na base de nossa investigação.

Apresentaremos, para tanto, fundamentos de Sustentabilidade e Educação Ambiental, como já anunciado, e adiantamos para o leitor que concebemos tais conceitos a partir de perspectivas críticas, políticas e formadoras das relações humano-ambientais, conforme indicado nas pesquisas de Matos (2013, 2012, 2011), Carvalho (2008) e Leff (2009). Assim, ensejamos abrir um espaço para pensar a sustentabilidade e a educação ambiental a partir de linhas teóricas que valorizam a dimensão local e os saberes populares sobre o meio-ambiente.

É também importante que esclareçamos *à priori* dois outros conceitos presentes no título deste trabalho: “Relação” e “Ambiente”. O primeiro termo é utilizado ao longo de todo o texto para designar experiências entre Brasil e França, não fazendo nenhuma referência à harmonização ou romantização de tais contatos. Assim, a ideia de “relação” expressa uma vasta gama de atravessamentos, encontros, desencontros e mediações travadas entre os dois países, podendo indicar: conflito, troca, negociação, discordância, mediação, rede de contato ou de embate ou de cooperação política, econômica, social e cultural entre ambas nações (RENOUVIN, 1994; DUROSELLES, 1991).

O conceito de “Ambiente”, por sua vez, é compreendido a partir das amplas redes de diálogo “humano-natureza”, tomando-se o primeiro termo deste binômio integrado ao segundo. Assim, o “ambiental” é por excelência “humano-ambiental”, sendo pensado nas diversas experiências da sociedade civil, dos movimentos populares, da política e da cultura; em constante construção e transformação por diferentes atores locais, escalas políticas e instituições mediadoras. Trata-se então de um conceito produzido no cotidiano, na convivência, na troca de experiências sobre aprendizagens e saberes humano-ambientais (MORAES, 2005; MATOS, 2013, 2011; LEFF, 2009, 2011).

Imbuídos de tais perspectivas, discutiremos neste capítulo elementos problematizadores da realidade estudada, apresentando o perfil desafiador do campo de pesquisa, os métodos e as metodologias empregados no decorrer de nossa caminhada investigativa, bem como os fundamentos teóricos ligados à indissociável dinâmica teoria-campo.

### **1.1 A fronteira franco-brasileira: Sustentabilidade e Educação Ambiental como desafios**

A região que aqui denominamos de fronteira<sup>1</sup> franco-brasileira é aquela localizada no extremo norte do Brasil, onde fica a linha fronteira que divide o estado brasileiro do Amapá com a Guiana Francesa. Ao longo dessa linha fronteira, há apenas um espaço de ocupação humana densa, em que estão as cidades de Oiapoque (Brasil) e Saint-Georges de l'Oyapock (Guiana), localizadas uma de frente para a outra, e separadas apenas pelo rio Oiapoque. A maior parte do restante dessa zona fronteira está ocupada por áreas de preservação da floresta amazônica (como parques nacionais e estaduais), territórios indígenas e áreas militares.

Assim, o espaço de contato entre as cidades Oiapoque/Saint-Georges é o local mais pujante do contato social entre a fronteira brasileira e a francesa, por isso, denominado pelos estudiosos dessa região de “Fronteira Brasil-França” ou “Fronteira franco-brasileira” (THÉRY, 2011; SILVA, 2013; BOUDOUX D’HAUTEFEUILLE, 2012).

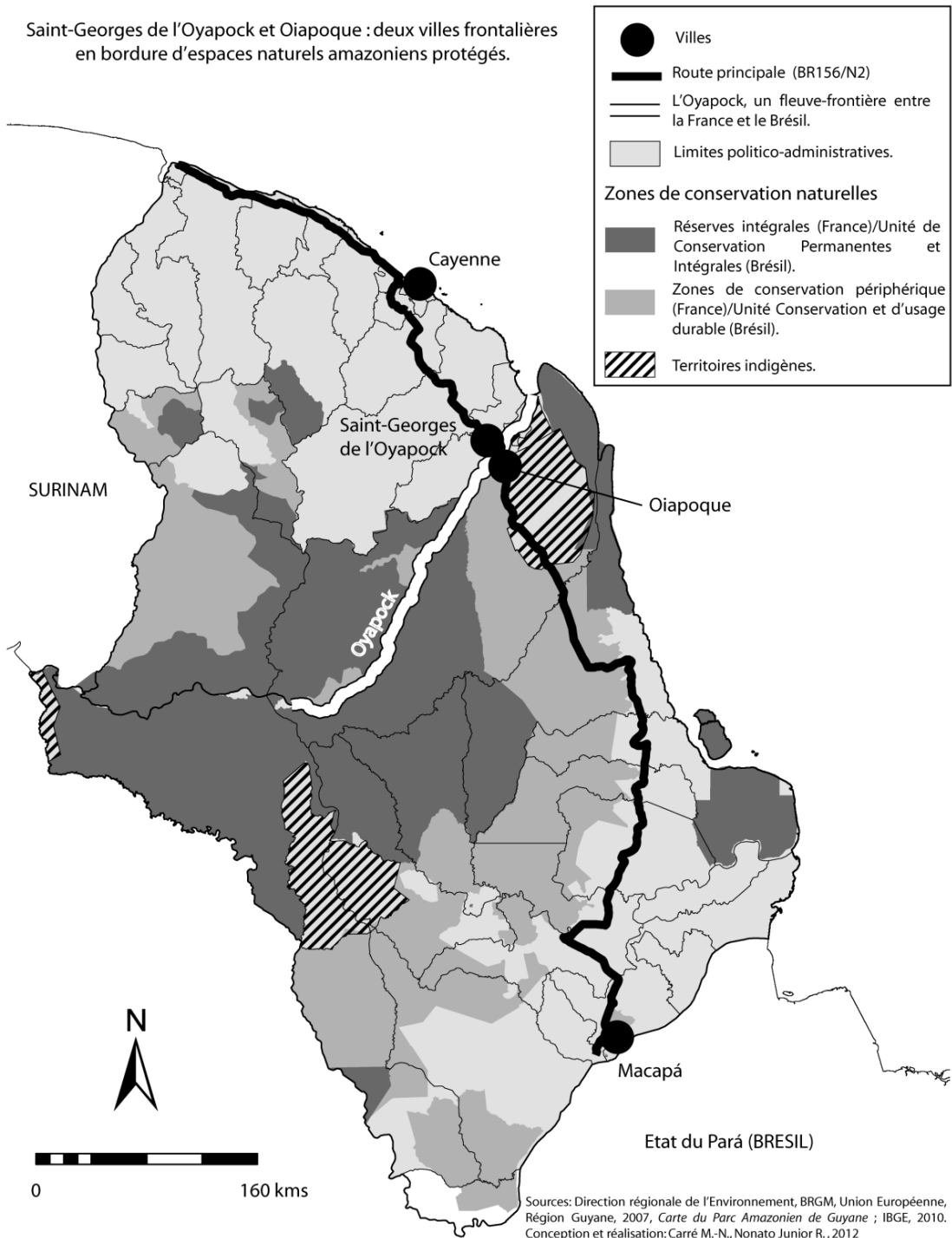
As cidades de Oiapoque e Saint-Georges têm territórios municipais de grande extensão, embora os centros urbanos onde há habitação sejam pequenos, com cerca de 20 mil habitantes, do lado brasileiro, e 8 mil, do lado francês. No restante do território dos municípios, existem grandes áreas de preservação ambiental permanente, conforme pode ser observado no mapa a seguir:

---

<sup>1</sup> Ao empregar a palavra fronteira não nos referimos a limites, mas aos amplos processos socioculturais que envolvem um fronteira conceituada como *boundary* e as diversas questões políticas em torno das fronteiras concebidas como *border*. Ver debate sobre fronteiras e limites em Machado (1998, 2010).

## Mapa 01 – Região fronteira Brasil-França

Saint-Georges de l'Oyapock et Oiapoque : deux villes frontalières en bordure d'espaces naturels amazoniens protégés.



Fonte: NONATO JÚNIOR; CARRÉ (2012)



Dentre as principais zonas de preservação estão o Parque Nacional do Cabo Orange (PNCO) e o Parque Nacional Montanhas do *Tumucumaque* (PNMT). A exceção fica, então, por conta da pequena faixa habitada, onde se localizam as cidades de Oiapoque e Saint-Georges, que marca o encontro das sociedades que habitam as duas margens do rio <sup>2</sup>. No interstício, diversos territórios indígenas de diferentes etnias (*Uaçá, Galibi, Palikur*), parques estaduais e zonas de uso sustentável também compõem o mosaico das áreas de preservação. Do lado francês, a área ocupada pelo município de *Saint-Georges* inicia na foz do rio Oiapoque e segue seu curso até o interior, onde se limita ao sul com o PNMT e o Parque amazônico da Guiana (PAG).

Assim, a grande zona verde inabitada dos dois lados do rio Oiapoque se configura como uma zona “tampão”<sup>3</sup>, ou seja, uma fronteira onde não há significativa circulação de pessoas ou trocas sociais.

Além das cidades dessa fronteira estarem situadas em pleno contexto amazônico, enfrentam histórica problemática de desenvolvimento social<sup>4</sup>, ocasionada tanto pelo isolamento geográfico da região quanto pelo descaso político, conforme apontam os estudos de Silva e Rückert (2009) e Granger (2008). Esses autores ressaltam que, devido ao fato dessas cidades constituírem uma área de habitação em condições sociais precárias, em meio a uma zona repleta de áreas de proteção ambiental, têm mobilizado a sociedade civil, os governos da França e do Brasil e as organizações do terceiro setor, a propor diversas iniciativas locais engajadas com o conceito de sustentabilidade. A esse contexto, soma-se o fato da fronteira se situar em uma das regiões de maior preservação da Amazônia, situação que atribui máxima importância às questões ambientais.

Os estudos de Théry (2011) e de Grenand (2012) também mostram que a tensão entre conservação ambiental e desenvolvimento social está no coração das problemáticas da região do Oiapoque, tendo em vista que as duas cidades têm grande assimetria de desenvolvimento em relação aos seus estados nacionais. Daí a relevância que assume a sustentabilidade nesse contexto.

---

<sup>2</sup> Há outros pequenos vilarejos habitados ao longo do rio, sobretudo em seu leito meridional, destacando-se as vilas indígenas de *Camopi* e *Trois-Sauts* (Guiana) e os vilarejos caboclos de *Vila Brasil* e *Ilha Bela* (Amapá).

<sup>3</sup> Definição baseada no estatuto das faixas de fronteira (BRASIL, 2002).

<sup>4</sup> Considerando os parâmetros do IDH (Educação, moradia, saúde, alimentação, expectativa de vida, segurança etc).

A presença desse conceito é muito frequente no cotidiano das pessoas, nas atividades das escolas, nos projetos urbanos e nos movimentos sociais locais. Há, então, uma polifonia muito rica de conceitos e perspectivas da sustentabilidade, conforme apontamos em estudo preliminar realizado nessa região (NONATO JÚNIOR; MATOS; LE TOURNEAU, 2013).

Essa diversidade de perspectivas conceituais torna a fronteira franco-brasileira um *locus* fértil para a discussão dos conceitos de sustentabilidade e, por isso, um campo de pesquisa privilegiado para a realização de nosso trabalho de tese. Todavia, é necessário ressaltar que o conceito de sustentabilidade não se apresenta de maneira harmônica, nem unívoca na fronteira. Ele é resultado da ação de diferentes agentes políticos, como, por exemplo, as políticas nacionais<sup>5</sup> que implementam ações utilizando-se desse conceito de maneira diferenciada daquilo que ele pode representar para projetos mais engajados voltados às populações locais e os movimentos sociais.

O conceito de “sustentabilidade” é utilizado em diferentes escalas da sociedade no Brasil e na França. Todavia, a diversidade de concepções esconde diferentes interpretações e percepções, desde a esfera das macroinstituições políticas até as microexperiências da sociedade civil (BURSZTYN, 2008, 2010).

Muitos são os conceitos associados ao tema “sustentabilidade”, nas mais diferentes instâncias políticas e sociais, tais como: negociações internacionais, políticas governamentais, grupos militantes do meio-ambiente, empresas, redes de informação, espaços científicos e experiências microsociais, como as comunitárias. Trata-se, então, de um conceito que pode remeter o leitor a múltiplas interpretações e que aponta desde perspectivas complementares até caminhos divergentes. Por isso, propusemo-nos ao desafio de analisar a realidade a partir de uma dessas perspectivas: as concepções de sustentabilidade na sociedade civil local.

Le Tourneau *et* Droulers (2010) alertam exatamente para esse desafio, destacando que os conceitos de sustentabilidade que podem ser observados nas populações locais da Amazônia não são, necessariamente, os mesmos que aqueles

---

<sup>5</sup> *Stratégie de Développement Durable Française* (SDD/INSEE, 2010), Políticas Nacionais de Indicadores do Sustentável no Brasil (IDS/IBGE, 2010) e regionais: *Stratégie de Développement Durable de la Guyane* (SDD-Guyane, 2010) e Agência de Desenvolvimento do Amapá (ADAP, 2011). As preocupações apontadas nessas políticas são, primordialmente, os de cunho internacional sobre os índices de desenvolvimento humano (IDH) e a conservação da natureza (controle do desmatamento, da poluição).

propagados pelos discursos oficiais e, por isso, é necessário estarmos atentos à escuta da população para compreendermos a polifonia de significados que se revelam nas práticas cotidianas e na articulação dos movimentos populares.

Assim, no contexto da fronteira franco-brasileira, os sujeitos têm suas vidas atravessadas por iniciativas baseadas no conceito de sustentabilidade, entretanto muito pouco se conhece sobre as concepções dos habitantes dessas localidades acerca desse conceito. As pesquisas de Greissing et Nazuti (2010) demonstram que os conceitos de sustentabilidade para as populações amazônicas isoladas, como no caso da fronteira franco-brasileira, podem revelar perspectivas inovadoras e críticas sobre as experiências humano-ambientais. Portanto, é necessário romper o silêncio e sair da uniformidade dos conceitos oficiais.

Chauí (2002) ressalta que um dos mais importantes papéis de uma pesquisa científica é exatamente o de romper com esses silêncios epistemológicos, ou seja, romper com o silêncio acerca dos conhecimentos que não estão suficientemente representados ou legitimados no cenário oficial das ideias políticas, escutando os sujeitos que podem trazer novas experiências que questionem os conhecimentos estabelecidos. Portanto, a autora aponta a necessidade de se fazer uma crítica à realidade e *fazer falar o silêncio*.

É exatamente nesse sentido que identificamos a sustentabilidade como um conceito-desafio a ser debatido junto com as populações locais da fronteira franco-brasileira, pois, ao mesmo tempo em que está amplamente posto nas instituições e organizações sociais, pouco se sabe sobre seus múltiplos significados na vida dos habitantes da região.

Assim, concordamos com Chauí (1990, 2002) quando refere que fazer falar esse silêncio significa abrir um debate sobre o processo de democratização, criticidade e politização das sociedades envolvidas e que é preciso “investigar a possibilidade de outra realidade no interior da existente, buscando romper a ordem ‘determinada’ do mundo” (CHAUI, 1990, p. 02).

Nessa perspectiva, a demanda para compreendermos bem mais as concepções de sustentabilidade na escala local da fronteira do Oiapoque apresenta-se como um desafio fundamental para o avanço das discussões socioambientais na fronteira franco-

brasileira, onde é latente a necessidade de identificar e explicitar estratégias transformadoras da realidade a partir dos discursos locais.

É exatamente nessa perspectiva que um segundo conceito se revela potente no contexto da fronteira do Oiapoque: o de educação ambiental. A maior parte dos projetos locais que abordam as questões da sustentabilidade numa perspectiva crítica estão ligados a iniciativas educacionais locais ou à articulação dos movimentos populares (organizações de bairro, profissionais, gênero). Esses movimentos exercem um papel pedagógico importante sobre as questões da sustentabilidade, e levantam indagações sobre democracia, ética e política ambiental.

Logo, o conceito de educação ambiental mostra-se potente tanto nas iniciativas escolares quanto na educação não-formal, mediado pelos grupos da sociedade civil local. Por isso, compreender como o conceito de Educação Ambiental está presente nas mediações sobre a sustentabilidade local significa também “fazer falar” uma dimensão importante do debate ambiental, ligada ao papel pedagógico exercido pela organização da sociedade civil.

Diante desse cenário de desafios socioambientais, na fronteira franco-brasileira, questionamos: Quais são os significados dos conceitos de sustentabilidade na vida e no discurso dos sujeitos da fronteira franco-brasileira? Em que perspectiva as experiências de “educação ambiental” nessa fronteira atuam como articuladoras dos conceitos e das práticas de sustentabilidade? Assim, os conceitos de sustentabilidade e de educação ambiental se apresentam como desafios para se pensar junto à realidade da fronteira franco-brasileira a partir de novas perspectivas.

Em busca de elementos para as perguntas levantadas, enveredamos, ao longo deste capítulo, pelas trilhas das motivações pessoais, teóricas e metodológicas que guiaram nossa investigação.

## **1.2 Implicações do pesquisador e relevância do campo de estudo**

O contexto da fronteira do Oiapoque tem diversos laços com nossa construção histórica. Mesmo sendo um campo de pesquisa em que trabalhamos pela primeira vez,

os fundamentos conceituais e históricos desse local – bem como da temática de investigação que lá desenvolvemos – traçam muitas linhas com nossa história.

Nossa implicação com o tema se apresenta, sobretudo, ligada a duas questões centrais da tese: 1) a sustentabilidade e sua relação com a Educação e 2) as relações entre a França e o Brasil na área ambiental.

Devido à condição biográfica que atravessa a dissertativa deste tópico, será utilizada, excepcionalmente, a primeira pessoa do singular.

Desde a infância e a adolescência, vividas no Sertão do Ceará, fui instigado pela desafiadora conciliação entre educação e meio-ambiente, trabalhando na agricultura com meu pai, e acompanhando o trabalho docente realizado por minha mãe. Quando ingressei na graduação em Geografia, no ano de 2000, esse interesse concentrou minhas atividades de pesquisa universitária e de intervenção social. Tal motivação levou-me a realizar, durante o Curso de Graduação, uma pesquisa sobre a relação dos habitantes ribeirinhos da Barra do Ceará – bairro popular de Fortaleza – com seu espaço, seus conceitos, sonhos e estratégias, diante daquele ambiente que misturava rio, mar, morro, avenida e favela, belezas naturais e desafios sociais.

Posteriormente, em pesquisa de Mestrado realizada na UFC (2006), estendi essa relação de diálogo entre ser humano e ambiente para um estudo com “Povos do Mar”, na comunidade litorânea de *Tatajuba*, exuberante espaço de belezas naturais do Litoral Noroeste do Ceará. Nessa investigação, os habitantes locais revelaram um pouco de sua relação com o mar e seus conceitos perante o cotidiano com o ambiente marinho e social. Tais conceitos foram produzidos através de intervenção sociopoética<sup>6</sup>, evocando dimensões da criatividade, da espiritualidade, da inventividade e do diálogo afetivo-cognitivo entre ser humano e natureza. Depois de concluído o Mestrado, venho desenvolvendo atividades docentes no ensino superior que se baseiam no diálogo com os paradigmas abertos das redes sociais e da gestão do conhecimento entre diferentes sujeitos, grupos e nações. Nessa perspectiva, passei a acompanhar, com afinco, as relações entre o Brasil e a França na atualidade (relações que havia estudado antes em

---

<sup>6</sup> Sociopoética é um método de pesquisa e intervenção que surgiu nas pesquisas de Jacques Gauthier (1999), na Nova Caledônia/Kanaky, e se desenvolveu no contexto brasileiro, sobretudo, a partir dos estudos de Petit (2002). Trata-se de um método de produção de conceitos e de valorização da Filosofia Popular que evoca a criatividade, a memória, a imaginação, a inventividade, enfim, tudo o que se chama de poética – do grego “poiein”, criar.

minha pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia, na qual estudei a influência de teóricos franceses na geografia brasileira e nas formações de língua e cultura francesas, bem como nas experiências de monitoria, docência e tradução desse idioma).

Nos últimos cinco anos, conheci o campo de pesquisa do Oiapoque, onde tive a oportunidade de estabelecer contato com dois projetos franco-brasileiros sobre sustentabilidade naquela região<sup>7</sup>. Assim, observei que o entrelaçamento entre as temáticas da sustentabilidade e das relações França-Brasil se apresentavam como um fértil cenário para uma discussão interdisciplinar no campo de pesquisa. A possibilidade de tal análise levou-me a buscar informações aprofundadas sobre esse espaço e a perceber que nele seria frutífero e inovador um debate sobre sustentabilidade e educação ambiental, o que nos levou a escolhê-lo como *locus* de análise para a tese.

O debate sobre a sustentabilidade, na região do Oiapoque, pode ser considerado um elemento para a melhoria de uma das principais questões sociais: o desafio da interação humano-ambiental. Nessa perspectiva, acredito que o debate proposto soma-se às demandas globais e locais, ampliando a compreensão sobre as redes de conhecimento ambiental e enriquecendo o debate contemporâneo que trata dos movimentos por uma ciência aberta às demandas micropolíticas e às experiências dos sujeitos (FOUCAULT, 1990).

### **1.3 Sustentabilidade e Educação Ambiental: conceitos para trilhar novos caminhos**

A importância da sustentabilidade e da educação ambiental em nossa pesquisa é tanto empírica quanto teórica. Por isso, precisamos pensar as nuances desses conceitos e as relações que exercem entre pensamento e ação.

Ao empregar o termo sustentabilidade, estamos designando a área de conhecimento em que os estudos científicos podem analisar criticamente experiências, diálogos, interações, contradições e desafios das relações humano-ambientais<sup>8</sup>. Assim,

---

<sup>7</sup> Projeto de indicadores da Sustentabilidade na Amazônia (DURAMAZ), Le Tourneau et Droulers (2010) e gestão de resíduos e sustentabilidade na fronteira do Oiapoque. Nossa participação se deu no sentido de composição das equipes, dialogando com as mesmas e aplicando os protocolos dos programas.

<sup>8</sup> Natureza entendida em sua amplitude conceitual, composta das dimensões físicas, sociais, culturais e políticas (SANTOS, 2010).

concebemos a Sustentabilidade como uma janela para a discussão epistemológica das problemáticas, políticas, experiências e desafios socioambientais contemporâneos (LEFF, 2001, 2011; MATOS, 2013, 2012; CLARK, 2007, 2010; CLARK *et* TOMICH, 2010).

Em nosso campo de pesquisa na fronteira do Oiapoque, observamos que a questão ambiental se tornou temática corriqueira nas mobilizações das organizações da sociedade civil local, sendo recorrente a participação das associações locais de habitantes, pescadores e catraieiros em conselhos ambientais das governanças locais<sup>9</sup>, reforçando a importância da participação comunitária para a democratização dos conhecimentos ambientais e para uma tomada de decisão menos verticalizada.

Essa atuação de diferentes atores é um dos pressupostos da sustentabilidade na perspectiva da Educação Ambiental, pois implica na aprendizagem de um agente com outro, na troca de conhecimentos e na avaliação dos parâmetros baseados em distintas realidades (GUERRA, 2008). A sustentabilidade abriga, então, um conceito complexo que – de acordo com a realidade pesquisada e os pressupostos de cada sujeito – pode apontar para caminhos diversos. Em nosso estudo, a escolha é pensar esse conceito a partir do diálogo com a educação ambiental, pois percebemos que, tanto no campo de pesquisa quanto na teoria, esses temas se revelam imbricados.

Percebemos uma intensa associação entre as questões da sustentabilidade existentes *in lócus*, e os fundamentos teóricos da educação ambiental<sup>10</sup>, observados em algumas de suas categorias centrais: a criticidade, a interdisciplinaridade e a participação popular nas relações humano-ambientais.

Partilhamos do entendimento de Mousinho (2003, p. 349) sobre o conceito de Educação ambiental, que a concebe como um

[...] processo em que se busca despertar a preocupação individual e coletiva para a questão ambiental, garantindo o acesso à informação em linguagem adequada, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica e estimulando o enfrentamento das questões ambientais e sociais. Desenvolve-se num contexto de complexidade, procurando trabalhar não apenas a mudança cultural, mas também a transformação social, assumindo a crise ambiental como uma questão ética e política.

---

<sup>9</sup> Traremos mais detalhes no capítulo 4, que trata das iniciativas de educação não formal.

<sup>10</sup> Nesse capítulo, apresentamos um panorama geral dos fundamentos teóricos que guiam nossa investigação, bem como algumas menções de sua relação com a realidade empírica da pesquisa. Esses mesmos pontos são retomados na condição de categorias investigativas e aprofundados no momento da análise dos dados da pesquisa de campo (capítulos 3 e 4).

Assim, a Educação Ambiental é entendida como um campo de conhecimento que investiga experiências, mediações, aprendizagens e processos críticos das interações humano-ambientais (BORDAS *et* MATOS, 2013; KHUNEN, 2001, 2009). Nesse contexto, o conceito de Sustentabilidade nos permite estabelecer férteis pontos de diálogo entre os fundamentos teóricos da Educação Ambiental e os desafios observados na fronteira do Oiapoque, no que tange ao debate coletivo sobre as relações humano-ambientais em diferentes experiências e redes de atores.

Leff (2011) salienta que a educação ambiental surgiu como resposta à falência da sociedade industrial capitalista e à crise ambiental eclodida a partir do desenvolvimentismo<sup>11</sup> instaurado naquele modelo de sociedade. Para entender bem essa questão, vale a pena acompanhar as interessantes questões levantadas por esse autor em uma citação mais longa:

A questão ambiental, com a sua complexidade, e a interdisciplinaridade emergem no último terço do Século XX (finais dos anos 60 e começo da década de 70) como problemáticas contemporâneas, compartilhando o sintoma de uma crise de civilização, de uma crise que se manifesta pelo fracionamento do conhecimento e pela degradação do ambiente, marcados pelo logocentrismo da ciência moderna e pelo transbordamento da economização do mundo guiado pela racionalidade tecnológica e pelo livre mercado. A crise ambiental e a crise do saber surgem como a acumulação de “externalidades” do desenvolvimento. (LEFF, 2011, p. 309)

Nesse sentido, Leff (2001, 2009) salienta que a crise ambiental é uma crise da razão, do pensamento, do conhecimento e que, nesse cenário, a educação ambiental surge como nova perspectiva de saber que se forja no mundo vivido. Por isso é necessário trabalhar a partir dos conceitos das pessoas, de suas experiências e das relações ambientais. Assim, a EA propõe a reflexão sobre novas formas dos sujeitos interagirem com a natureza física e social da qual fazem parte, iniciando um debate sobre possíveis caminhos e estratégias sustentáveis para as relações entre o ser humano e a natureza.

É a partir dessa perspectiva que apresentamos, a seguir, alguns pontos teóricos da Educação Ambiental que dialogam com os desafios observados em nosso campo de

---

<sup>11</sup> Termo usado para indicar as políticas de desenvolvimento a qualquer custo, sem preocupação ambiental ou humana. Sobre isso ver Kuhmar (2009).



pesquisa<sup>12</sup>. O primeiro desses pontos refere-se ao entendimento da *Sustentabilidade como um campo político*. Rodriguez *et* Silva (2011) salientam que a politização é uma das principais contribuições da Educação Ambiental para o debate na área da Sustentabilidade, pois os novos diálogos da relação ser-humano/natureza só fazem sentido se estiverem diretamente ligados à emancipação dos sujeitos.

O olhar politizado sobre o meio-ambiente é uma das principais contribuições da Educação Ambiental para os estudos na área da Sustentabilidade, que se configuram como uma estratégia de cidadania, uma vez que se trata de “um compromisso com o futuro, envolvendo uma nova filosofia de vida e um novo ideário comportamental, tanto em âmbito individual, quanto em escala coletiva” (AB’SABER, 1994, p. 51).

A postura política implica, desde seu princípio, a superação de qualquer ideia dicotômica entre ser humano e a natureza, razão porque é preciso conceber o primeiro em interseção com o segundo (LEFF, 2001), e este último em sua amplitude epistemológica (natureza física, social e cultural), conforme apresentado por Santos (1997) no conceito de “segunda natureza”. Ou seja, a natureza pensada como conceito cuja gênese abriga a composição das relações sociais, juntamente com os elementos físicos da paisagem.

É nessa perspectiva que observamos um segundo ponto fundamental da Educação Ambiental: *a perspectiva crítica*. Os estudos de Carvalho (2008) demonstram que as ideias ligadas à Educação Ambiental têm como primeiro desafio superar visões ingênuas que tratam o meio-ambiente como algo fixo e natural. Portanto, é preciso favorecer a criticidade sobre os processos de estranhamento, desnaturalização e a inovação dos contatos humano-ambientais. Essa análise crítica surge como uma necessidade de desnaturalizar a visão gerencialista de sustentabilidade, pois o adjetivo ‘sustentável’ foi, não raras vezes, reproduzido por poderes institucionais públicos e privados, dando ênfase a um dos pilares (econômico, social, ambiental) em detrimento dos outros. Mello *et* Van-Tilbeurg (2009, p. 03) resumem bem esse contexto, ao denunciar que “assistimos à banalização do discurso, com as evidentes perdas de seu conteúdo”.

Assim, trata-se de rejeitar todo tipo de simplismo, generalismo ou objetivismo ligados a propostas ditas “sustentáveis” e estimular uma leitura da realidade livre de

---

<sup>12</sup> Os pontos apresentados nesta revisão teórica serão retomados nos capítulos 3 e 4 para dialogarem com a análise dos dados sobre “concepções de Sustentabilidade e Educação Ambiental”.

ingenuidades, impressões estereotipadas e leituras apressadas. Conforme salienta Freire (1981, p. 40), a visão ingênua

revela uma certa simplicidade, tendendo a um simplismo, na interpretação dos problemas, isto é, encara um desafio de maneira simplista ou com simplicidade. Não se aprofunda na causalidade do próprio fato. Suas conclusões são apressadas, superficiais.

Como elementos para superar a ingenuidade sobre as questões ambientais e avançar rumo a uma leitura crítica, Carvalho (2008) aponta para a necessidade de inserir a Educação Ambiental como estratégia capaz de articular diferentes atores e movimentos da sociedade civil e de superar dados oficiais rumo às microexperiências da sociedade que nos possibilitam questionar as interpretações apressadas. As pesquisas de Bordas *et Matos* (2012) acrescentam, ainda, a importância de se criarem novas experiências cujos parâmetros de criticidade estejam diretamente ligados às relações das pessoas, as suas vidas, e suas estratégias de convivência.

É nessa perspectiva que evocamos outro ponto teórico importante que trata da *participação dos movimentos populares e da sociedade civil* nas experiências que se pretendam sustentáveis. Scherer-Warren (1999, 2005) destaca que os movimentos sociais são indispensáveis para a discussão democrática das problemáticas ambientais, pois as percepções da sociedade civil e de suas organizações populares trazem para a discussão elementos críticos que não poderiam ser compreendidos apenas na consulta a atores ou fontes oficiais.

Nesse sentido, a participação de diferentes atores implica diretamente a ampliação do processo democrático sobre questões ambientais, que permitem “llevar a cabo procesos de apropiación de los recursos y servicios ambientales, y de gestion comunitária” (MATEO *et SILVA*, 2011, p. 43).

Em nosso contexto de pesquisa, na fronteira do Oiapoque, percebemos que a articulação desses diferentes atores ocorre, sobretudo, a partir da mediação de instituições públicas ou organizações da sociedade civil. Entre tais órgãos, as escolas revelam-se como instituições articuladoras das principais políticas de sustentabilidade na região do Oiapoque. Ao longo da pesquisa de campo, a maior parte dos entrevistados fez referência à escola como um local de origem de muitos conceitos e projetos de sustentabilidade desenvolvidos na escala local e apontaram também a Educação como um dos principais caminhos para uma sociedade sustentável.

Os estudos de Matos (2013, 2012); Khunen (2009, 2001) e Carvalho (2008) confirmam que a escola tem se mostrado como uma instituição central nos debates sobre sustentabilidade, pois abre espaços de diálogo em diferentes contextos, provoca uma discussão sobre as muitas experiências ambientais que habitam o contexto escolar e aponta novas oportunidades.

Entre as principais temáticas que revelam forte presença da Educação, está a *ética ambiental*. Isso implica pensar quais são os valores que indicam a sustentabilidade para cada grupo social, suas fronteiras comuns, suas divergências e seus limites. Carvalho (2008) enuncia que a ética ambiental se fundamenta, principalmente, no fato do ser-humano reconhecer que todas as formas de vida não humanas são igualmente partes do ambiente, com mesmo valor e prioridade. Logo, a ética ambiental requer que se reconheçam a complexidade das diversas formas de vida que compõem o conceito de ambiente e os inúmeros processos físicos e sociais que estão contidos no conceito de natureza (SERRES, 1991).

Pensar a Sustentabilidade significa debater sobre quais imperativos éticos podem guiar o ser humano em relação aos demais elementos do ambiente em determinado contexto. Nessa perspectiva, a ética ambiental objetiva deixar que as diversas formas de vida possam “ser”, existir e acontecer sem subjugar os outros elementos do ambiente como meros recursos para consumo humano. Nesse sentido, Unger (2002, p. 123) salienta que “salvar não tem unicamente o sentido de resgatar uma coisa do perigo: salvar é restituir, ou dar condições para que ela se revele naquilo que lhe é mais próprio. Salvar é deixar ser”.

Carvalho (2008) salienta que o mundo não humano precisa ser concebido como “um mundo em si”, independentemente de sua utilidade para os seres humanos. Logo, interessa à ética ambiental analisar as relações natureza-humana/natureza não humana. Um dos principais idealizadores dos pressupostos éticos em relação ao ambiente foi o filósofo Michel Serres, que propôs o “contrato natural”, ou seja,

um contrato natural de simbiose e de reciprocidade, onde a nossa relação com as coisas deixaria domínio e posse pela escuta admirativa, pela reciprocidade, pela admiração e pelo respeito, onde o conhecimento não mais suporia a propriedade, nem a ação a dominação (SERRES, 2001, p. 21).

Esse processo de conviver com os “contratos” estabelecidos entre elementos humanos e não humanos, aponta para outro ponto fundamental para se compreender a Educação Ambiental: *as leituras da natureza e as interações humano-ambientais*. Isso

significa analisar como os sujeitos de determinada realidade observam o meio natural, interagem e convivem com ele. Assim, Carvalho (2008) assevera que as leituras que as pessoas fazem da natureza revelam muito sobre quais concepções de sustentabilidade elas partilham.

Para além das leituras, são as interações que revelam relações em que os sujeitos se veem numa condição de atravessamento com a natureza não humana e as demais pessoas. Isso implica estabelecer um debate centrado na transição entre pessoa e ambiente, cujo objetivo é de transversalizar a compreensão indissociada entre pensamento, política e ação ambiental; comportamento ambiental e sustentabilidade; meio biofísico e social (INGOLD, 1992; MOSER, 2005). Parte-se, então, do entendimento de que debate e prática ambiental se constroem mutuamente (GÜNTHER, 2005; PINHEIRO, 2008;), com especial ênfase nos contextos amazônicos (MELO-THÉRY, 2010; GREISSING e NAZUTI, 2010; THÉRY, 1994).

É nesse sentido que leituras da natureza e percepções locais convivem com políticas internacionais de sustentabilidade, que surge outro ponto central para o debate em Educação Ambiental: *a dinâmica das redes ambientais*.

Em uma região fronteiriça, como no caso de nossa zona de estudo, o conceito de rede é muito salutar para explicar agenciamentos entre diferentes grupos de interesse sobre questões ambientais. A partir desse conceito, é possível analisar como as trocas de idéias, os conhecimentos e os interesses atuam na dinâmica de vida das pessoas, encontrando contradição, resistência ou colaboração, adaptação ou reelaboração - características de processos em rede.

A dinâmica das redes ambientais surge como estratégia metodológica e conceitual para trabalhos sobre Educação Ambiental, ensejando abandonar relações hierárquicas e segmentadas que têm sido limitantes na análise das relações humano-ambientais, como abordagens funcionalistas ou estruturalistas. Nesse sentido, a idéia de rede revela em si tanto as contradições e os entraves ainda existentes em qualquer iniciativa que visem a sustentabilidade, quanto as potencialidades para que tal processo possa se configurar como estratégia de consolidação de paradigmas sociais e científicos mais abertos (CAPRA, 2002). Assim, entender as redes ambientais requer um entendimento que se inspira na própria lógica da “rede” a partir da composição da natureza.

A estrutura elementar dos mais diversos organismos vivos, desde as unicelulares até as mais complexas, organiza-se por meio da diversidade, da troca, da disseminação e

da produção, ou seja, da *lógica das redes* (CAPRA, 1996, 2002). Nessa perspectiva, os elementos químicos dispostos na natureza, a organização biológica das cadeias alimentares, a dinâmica da paisagem e dos solos, bem como os processos de produção humana sobre esses elementos do meio também se produzem através de estruturas abertas, dinâmicas e complexas em rede. O quadro a seguir mostra as principais associações entre os sistemas vivos e as redes socioambientais:

Quadro 01 – Analogia entre redes ambientais e sistemas vivos

Sistemas vivos	Redes ambientais
Organização em padrão rede	Foco nas relações
Interdependência	Dependência mútua
Natureza crítica dos processos	Reciclagem de energia e materiais
Flexibilidade e diversidade	Estabilidade e mudança, ordem e liberdade, tradição e inovação.
Cooperação e coevolução	Parceria e evolução conjunta
Complexidade	Organização articulada em múltiplos níveis

Fonte: Adaptado de Amaral (2004).

Capra (1996) enfatiza que uma das possibilidades do conhecimento humano é sua manifestação em redes, teias e labirintos. A compreensão dos conhecimentos, na lógica das redes, implica atravessar os campos das ciências naturais, sociais e tecnológicas, do senso comum, da mitologia, da espiritualidade e das múltiplas manifestações da subjetividade nos processos de produção de experiências entre os seres humanos e o meio do qual fazem parte. “A rede se revela como instrumento de pesca, de ligação, de devoração, de atadura, de conexão, de malha e arma de luta, entre outros” (GOMES, 2004, p. 29).

Ao analisar tal processo de interdisciplinaridade, na *Sociedade do Conhecimento*, Castells (1999) afirma que as redes são elementos fundamentais para o estabelecimento de padrões sociais que rejeitem os modelos reducionistas e as interpretações instrumentais da realidade. Carvalho (2008) explica que a Educação Ambiental se utiliza do fundamento das redes de conhecimento para por em evidência tudo o que é processual, imprevisto, não categorizado e polifônico na concepção de sustentabilidade.

Para a EA, a estrutura das redes caracteriza-se como um espaço de aprendizagem que pode potencializar o fluxo de conhecimentos entre atores, escalas e territórios envolvidos com experiências de sustentabilidade. Possibilita um posicionamento crítico

à linearidade de pensamento e uma estratégia à articulação de diferentes pontos de análise, visando ao reconhecimento da não hierarquização, da descentralização, da auto-organização e da dinâmica da diversidade. Entre as contribuições da construção de conhecimentos a partir das redes ambientais, é possível destacar: distribuição do poder; estímulo ao capital social; inteligência coletiva; democratização da informação; estímulo ao surgimento de lideranças; renovação da cultura organizacional; parcerias e relações multilaterais (AMARAL, 2006).

A dinâmica da rede se articula a partir dos objetivos em comum, das metas compartilhadas e da interação entre os elementos capilares e todo o contexto em sua volta. Assim, em uma rede que discuta a dimensão ambiental, não podemos negar os processos históricos, as questões sociais e as relações de poder dos agentes envolvidos, uma vez que a rede se constitui como uma possibilidade de construção coletiva mais democrática, porém não uma garantia. A atuação integrada de uma rede dependerá, sobretudo, de sua operação e da relação de conhecimento estabelecida entre os participantes (CASTELLS, 1999).

No espectro da participação social através das redes, Scherer-Warren (1999, 2005) ainda destaca que as redes são resultados de novos tempos do cenário social onde movimentos sociais, poderes públicos engajados e sociedade civil buscam espaços mais efetivos de troca de conhecimento, enfrentando uma longa tradição histórica de comunicação com base na subjugação e na hierarquização. As redes de conhecimento devem ser pensadas de maneira crítica, de tal forma que possamos valorizar tanto a inovação do seu potencial criativo quanto os desafios do seu pleno estabelecimento, a partir dos entraves ideológicos e dos interesses políticos.

Assim, a dinâmica das redes faz parte do movimento que Morin (2000) denomina de pensamento complexo. O autor salienta que perceber a complexidade depende de nosso olhar atento ao trânsito de idéias entre diferentes agentes, discutindo a interação entre poderes desiguais, bem como a ampla disseminação de informações, tecnologias ideologias. Por fim, trata-se de um olhar para a mediação entre dois ou mais sujeitos com vias à produção de saberes conjuntos, oportunizando espaços de fronteira entre os territórios culturais, materiais e simbólicos de cada elemento de uma realidade (NONAKA; TAKEUCHI, 1997).

No caso da Educação Ambiental é o pensamento complexo que pode mobilizar um pesquisador a observar convergências e contradições entre os sujeitos sociais, as relações de poder estabelecidas entre eles e os outros elementos do ambiente. Essa

complexidade também nos remete a compreender que, mesmo analisando a sustentabilidade a partir dos paradigmas da Educação Ambiental, também precisamos estar abertos à interdisciplinaridade de conhecimentos que compõem cada um desses conceitos.

#### **1.4 Perspectivas interdisciplinares para pensar a sustentabilidade**

Ao trabalharmos com o conceito de sustentabilidade, estamos cientes de se tratar de uma temática interdisciplinar e complexa. O foco proposto com os estudos da Educação Ambiental são norteadores das principais questões que verificamos em campo. Estamos cientes, todavia, de que é preciso estabelecer muitos laços que atravessem essas perspectivas e olhar para fora e ver suas ramificações com o amplo debate interdisciplinar existente acerca da sustentabilidade no mundo contemporâneo.

Os primórdios dos estudos interdisciplinares sobre as relações humano-ambientais estão presentes desde as pesquisas de Whewell's (1849), que propunham uma integração de disciplinas com a ligação de fatos, objetos e problemáticas ambientais do interesse de diferentes áreas, tais como: a Geografia Humana, a Antropologia, a Psicologia e a Educação. Todavia, a partir da crise ambiental do final do Século XX, estudos dessa natureza passaram a ser associados à temática da sustentabilidade.

Ao considerarmos que o campo de estudo da sustentabilidade é primordialmente transversal e multidisciplinar, sua epistemologia também deve refletir essa pluralidade, configurando-se como um espaço caleidoscópico de encontro e diálogo, análise e crítica entre diferentes perspectivas teóricas e metodológicas da sustentabilidade que envolve ciências humanas, naturais e tecnológicas (CLARK, 2010). Assim, Leff (2001) acrescenta que as questões centrais da epistemologia ambiental são interdisciplinares, porquanto tratam da análise crítica das interações, das mediações, dos conflitos e das oportunidades surgidos nas relações entre as condições da vida humana e o meio.

Assim, o debate sobre sustentabilidade só é possível se pensado no plural, pois trata da articulação entre saberes científicos, políticos e populares e de experiências locais e suas reverberações em diferentes escalas (KATES, 2010, 2011). Busztyn (2008) assevera que, ao mesmo tempo em que o campo da sustentabilidade seria multidisciplinar, por ser composto por vários campos disciplinares diferenciados, ele é também interdisciplinar, pois deve visar as trocas de conhecimentos entre as áreas.

Todavia, é necessário ressaltar que interdisciplinaridade não é antidisciplinaridade, trata-se de um esforço para integrar diferentes ópticas do debate ambiental.

Por definição, a interdisciplinaridade consiste em ligar as diversas disciplinas científicas que são estruturadas e codificadas dentro de suas metaliguagens. Assim, o processo interdisciplinar, nos estudos de sustentabilidade e de Educação Ambiental, amplia o trânsito entre saberes ambientais que poderiam estar isolados em seus campos herméticos.

As interdisciplinarity is not just a comprehensive sum of all disciplines, but simply a logical *ad hoc* bridge among fields that converges to the resolution of a given problem, the degree of representation of each discipline can vary from one case to another (BURSZTYN, 2008, p. 12-13)<sup>13</sup>.

Cash (2013) destaca que a interdisciplinaridade nas relações humano-ambientais ocorre através de três processos: comunicação (articulação entre atores e questões socioambientais); translação (ligação do conhecimento adquirido com uma experiência específica ao amplo conjunto de ações) e mediação (ampliação dos espaços decisórios, com diferentes perspectivas para o diálogo). Consideramos que a análise de todos esses processos será importante para que possamos discutir nossos estudos de campo a partir de teorias flexíveis, destinadas ao diálogo com a realidade.

Busztyn (2008) acrescenta que, diante das muitas iniciativas que envolvem o tema da Sustentabilidade, cabe à universidade assumir um posicionamento crítico-analítico e interdisciplinar. Logo, se os governos realizam políticas de “desenvolvimento sustentável”, as organizações do terceiro setor organizam “redes de sustentabilidade”, e a sociedade civil evoca relatos de “experiências de sustentabilidade”, cabe à Academia universitária realizar um estudo científico dessas diferentes perspectivas a partir da “sustentabilidade” como um conceito acadêmico interdisciplinar.

O autor salienta que a popularização dos estudos sobre sustentabilidade, em espaços científicos, permitiu um processo de “ambientalização” da universidade, ou seja, de abordagem das temáticas ambientais de maneira a atravessar diferentes tradições teóricas e metodológicas. Ao mesmo tempo, também amplia a

---

<sup>13</sup> Tradução livre do original em inglês: Interdisciplinaridade não é apenas a junção de um sumário de disciplinas, mas, simplesmente, uma ponte lógica entre áreas que convergem para a solução de um problema dado, o grau de representação que cada disciplina pode variar [contribuir] de um caso para outro.



“interdisciplinarização” do meio-ambiente, com mais trocas de conhecimentos entre atores de diferentes áreas e interesses. Esse processo interdisciplinar pode ser ilustrado com base no modelo a seguir:

Figura 01 – Star Model

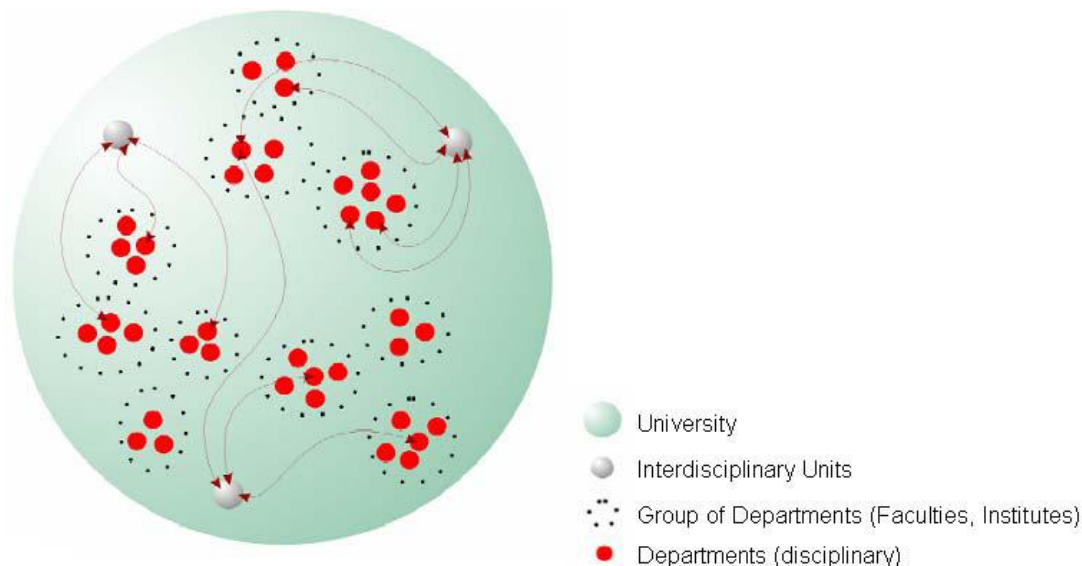


Figure 1: The Star Model

Baseado na figura acima, Bursztyn (2008) demonstra que a interdisciplinaridade em estudos ambientais requer a compreensão da cadeia de eventos que ultrapassam o espaço acadêmico, tais como: a realidade ocorre independente de disciplinas; a sociedade é submetida a um processo disciplinarizador; os estudos científicos em sustentabilidade apresentam competências multidisciplinares; as metodologias voltadas para os estudos científicos da sustentabilidade devem ser produzidas numa perspectiva interdisciplinar, e os resultados devem ser transdisciplinares.

A partir dessa cadeia de idéias, percebemos que a sustentabilidade pode integrar diferentes dimensões do conhecimento, dialogando com a perspectiva teórica que Morin propôs para o pensamento interdisciplinar como o uma rede de complexidades.

Em sua obra *O Método*, Morin (2000) destaca que o pensamento complexo é exatamente esse capaz de revelar realidades aparentemente separadas, mas que se atravessam por meio de linhas que entrelaçam desde aspectos práticos do cotidiano até amplas questões científicas. Leff (2001) visualiza esse processo interdisciplinar a partir

da *Epistemologia Ambiental* em que o conceito de ambiente é tomado como uma teia composta por influências de diferentes origens e contextos e um espaço característico de fluxo de conhecimentos interdisciplinares.

Assim, a sustentabilidade é um processo de construção entre essa visão complexa de ambiente que “provide useful knowledge for solving the very practical but highly complex problems in our conceptualization and understanding of coupled human–environment systems”<sup>14</sup> (CLARK, 2007, p. 138).

A pesquisa ambiental realizada de maneira conjunta entre disciplinas possibilita uma “*transition toward sustainability*”, ou seja, uma transição em direção à sustentabilidade, que se configura mais como um processo do que como área em si. Sua estrutura está baseada em redes colaborativas entre dados públicos e privados, fundamentos físicos e sociais, escalas locais e internacionais e no diálogo transdisciplinar entre diferentes disciplinas tradicionais como a Economia, a Política, a Geografia e a Educação (MORAES, 2005; MENDONÇA, 2010).

Clark (2007), Kates (2010) e Bursztyn (2008) apontam algumas questões focais para fomentar o debate interdisciplinar na área da sustentabilidade: como perspectivas diversas de sustentabilidade podem ser evidenciadas ao utilizarmos instrumentais teóricos de diferentes áreas? Quais campos das interações humano-ambientais podem ser analisados em uma ou outra área? Que transições podem ser realizadas entre os resultados das problemáticas locais e os amplos desafios da sustentabilidade em termos globais? Como estratégias e instrumentos da Ciência e Tecnologia podem auxiliar nesse debate? Em que perspectiva se deve analisar a dimensão humana no conceito de sustentabilidade?

Considerando tais questões, percebemos que cada uma delas poderia ser representada a partir de expressões ou palavras-chaves: 1) modelos integrados; 2) interações condições de vida-sustentabilidade; 3) resiliência sociedade-natureza; 4) limites e fronteiras; 5) transição científica; 6) gestão do conhecimento ambiental.

Da teoria ao campo, observamos que as problemáticas ligadas à sustentabilidade em nosso *locus* de pesquisa apresentam correntemente as temáticas supracitadas. As políticas nacionais de sustentabilidade apresentam uma preponderância de preocupações sobre a relação sociedade-natureza e sobre os limites da resiliência ambiental e do

---

<sup>14</sup> Tradução livre do original em inglês: fornece conhecimentos para resolver problemas muito práticos, porém altamente complexos, em nossa conceptualização e entendimento do sistema binário humano-ambiente.

ordenamento territorial. Estudos acadêmicos já realizados na fronteira França-Brasil (GRANGER, 2008; POLICE, 2011) mostram também que os sistemas de gestão de saberes locais são complexos e rodeados por trocas de informações, arranjos locais e organizações em torno de temáticas que envolvem desde o uso de serviços públicos até a autonomia na utilização de recursos naturais.

A interdisciplinaridade também é uma condição necessária em nossa metodologia de pesquisa, na qual as fontes, os recursos e os procedimentos se articulam numa abordagem multimétodos em estudos ambientais<sup>15</sup>.

### **1.5 Procedimentos e etapas metodológicas da pesquisa**

A presente pesquisa se realizou a partir de uma abordagem multimétodos para estudos ambientais, conforme apontado por Kuhnen (2008), Pinheiro et. Günther (2008). Essa abordagem nos interessa por pesquisar as concepções das pessoas sobre as relações sujeito-ambiente, optando pelos procedimentos com base nas demandas da própria realidade sem a limitação de seguir uma perspectiva metodológica rígida estabelecida *a priori*.

Dessa forma, tal perspectiva metodológica dialoga com as demandas levantadas em nossa pesquisa, uma vez que permite o cruzamento entre três questões importantes para nosso trabalho: a) a pesquisa a partir das concepções dos sujeitos, b) a metodologia composta com base nas demandas da realidade observada no campo, e c) o diálogo entre a diversidade de procedimentos, que converge para as relações socioambientais.

Essa abordagem metodológica é mais um pressuposto de ação do que uma sequência de passos, porquanto atua numa perspectiva da multirreferencialidade orientada para a discussão socioambiental. Logo, sua operacionalização ocorre com o uso de procedimentos qualitativos também comuns a outros métodos - como observação, entrevistas, oficinas, mapas comportamentais, análises documentais – e modifica apenas o pressuposto a partir do qual se aplicam as técnicas, com ênfase nas percepções ambientais que cada *constructo* revela sobre as relações pessoa-ambiente.

---

<sup>15</sup> O conceito de “Abordagem multi-métodos em estudos ambientais” refere-se a estudos interdisciplinares de natureza qualitativa, que dispõe de procedimentos metodológicos adaptados de diferentes perspectivas metodológicas, seguindo as demandas do campo da investigação. Cf. Günther (2008), Kuhnen (2008) e Pinheiro e Günther (2008).

Assim, buscamos, por meio dessa abordagem, uma ampla diversidade qualitativa na definição das fontes, no emprego dos procedimentos e na delimitação das etapas metodológicas, porque a perspectiva de produção de dados aqui proposta está embasada na abordagem qualitativa<sup>16</sup>, porquanto primamos pela significação, pela contextualização e pela análise crítica dos dados, e não, pela mera exposição das informações em si (DEZIN *et* LINCOLN, 2012; 1994).

A abordagem multirreferencial para estudo da sustentabilidade é recente e, por isso, pode apontar para diferentes estratégias de operacionalização. Todavia, há fundamentos gerais que atravessam as concepções de pesquisa nessa área, a saber:

- *A criticidade como base de análise* de tudo o que se adjetiva como “sustentável”, conforme atesta Brunel (2008), sobre a necessidade de qualquer pesquisa estar atenta aos jogos de interesses em torno das políticas que envolvem essa temática. Nesse sentido, Becker (1997) salienta que é necessário questionar sistematicamente a quem interessa a adjetivação do sustentável em pastas políticas que se referem a desenvolvimentismo e a preservacionismo.

- *A pesquisa como processo*, uma vez que a análise das ‘caminhadas’ em direção a tentativas de sustentabilidade pode ser tão ou mais rica metodologicamente quanto os resultados em si (CAPRA, 1996, 2002; MATURANA, 1987). Isso pode ser observado em estudos ambientais de diferentes perspectivas, como os de gestão da informação (BETTENCOURT, 2008; BATHOLO *et. al.*, 2000), cultura (GUERRA *et. al.*, 2008), comunicação (AMARAL, 2006), crise ecológica (MARINA SILVA, 2008), políticas públicas e educação ambiental (MATOS, 2011; 2013; KUHNEN, 2009).

- *A interdisciplinaridade como condição metodológica* para compreender a rede de atores em torno da conciliação humano-ambiental, conforme salientado por Bursztyn (2008) e Kates (2010). Nesse cenário interdisciplinar, devem-se destacar as múltiplas redes de aprendizagem e territorialidade presentes na mediação homem-natureza (SANTOS, 2013).

- *O debate centrado na transição entre pessoa e ambiente*, cujo objetivo é de atravessar a compreensão indissociada entre pensamento, política e ação ambiental; comportamento ambiental e sustentabilidade; meio biofísico e social (INGOLD, 1992; MOSER, 2005). Parte-se, então, do entendimento de que debate e prática ambiental se

---

<sup>16</sup> Abordagem qualitativa, ver: Dezin *et* Lincoln (2012) e Minayo (2007).

constroem mutuamente (GÜNTHER, 2005; PINHEIRO, 2008;), com especial ênfase nos contextos amazônicos (MELO-THÉRY, 2010; GREISSING e NAZUTI, 2010; THÉRY, 1994).

Imbuídos das concepções teórico-metodológicas explicitadas, desenvolvemos nossos procedimentos metodológicos e etapas da investigação. Assim, para compor o plano dos *procedimentos metodológicos*, buscamos diferentes estratégias para abordar as concepções de sustentabilidade, por isso, detalhamos, na sequência, como ocorreu a composição metodológica em cada uma das etapas, explicitando a perspectiva dada ao tratamento teórico, histórico e de campo (população, instrumentos de produção e registro).

No tocante ao primeiro capítulo, a construção metodológica ocorre, sobretudo, a partir da discussão bibliográfica dos conceitos centrais de nosso trabalho, tendo em vista a necessidade de apresentá-los e relacioná-los enquanto centrais na investigação. Nessa perspectiva, a revisão bibliográfica tem, num primeiro momento, um caráter panorâmico de trazer os fundamentos a partir dos quais concebemos a sustentabilidade e a Educação Ambiental. Para além da mera revisão de temas, os estudos teóricos realizados têm também um importante papel analítico, ou seja, utilizamos os recursos bibliográficos para elucidar leituras de realidades, oriundas dos paradigmas que motivam nossa investigação.

Ainda nesse primeiro capítulo, recorreremos a registros do diário de campo quando elaboramos os itens sobre a problematização e a apresentação da região de estudo. Esses registros contêm conteúdos das observações participantes realizadas na comunidade durante a pesquisa<sup>17</sup>.

Para a elaboração do segundo capítulo, referente aos fundamentos históricos da sustentabilidade e da educação ambiental, bem como a história dos contatos ambientais entre Brasil e França, estabelecemos diálogo com pressupostos metodológicos diretamente ligados à análise dessas questões em pesquisa qualitativa, denominado de “História das relações internacionais”, que trata de levantar importantes eventos e temáticas tratados em escala internacional, dialogando com nossa perspectiva de investigação teórica acerca da sustentabilidade, seja empírica ou histórica.

---

<sup>17</sup> Etapas de campo e uso do diário detalhados a seguir no item 1.5.2

### ***1.5.1 Pressupostos metodológicos para a análise histórica***

Para realizar o levantamento histórico sobre Sustentabilidade e Educação Ambiental das relações franco-brasileiras no capítulo dois, recorreremos a uma metodologia baseada em duas categorias de análise histórica internacional: **temas e agendas** (RENOUVIN; DUROSELLES, 1991).

*Temas e Agendas* são dois dos mais importantes conceitos para estudar as relações entre países ou de temas partilhados internacionalmente, como o caso da sustentabilidade e Educação Ambiental. O primeiro termo faz referência às questões conceituais, ideológicas e sociais que movimentam o pensamento internacional; enquanto o segundo trata das temporalidades e das espacialidades das relações internacionais, ligadas aos fatos, aos eventos e às territorialidades dos acontecimentos (RENOUVIN; DUROSELLES, 1991; SARAIVA, 2008; GIRAULT; FRANK, 1985).

Nessa perspectiva, os *Temas* atravessam os tempos e permitem uma visão do mesmo conceito em diferentes momentos da história. As *Agendas*, por sua vez, permitem o mapeamento de momentos concretos em que foram manifestados conflitos, negociações ou acordos entre nações.

Atualmente, uma das principais problemáticas que movimentam os estudos históricos, nas áreas ambientais, é pensar os limites e as contribuições entre as temáticas contemporâneas e os diálogos com agendas do passado. É no seio desse contexto desafiador que pensamos os processos históricos entre França e Brasil, ensejando conhecer as oportunidades de ampliar o atual debate na sustentabilidade a partir de um olhar integrado entre conceitos de hoje e suas origens em eventos que debateram a sustentabilidade e a Educação Ambiental.

Essa metodologia consiste em analisar a participação e os limites de momentos da história e suas relações com as políticas públicas, o debate acadêmico e as práticas cotidianas atuais. Ela se fundamenta nos pressupostos da corrente da *História das Relações Internacionais* [HRI], segundo a abordagem da escola francesa de relações internacionais (RENOUVIN, 1994; RENOUVIN *et* DUROSELLES, 1991) para a qual a história entre nações não é compreendida como mera sucessão de fatos, e sim como epifania política para construir estratégias contemporâneas em consonância com os

aprendizados do passado. Essas concepções buscam superar o papel de uma história e geografia internacionais que não se restringem aos dados oficiais dos Estados ou órgãos de governos. Tal perspectiva visa compreender o domínio dos estudos históricos de maneira aproximada à complexidade cultural, social, política, econômica e filosófica em que se inserem as nações contemporâneas.

Essa concepção complexa dos estudos teóricos, no âmbito das relações internacionais, teve suas primeiras manifestações nas obras que fundaram a “Escola Francesa de Relações Internacionais”, da autoria de *Pierre Renouvin*<sup>18</sup>. Ao longo das décadas de 1950 e 1960, o papel da História das Relações Internacionais foi ressignificado, situando-se numa perspectiva mais ampla e superando os limites oficiais da História Diplomática.

De acordo com Saraiva (2008), um dos grandes méritos de Renouvin foi exatamente o de conceber a história internacional para além da mera observação e do registro dos atos diplomáticos e políticos e de não ter as fontes do Estado como única referência, “as fontes da pesquisa, portanto, necessitavam ser ampliadas” (SARAIVA, 2008, p. 13). Os estudos de Renouvin apontavam para a necessidade de se discutir uma história internacional para além dos arquivos diplomáticos, considerando-os válidos e necessários à pesquisa, porém insuficientes para se compreender a complexidade de questões que compõem o cenário internacional e as percepções das populações envolvidas em diferentes escalas.

As ideias desenvolvidas pela escola francesa também colocam “em cheque” as relações de Cultura e Poder<sup>19</sup> no ambiente internacional, além de questionar paradigmas até então silenciados em relação às concepções ambientais (GIRAULT *et* FRANK, 1985). Assim, as perspectivas da história internacional intensificam um olhar sobre múltiplas escalas envolvidas nas questões mundiais: Estados, ONGs, empresas, grupos organizados e sociedades civis.

Nesse contexto, é importante a promoção de discussão histórica para se compreender a formação da sustentabilidade e da Educação Ambiental contemporânea, pois, “sem a história, fenece a capacidade crítica do entendimento das condições internacionais que rodeiam o mundo atual [...] o valor da história não é o de preâmbulo,

---

<sup>18</sup> Cf. RENOUVIN (1994); SARAIVA (2008).

<sup>19</sup> Para entendimento de Cultura e Poder nas Relações Internacionais, ver: MARTINS (2005).

mas de argumento que provê sentido, movimento e racionalidade ao presente” (SARAIVA, 2008, p. 16). Assim, a história configura-se como estratégia metodológica para teorizar questões da sustentabilidade e de Educação Ambiental, quando explica a realidade com base em suas fontes, elaborando conceitos e categorias.

As temáticas que abordam a dimensão socioambiental passam a compor a história contemporânea das Relações Internacionais, porque, após a dissolução da guerra fria e as transformações amplas nas áreas da ciência, da informação e da tecnologia, tornou-se indispensável compreender o papel de iniciativas ambientais. Nesse contexto, a história internacional passa a “inscrever-se no movimento mais amplo da cultura, dos valores, das identidades, da dimensão ecológica e de tantos outros fatores que não vinham sendo considerados até as décadas recentes” (SARAIVA, 2008, p. 02).

Cabe salientar que o entendimento do termo “relação”, que utilizamos para designar as experiências entre França e Brasil, desde os estudos históricos, não faz nenhuma referência à harmonização ou romantização de tais contatos. Esse termo expressa toda a gama de contatos, encontros e mediações realizadas entre os dois países e pode indicar: conflito, troca, negociação, mediação, rede de contato ou de embate político, econômico, social e cultural entre nações (RENOUVIN; DUROSELLES 1991).

Nessa perspectiva, o conceito de relação não pertence à história de uma ou de outra nação, mas à dimensão construída “entre” ambas a partir de seus contatos. Assim, ao estabelecermos um debate internacional sobre sustentabilidade e Educação Ambiental, a história não é pensada como elemento acessório à contemporaneidade, e sim como o campo de significação das tentativas de diálogo tanto no cenário internacional, em geral, quanto nas relações entre o Brasil e a França.

### ***1.5.2 Pesquisa de campo: procedimentos, etapas e análises***

Para realizar a pesquisa, procedemos a uma investigação de campo em duas etapas na fronteira franco-brasileira, nas cidades de Oiapoque (Brasil) e Saint-Georges (Guiana Francesa). Em cada uma dessas etapas, passamos trinta dias, entre os meses de



julho e agosto de 2012 e julho e agosto de 2013. No primeiro ano, foram realizados mapeamento do campo de pesquisa, observações participantes, diálogos com gestores locais, e contato com organizações da sociedade civil.

É importante ressaltar que todos os procedimentos propostos foram realizados nos dois lados da fronteira - Oiapoque e Saint-Georges – pois, quando se deseja pesquisar uma realidade bilateral, ou seja partilhada por duas nações, toda a produção de dados deve envolver ambos os países na mesma proporção. Para se compreender uma rede bilateral e validá-la no discurso acadêmico, é preciso: 1) escutar o que dizem os sujeitos que habitam os dois lados da realidade; 2) compreender os registros já existentes sobre as ações desenvolvidas no local e 3) vivenciar o cotidiano para estabelecer diálogos com as pessoas no dia a dia, acompanhando todo o contexto que está ligado à temática para a pesquisa.

No segundo ano, demos continuidade aos procedimentos iniciados no primeiro e aplicamos o protocolo de entrevista aberta aos habitantes locais. Esse protocolo foi composto das seguintes questões: a) levantar, com os habitantes locais, o conceito de sustentabilidade, mapeando as iniciativas dessa temática na região da fronteira e b) fazer um mapeamento das atividades ligadas à Educação Ambiental, tendo em vista que a maior parte desses conceitos está relacionada a experiências nas áreas da Educação, realizamos um mapeamento das atividades de Educação Ambiental, analisando práticas aliadas às ações de sustentabilidade na fronteira.

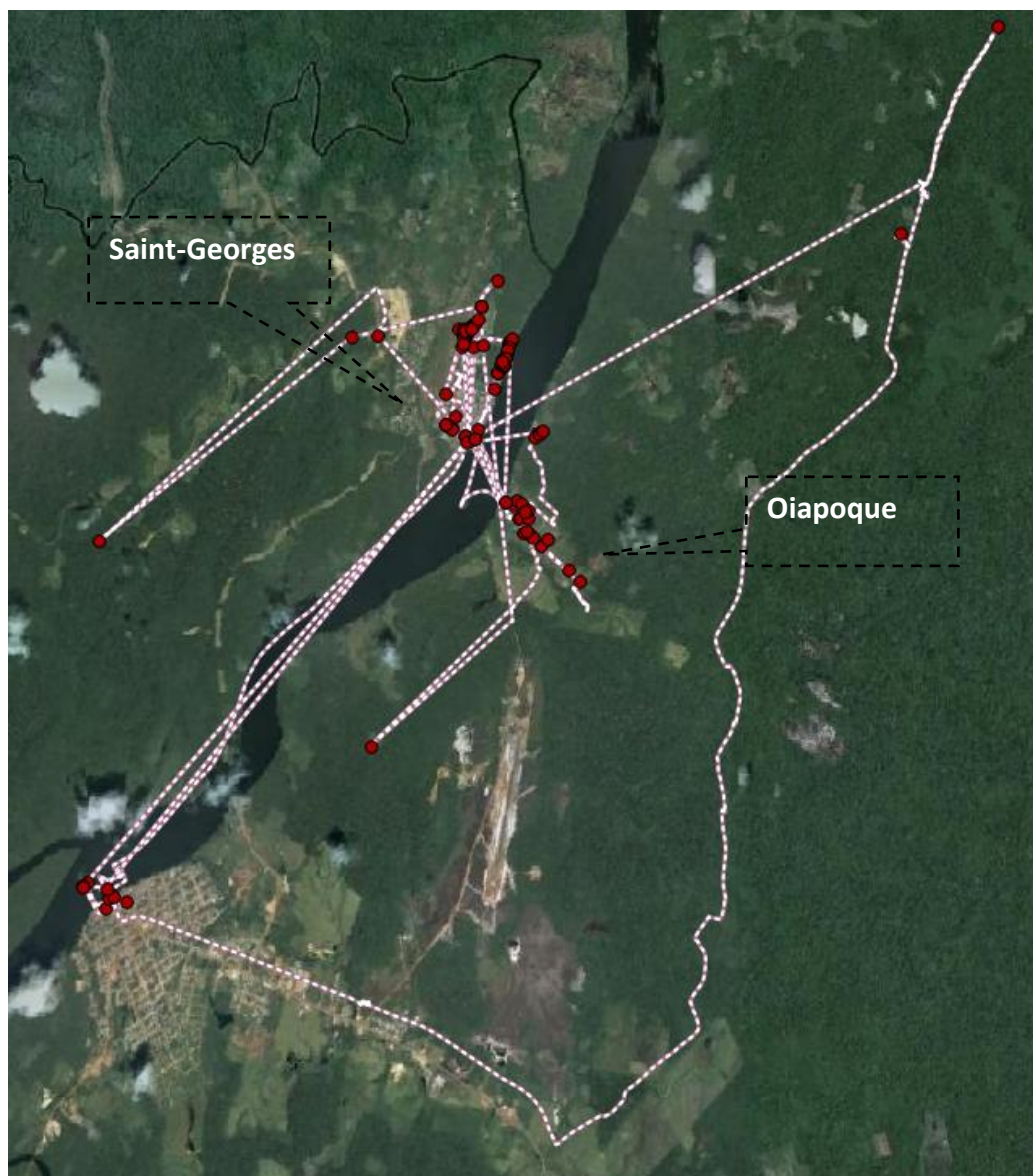
Em síntese, o protocolo visa escutar as populações sobre os conceitos de sustentabilidade, realizar o mapeamento das experiências na área, sobretudo as ligadas à Educação Ambiental. Para aplicá-lo, deslocamo-nos pela comunidade, procurando as pessoas em suas casas, em espaços comunitários, em locais de socialização (praças, espaços esportivos, festejos). Para tanto, realizamos 200 entrevistas com habitantes locais, uma centena de cada lado da fronteira. São esses dados que analisaremos posteriormente nos capítulos 3 e 4. O estabelecimento da amostra se deu a partir de zoneamento das cidades, considerando os dois centros municipais e quatro áreas periurbanas<sup>20</sup> em que a fronteira entre as duas cidade fica em áreas bem aproximadas, separadas apenas pelo rio Oiapoque. A escolha dessas áreas para aplicar as entrevistas se justifica pelo fato de concentrarem a maior circulação, troca e contato entre as duas

---

<sup>20</sup> Perirubanas: periferias urbanas, Cf. Lusseau et Levy (2008). Bairros peri-urbanos onde ocorreu nossa investigação: bairros Savane e Onozo (Saint-Georges) e Vitória do Oiapoque (Oiapoque).

partes da fronteira. A etapa do trabalho de campo foi intensa, com visitas às zonas locais, idas e vindas entre as sedes municipais para estabelecer contato com governanças e, sobretudo, de participação no cotidiano das duas cidades do estudo. A materialização desse fluxo de campo pode ser observada no mapa abaixo, onde georreferenciamos nossos trajetos e pontos GPS nos locais de entrevista.

Mapa 02 – Pontos GPS e trajetos no campo de pesquisa



Fonte: Elaboração de NONATO JÚNIOR (2013), dados tratados no sistema QuantumGIS sobre georreferência de imagem de satélite landsat

Os pontos vermelhos indicam os locais das entrevistas com moradores nas zonas fronteiriças ou com governantes, representantes de associações e trabalhadores agrícolas nos pontos mais distantes. A região com malha urbana mais densa, na parte inferior da imagem de satélite, é o centro da cidade de Oiapoque, onde também foram realizadas entrevistas com governanças municipais.

O perfil dos entrevistados tem similitudes nos dois países e é composto por sujeitos com uma média de idade de 25,5 anos do lado francês, e 28,7, do lado brasileiro. A média de idade inferior do lado francês deve-se, sobretudo, à significativa quantidade de imigrantes naquela localidade, cujo perfil é, geralmente, mais jovem. Em Saint-Georges, os não nascidos em território francês compõem 40% da população, formados majoritariamente de brasileiros. Em Oiapoque, ao contrário, apenas 9% da população é de descendência estrangeira, e a participação de franceses é de apenas um terço desse total. Quanto ao gênero, a pesquisa buscou, intencionalmente, uma paridade em torno de 50%, ensejando contar com contribuições de homens e de mulheres, as quais representam 49% dos entrevistados, em Oiapoque, e 53%, em Saint-Georges. A maior parte dos entrevistados já viveu em outras cidades ou países da região amazônica, sendo que a média de tempo de residência do lado guianense é de 9,3 anos, e do lado amapaense, de 10,6 anos.

Ao longo das atividades de campo, tivemos contato com projetos desenvolvidos na região da fronteira<sup>21</sup> cuja concepção se dava a partir do *framework IAD - Institutional Analysis and Development*<sup>22</sup> – que objetiva trabalhar com análise local a partir de interações com três níveis: contexto local, organizações civis e os sujeitos.

---

<sup>21</sup> Cf. Projetos Duramaz/IAD, cujo aprofundamento ocorreu a partir de nossos intercâmbios de doutorado na Universidade de Sorbonne/Paris 3 (França) e na Universidade de Indiana (Estados Unidos).

<sup>22</sup> O IAD é uma metodologia institucional, concebida para estudar sistemas de sustentabilidade. Esse método faz parte da rede de estudos sobre *Análise Institucional (AI)*, criada por *Vicent Ostrom* e *Elina Ostrom*, que rendeu a esta última o prêmio Nobel de Economia em 2001. O IAD revela-se como uma interessante estratégia para avaliar as regras de utilização de recursos naturais e sociais, avaliando sua Sustentabilidade em contextos locais (OSTROM, 2011). Em sua execução, o IAD parte de uma *action-situation* (situação de mudança, de transformação) a partir da qual uma realidade se reconfigura e em que possível discutir sobre os diferentes usos de um território ou recurso a partir de tal situação (MCGINNIS, 2010; OSTROM, 2011). Entretanto, quando a análise de determinada realidade está baseada em um contexto complexo, cujas ações envolvam diversas escalas e personagens, o IAD trabalha não apenas com a análise de uma situação, mas de uma rede de ações que levam à mudança, denominada de *network-action-situation* (MCGINNIS, 2010).

Compreendemos que esse modo de proceder representava bem a realidade do campo de pesquisa e nosso interesse no estudo sobre sustentabilidade.

Baseado nessa lógica de ação, realizamos nossas atividades de campo em três níveis: diálogo com as organizações populares locais, visando mapear as atividades/temas/políticas de sustentabilidade presentes na localidade; observação participante com registros em diário de campo; entrevistas com indivíduos e grupos de discussão sobre as questões da sustentabilidade e da Educação Ambiental na fronteira, conforme detalhado a seguir:

a) Análise da organização institucional da comunidade, mapeando as organizações formais e não formais que atuam no local e o papel de tais organizações na mediação sobre temas/ações de sustentabilidade e Educação Ambiental;

b) Observação participante, descrição e registros detalhados em diário de campo dos conceitos, das políticas e dos projetos ligados à Sustentabilidade e à Educação Ambiental, bem como sua presença no discurso das governanças locais;

c) Além das 200 entrevistas individuais mencionadas, realizamos sessões coletivas de debate (uma de cada lado da fronteira) sobre os arranjos locais feitos a partir do novo contexto de regras, bem como relatos de experiências. Alguns dos sujeitos selecionados para as entrevistas são atores diretamente implicados em projetos de sustentabilidade nas organizações locais. Outros são sujeitos que, em algum momento, estiveram envolvidos em projetos de sustentabilidade, sobretudo na área da Educação, e que participaram de instâncias de mediação nas escalas nacionais e regionais, como Conselho do Rio<sup>23</sup> e representações de moradores e profissionais.

Considerando que os bairros periurbanos escolhidos, para a aplicação dos questionários, são quase unicamente habitados por originários do Brasil - conhecidos como os bairros brasileiros - decidimos aplicar nossos questionários nessa zona e no Bairro Vitória do Oiapoque, lado brasileiro cujos habitantes são oriundos de *Savane e Onozo*, possibilitando uma ampla dinâmica de circulação com o Brasil. Os familiares, as posses territoriais e as dinâmicas econômicas dos habitantes desses bairros estão

---

<sup>23</sup> Conselho montado para se discutir sobre o estatuto fronteiriço, com atores de diferentes escalas, como associações de pescadores e moradores dos dois lados da fronteira, prefeituras, estado federativo (Amapá) e departamento (Guiana), membros das UCs (Unidades de Conservação Ambiental), categorias profissionais e representantes dos Estados nacionais. Esse projeto é considerado extremamente interessante pelas populações locais, contudo, sua atividade é considerada precária.

difusamente distribuídos entre os dois lados do rio. Como salientou uma moradora do Onozo, “Antes não existia nem Brasil e nem Franca aqui, existia apenas o Oiapoque que era o mesmo dos dois lados do rio”.

Foram também entrevistadas instâncias no poder público importantes para a compreensão do contexto (polícia, prefeitura e assessorias dos projetos nacionais). Do lado guianense, as entrevistas com organizações públicas foram realizadas na assessoria de agricultura e no ordenamento territorial de *Saint-Georges*, a DAAF<sup>24</sup>, a CCEG<sup>25</sup>, a prefeita municipal de *Saint-Georges* e a coordenadoria de cooperação transfronteiriça em *Caiena*, e do lado brasileiro, com as Secretarias Municipais de Assistência Social, Obras e Meio-ambiente; com a Prefeitura Municipal (dois prefeitos que estavam à frente do município ao longo do período de nossa pesquisa), com a comissão de relações transfronteiriças da Agência de Desenvolvimento do Amapá (ADAP) e com a direção do centro que trata da mediação cultural entre os dois lados da fronteira, Centro-cultural franco-amapaense (CCFA), esses dois últimos em Macapá. Nesse período, estabelecemos diálogo também com as forças policiais e as forças armadas de ambos os lados da fronteira e com o consulado brasileiro recém-instalado em *Saint-Georges*, para dialogar sobre os projetos de sustentabilidade dessas instâncias.

## **1.6 A sustentabilidade como possibilidade: trilhas a percorrer**

O passeio pelas bases de nossa pesquisa, realizado neste capítulo, exerce não apenas um fim de fundamentação, mas também de introdução analítica à perspectiva de nossa investigação uma vez que nos permite pensar sobre a rede de situações, teorias e metodologias que utilizamos para discutir sobre o objeto de estudo - as “Concepções de Sustentabilidade e Educação Ambiental dos habitantes da fronteira franco-brasileira do Oiapoque”.

Assim, discutir sobre os conceitos ligados aos pressupostos teóricos de sustentabilidade e Educação Ambiental é essencial para que compreendamos os múltiplos fios de análise que entrelaçam o objeto de estudo. Neles, buscamos elementos

---

<sup>24</sup> DAAF : Direction de l'alimentation, de l'agriculture et de la forêt (Direção de alimentação, da agricultura e da floresta).

<sup>25</sup> Communauté des communes du l'Est Guyanais (Comunidade de municípios do leste guianense).

teóricos para pensar a rede de atores, processos críticos e aprendizagens estabelecidos na mediação entre sujeito e ambiente.

Entre a realidade de campo que apresentamos e os debates teóricos, percebemos diversos elementos transversais. O primeiro deles é o fato de ambas as dimensões (campo e teoria) situarem suas perspectivas de sustentabilidade e Educação Ambiental com *foco nas interações humano-ambientais*. Há, então, um ponto de encontro fundamental na concepção de ambiente, situado na interface das dimensões sociedade/natureza, e não, como categoria a ser investigada isoladamente em uma ou outra dimensão. Nessa perspectiva, sustentabilidade e educação ambiental são concebidas nas dimensões do “entre” lugares, do fluxo, do cruzamento, da travessia, do processo.

Outro ponto a ser destacado no encontro entre teoria e campo refere-se à *valorização dos saberes locais de sustentabilidade*. Isso ocorre por meio da escolha de referenciais que permitem a análise de concepções locais com vias a fortalecer os discursos dos sujeitos do campo de pesquisa nas análises de dados, salientando o potencial de inovação e de crítica das escalas locais, conforme apontado nos estudo de Matos (2013) na educação ambiental.

Os referenciais abordados, em consonância com a realidade observada em campo, também nos levam a concluir que outra dimensão transversal que se revela em nosso estudo teórico é a *perspectiva crítica da sustentabilidade*. Tendo em vista que o conceito de “sustentável” está, muitas vezes, associado a macropolíticas que atuam na fronteira do Oiapoque, privilegiamos fundamentos teóricos que nos permitam discutir os limites e as contradições no seio desse conceito e enunciar outras perspectivas que não somente as presentes nos discursos oficiais.

Os fundamentos elencados ao longo do capítulo também destacam a importância do conceito de *ambiente* a partir da integração de elementos físicos e sociais, sendo necessária a utilização de procedimentos que explorem essa dimensão no campo de pesquisa. Assim, as teorias devem ultrapassar a mera dimensão de estruturas norteadoras para dialogar com o cotidiano, com as experiências e as concepções dos sujeitos que convivem e produzem a dinâmica da fronteira franco-brasileira.

Assim, entendemos que as teorias e as ações que representam a complexidade do conceito de sustentabilidade, na fronteira do Oiapoque, são essencialmente interdisciplinares. Conforme salientou Bachelard (1999), as teorias não devem ser

muros ou limites, mas paragens do pensamento a partir das quais é possível analisar o mundo e interagir com ele.

Assim, para darmos prosseguimento ao desenvolvimento da pesquisa, há duas dimensões que serão desenvolvidas nos próximos capítulos: a histórica e a empírica. Nos estudos históricos, analisaremos a construção e a evolução dos conceitos de sustentabilidade e de educação ambiental, em eventos internacionais, discutindo – em um primeiro momento – o debate mundial e, posteriormente, sua importância na história das relações franco-brasileiras.

Assim, no segundo capítulo, denominado “Histórias da Sustentabilidade e da Educação Ambiental: do cenário internacional às relações França-Brasil”, apresentamos a contextualização do conceito de sustentabilidade nas políticas internacionais, seus momentos históricos importantes e sua atual interface com os eventos internacionais na área de educação ambiental e o cenário histórico e político em que a sustentabilidade surge como temática das novas agendas internacionais a partir de eventos, debates e conteúdos que contribuíram para a construção histórica das estratégias sustentáveis implementadas pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) e outros organismos internacionais. Há, nesse texto, destacada importância para a Educação Ambiental, considerando que são os eventos dessa temática que promovem as principais discussões acadêmicas sobre conceitos críticos de sustentabilidade.

Partindo desse ponto, avançamos para uma contextualização histórica do surgimento da temática da sustentabilidade nas relações Brasil-França, dos acordos bilaterais até as propostas de cooperação fronteiriça que surgem no Século XXI. No âmbito da fronteira, utilizamos também depoimentos de lideranças locais, bem como da análise de documentos para reconstituir os principais pontos políticos que retratam a introdução e a popularização da temática da sustentabilidade na região do Oiapoque. Por fim, encerramos o segundo capítulo adentrando a história das relações entre o Brasil e a França, demonstrando como as questões ambientais estiveram no centro do debate ao longo da história de contato entre esses países. Para tanto, discutimos sobre a formação das relações franco-brasileiras a partir das perspectivas ambientais e sociais relevantes para que possamos pensar, atualmente, no binômio central da sustentabilidade: relação *condições de vida e meio-ambiente*.

No terceiro capítulo, avançamos rumo às experiências oriundas das análises de campo e tecemos considerações acerca das diversas manifestações que os conceitos de Sustentabilidade assumem na fronteira do Oiapoque. Discutimos, inicialmente, sobre o

processo trilhado para mapear e categorizar os referidos conceitos, apresentando elementos de interpretação e articulação utilizados entre o campo e a análise dos dados. Nesse momento, descrevemos nossa inserção no campo de pesquisa, o percurso estabelecido, os desafios encontrados e os contatos com a comunidade local. Ao analisar os conceitos de sustentabilidade da população local, aprofundamo-nos no papel dos serviços públicos, na relação condições de vida/meio-ambiente e nos conceitos contrainstitucionais, ou seja, aqueles que abordam a sustentabilidade como uma crítica à ordem vigente do mundo, levantando temas como justiça social e igualdade de valorização humana como fundamentais para a construção de um futuro sustentável para a região transfronteiriça.

Na sequência, o quarto capítulo encerra as análises ao discutir a importância da Educação Ambiental na articulação entre conceitos e práticas da sustentabilidade na fronteira franco-brasileira. Adentramos, então, as leituras da natureza, as estratégias de organização popular e as iniciativas ambientais da educação escolar. Nesse capítulo, destacamos o importante papel da educação e das escolas na formação, na comunicação e na produção de saberes voltados para a sustentabilidade, tanto em experiências de educação formal quanto não formal e informal. Por isso, a Educação Ambiental é analisada como estratégia de articulação entre a dimensão conceitual da sustentabilidade e suas práticas na fronteira do Oiapoque.

Percorrer essa caminhada, nas trilhas dos saberes ambientais dos povos da fronteira, é um desafio no qual convidamos o leitor a mergulhar conosco, deixando-se inserir pela liquidez de uma fronteira que, em ambas as línguas, português ou francês, tem nome de rio: *Oiapoque*, *Oyapock*.



## **2 REFLEXÕES TRANSVERSAIS ENTRE AS HISTÓRIAS DA SUSTENTABILIDADE, A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS RELAÇÕES BRASIL-FRANÇA**

O presente capítulo tem por objetivo discutir a formação histórica e política do conceito de sustentabilidade a partir da análise dos principais eventos políticos e educacionais que introduziram e popularizaram este conceito, sobretudo ligados à área de Educação Ambiental.

Desta forma, este texto se divide em três partes. Inicialmente, revisamos o papel exercido pelos grandes eventos de organismos internacionais sobre Educação Ambiental e sustentabilidade, discutindo a atenção dada às interações humano-ambientais no mundo contemporâneo.

Na sequência, analisamos a presença dessa temática nas políticas de Brasil e França, nos acordos científicos e nas discussões ambientais, visando compreender sua relevância para os debates ambientais entre os dois países. Nesta etapa, dedicamo-nos especialmente à análise das ações na fronteira franco-brasileira do Oiapoque, destacando a evolução de nosso campo de pesquisa.

Por fim, num terceiro momento, dedicamo-nos à realização de revisão histórica das relações Brasil-França, apontando a importância das questões ambientais em tais relações, desde as disputas coloniais franco-portuguesas até a atualidade.

O fundamento metodológico que guia a elaboração deste capítulo repousa sobre os conceitos de *Temas* e *Agendas* das relações internacionais. Isto indica que a maneira de tratar a história é debatê-la a partir de acontecimentos específicos a determinados conteúdos (temas), salientando-se a evolução histórica e o debate político (agendas).

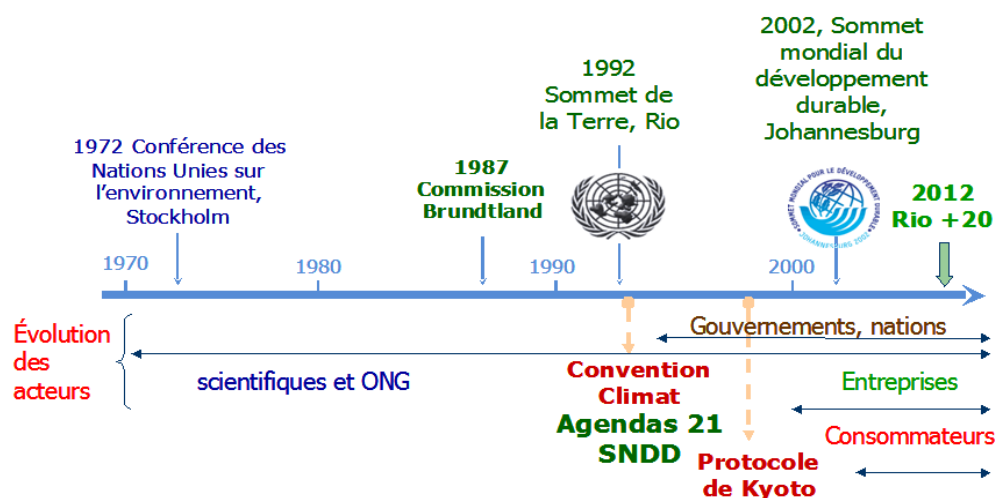
O detalhamento teórico-metodológico para analisar as histórias da sustentabilidade e da Educação Ambiental a partir desses conceitos está explicitado no capítulo 1, no item dos Procedimentos metodológicos. Cabe, então, apenas salientar que no caso da sustentabilidade, *Temas* e *Agendas* são dois importantes conceitos para a evolução da temática no cenário global. O primeiro termo faz referência às questões conceituais, ideológicas e sociais que movimentam o pensamento internacional; enquanto a segunda trata das temporalidades e espacialidades das relações internacionais, estando ligado aos fatos, aos eventos e às territorialidades dos acontecimentos.

No caso específico da pesquisa proposta neste capítulo, o tema é a sustentabilidade e as agendas são os eventos, depoimentos e documentos que analisamos, a fim de melhor compreendermos os paradigmas marcantes à sua formação histórico-política. Desta forma, nos interessa ‘mergulhar’ nestes eventos para que possamos compreender mais concretamente os papéis desenvolvidos pela sustentabilidade e a Educação Ambiental no cenário internacional contemporâneo.

## 2.1 O cenário internacional e o debate em torno da Sustentabilidade e da Educação Ambiental

A figura abaixo apresenta um resumo cronológico das grandes datas em que questões relativas à sustentabilidade estiveram em debate no cenário internacional.

Figura 02 – Grandes datas da Sustentabilidade



Fonte: Ministério da Ecologia e do Desenvolvimento Sustentável/França

Consideramos a figura extremamente elucidativa do processo cronológico em torno da evolução política e histórica da sustentabilidade no cenário internacional, sendo possível comparar datas, atores e eventos. Em meados do século passado, diversas organizações internacionais, dentre elas a ONU, passaram a promover, gradativamente, debates acerca da sustentabilidade do planeta. Os motivos que levaram a necessidade deste debate a partir de tal época foram diversos, entretanto é possível destacar que um grande mobilizado deste debate foi a **crise ambiental do mundo contemporâneo**

(LEFF, 2011; CLARK, 2003, 2006; KATES, 2010, 2011). Elaboramos a seguir uma lista de elementos que ajudaram a eclodir o debate sobre esta crise (LOUETTE, 2008):

- os relatórios da Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) sobre a aceleração da degradação ambiental em todo o planeta;
- as críticas ao desenvolvimentismo nos países ricos;
- o fortalecimento dos movimentos da sociedade civil envolvidos com o meio-ambiente;
- a destruição massiva da fauna e da flora nos países em desenvolvimento;
- uma crescente preocupação à promoção de estudos interdisciplinares nas universidades a partir das décadas de 1970 e 1980 (sobretudo com o fim de governos ditatoriais na América latina e o fracasso de tendências pedagógicas positivistas na Europa);
- a necessidade de um planejamento estratégico internacional das relações entre ser humano e meio-ambiente para o futuro, visando a cooperação entre as nações;
- o surgimento no final dos anos 1990 de centros de pesquisa sobre as dimensões físicas, psicossociais, culturais e bélicas do meio-ambiente; suas consequências e os limites de sua resiliência.

Em resposta a tantas inquietações humanas sobre a crise ambiental surgem estratégias geopolíticas surtidas por organismos internacionais que apontam a urgência em debater especificamente sobre os limites do meio-ambiente e a necessidade de se promover um desenvolvimento econômico cujas bases sejam ambientalmente sustentáveis (REIGOTA, 2004).

Louette (2008) enfatiza que a força geratriz que impulsionou o debate em sustentabilidade no cenário internacional em apenas algumas décadas vem do fato que a crise do meio-ambiente é partilhada por todos os seres humanos. Desta forma, ela interessa a qualquer país, independente de suas condições de desenvolvimento e de sua inserção regional.

Kates (2010) salienta que desde a década de 1960 grupos isolados do movimento ambientalista já protestavam pela necessidade de uma compreensão mundial sobre o

problema ambiental. Em 1968 a Organização das Nações Unidas (ONU) e a UNESCO iniciaram pesquisas com 79 países, traçando um panorama da crise ambiental no mundo (REIGOTA, 2004).

Os levantamentos da ONU e da UNESCO apontaram para uma afirmativa que: não seria possível resolver o problema ambiental com iniciativas isoladas. A solução dependia de um processo de cooperação mundial em prol do meio-ambiente (ONU; UNESCO, 1970).

No sentido de intensificar o trânsito internacional de questões relativas ao meio-ambiente, ocorreu em 1968, em Roma, uma reunião de cientistas de países considerados desenvolvidos para discutir os caminhos do meio-ambiente para o próximo século. Este grupo denominado “Clube de Roma” teve como principal contribuição o alerta para a necessidade de duas ações: 1) a mudança da mentalidade humana diante dos recursos ambientais, apontando para a necessidade de uma educação voltada às relações entre homem e meio-ambiente e 2) a emergência de ações globais em prol da conservação do meio-ambiente, pois “um dos méritos dos debates e das conclusões do Clube de Roma foi colocar o problema ambiental em nível planetário” (REIGOTA, 1994).

Em resposta aos desafios apontados tanto pelas pesquisas da ONU quanto da UNESCO no final da década de 1960, bem como as questões levantadas pelo Clube de Roma, a Organização das Nações Unidas realizou a Primeira Conferência Mundial sobre Meio-Ambiente Humano, com a presença de representantes de 113 países, em Estocolmo (1972), na Suécia (MMA/BRASIL, 2001). Embora muitas nações, inclusive o Brasil, tenham rejeitado muitas das propostas de preservação ambiental, visando o desenvolvimento da indústria. Esta conferência teve uma importante resolução para lançar a ideia de uma gestão internacional das relações entre ser humano e meio-ambiente. Um ponto importante desta conferência é o fato de que a recomendação de nº 96 aponta que “se deve educar o cidadão para a solução dos problemas ambientais”, dando destaque à Educação Ambiental como um caminho de mediação entre os desafios à sustentabilidade do planeta.

O citado evento produziu a declaração sobre o meio-ambiente humano, em 1972, que embora ainda não estivesse em prática na maioria dos países envolvidos, gerou um horizonte para discussões futuras na área da Educação Ambiental. De toda forma, a Conferência de Estocolmo abriu caminhos para um diálogo internacional sobre as condições ambientais do planeta, demonstrando que esta temática só evoluiria a partir de experiência e debates multilaterais (BIRD, 2001; BARTHOLO *et al*, 2000).

Movida pelo objetivo de produzir debates internacionais sobre a questão ambiental, a UNESCO realizou em 1975, em Belgrado – na antiga Iugoslávia – o Encontro Internacional sobre Educação Ambiental, que resultou na Carta de Belgrado (1975). Entre os itens mais importantes da Carta de Belgrado são enfatizados 3 (três) conteúdos de interesse direto deste trabalho:

- 1) **Debate internacional e multilateral:** esta premissa fica declarada desde as metas proposta a EA que visam “garantir que a população mundial tenha consciência do meio-ambiente” e afirma-se no 8º Princípio de Orientação que a EA pretende “fomentar o valor e a necessidade da cooperação local, nacional e internacional na resolução dos problemas ambientais”, bem como no 5º princípio que propõe “estudar todas as principais questões ambientais desde o ponto de vista mundial, atendendo as diferenças regionais” (MMA/BRASIL, 2011).
- 2) **Conhecimento Ambiental:** enfatiza-se que para o avanço da EA será indispensável compreender as informações e os dados ambientais numa perspectiva mais ampla, como conhecimentos ambientais sobre os quais repousa toda a epistemologia dos conceitos e práticas ligadas ao meio ambiente, bem como suas operações em contextos educacionais;
- 3) **Metodologia Interdisciplinar:** os princípios orientadores se propõem a assumir um enfoque de aprendizagem dentro e fora dos espaços escolares, articulando diferentes agentes envolvidos no saber ambiental. Isto posteriormente se configurará com uma “porta” para o fortalecimento da lógica dos trabalhos em rede nas iniciativas de educação ambiental.

Podemos observar que desde o início, o debate sobre educação ambiental e sustentabilidade apresenta-se muito aproximado, sendo a primeira pensada como uma estratégia de promoção da segunda à partir da formação de sociedades com novas concepções sobre a interação humano-ambiental. Neste sentido, o debate sobre as temáticas se intensifica na afirmação destas três questões: a cooperação internacional, a epistemologia ambiental e a metodologia de produção de conhecimentos em rede.

Neste sentido, foi organizado em *Tbilisi*, na República da Geórgia (à época Estado-nação incorporado à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS), o *Primeiro Congresso Mundial de Educação Ambiental*. Nessa conferência houve destaque na ação educativa que seria fomentada nos mais diversos países com vias a

formação de sujeitos ecologicamente responsáveis tanto com a manutenção das demandas ambientais locais como comprometidos a um projeto político universal de preservação e sustentabilidade da vida na terra (KATES, PARRIS e LEISEROWITZ, 2005). Parte significativa das práticas de Educação Ambiental que seriam elaboradas em todo o mundo, desde então foram inspiradas nos princípios deste encontro, que destacou as seguintes categorias que organizamos abaixo a partir da análise do documento:

Quadro 02 – Categorias analíticas, documento de *Tblissi*

1	POLÍTICA AMBIENTAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a ampla compreensão do meio-ambiente;</li> <li>• Sensibilizar a proteção e conservação do meio-ambiente;</li> <li>• Considerar o meio-ambiente em sua totalidade natural, humana, tecnológica, social, econômica, política, histórico-cultural, moral e estética;</li> </ul>
2	COMPORTAMENTOS AMBIENTAIS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Induzir novas formas de conduta nos indivíduos, nos grupos sociais e na sociedade em seu conjunto a respeito do meio-ambiente;</li> <li>• Produzir e compartilhar comportamentos ambientais; Estimular comportamentos compatíveis com uma relação harmoniosa com o meio-ambiente;</li> </ul>
3	APRENDIZAGEM AMBIENTAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atuar com enfoque interdisciplinar, com vias a uma visão global entre disciplinas;</li> <li>• Realizar atividades nas modalidades formais e não-formais da educação;</li> <li>• Utilizar métodos capazes de articular vivências humanas e fundamentos ambientais, priorizando a participação de diferentes personagens;</li> <li>• Oportunizar um processo contínuo de ensino, das séries iniciais a universidade e práticas profissionais.</li> </ul>
4	CONHECIMENTOS AMBIENTAIS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proporcionar a aquisição de saberes entre diferentes grupos da sociedade;</li> <li>• Atuar com interesse ativo e motivação pró-ativa em tarefas de disseminação de conhecimentos capazes de resolver problemas ambientais;</li> <li>• Favorecer o desenvolvimento de habilidades humanas, valores e atitudes ambientalmente</li> </ul>

		responsáveis.
5	DIMENSÃO GEOGRÁFICA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Integrar dimensões locais, regionais, nacionais e internacionais;</li> <li>• Fomentar iniciativas conjuntas entre regiões, nações e diferentes culturas.</li> </ul>

Fonte: elaborado pelo autor, interpretado do *Relatório de Tbilisi* (MMA, 2011; DIAS, 1994).

A partir do quadro analítico é possível perceber que após Tbilisi o debate ambiental continuou a afunilar suas propostas gerais, focadas na relação teoria-prática. Assim, ensejava-se cada vez mais que as iniciativas locais se apropriassem dos compromissos políticos internacionais com foco na crise ambiental mundial, mas que concomitantemente traçassem metas e alvos voltados para suas realidades e problemáticas cotidianas. Os desejos investidos nessa proposta não seriam facilmente vivenciados nas sociedades ditas desenvolvidas ou em desenvolvimento, tendo em vista o investimento incessante destes países na industrialização em massa e no barateamento da produção industrial que desconsiderava, muitas vezes, os mínimos padrões de segurança ambiental (BRONOWSKI, 1978).

Em todas as categorias mapeadas no quadro acima (*Relatório de Tbilisi*), o grande desafio lançado está nos elos capazes de transformar padrões lineares de pensamento em teias enredadas, cooperadas e interdisciplinares (REIGOTA, 2004).

No final da década de 1970, e durante toda a década de 1980, os desafios à elaboração de propostas interdisciplinares na área ambiental ainda eram muito grandes e os diagnósticos dos caminhos apontados encontravam barreiras nas mais diversas questões da sociedade, tais como:

a) **modelos pedagógicos** - na maior parte da Europa e da América Latina ainda vigoravam nas instituições escolares modelos pedagógicos rígidos de base positivista, com pouca abertura para temáticas “fora” dos conteúdos curriculares, como a Educação Ambiental. A lógica do estudo interdisciplinar, com abordagens transversais dos conteúdos de meio-ambiente entre várias disciplinas ainda era algo em construção, com parca teorização e algumas práticas pontuais;

b) **guerra fria** – outro limitante foram os entraves aos processos de democratização das sociedades ocidentais que ainda estavam engatinhando. Isto poderia ser percebido na guerra fria entre Estados Unidos e Rússia. Embora estes países fossem lideranças diretamente interessadas na internacionalização do debate ambiental, eles

ainda apresentavam diversos entraves à regulação da emissão de seus poluentes, bem como ao diálogo sobre temas que envolvessem a liberdade, a democracia ambiental e a cooperação entre as grandes nações (BRONOWSKI, 1978).

Em 1980 um importante marco foi a assinatura do documento internacional *World Conservation Strategy* (WCS). Neste documento, pela primeira vez países de diversas partes do mundo assinaram compromissos sobre a preservação de espaços de fauna e flora internacionais. Também é neste documento que surge timidamente a expressão sustentabilidade, empregada como possibilidade de conciliação humano-ambiental (KATES, PARRIS e LEISEROWITZ, 2005).

Dentro deste contexto político contraditório, o governo da Noruega, sob gerência da primeira ministra Gro-Brundtland, patrocinou diversos encontros sobre desenvolvimento sustentável em torno do mundo, visando provocar este debate em outras nações, inclusive no Brasil, com o encontro realizado em São Paulo, em 1983. As conclusões deste debate foram registradas no *Relatório Brundtland*, posteriormente publicadas na obra que seria base da Conferência RIO-92 (KATES, PARRIS e LEISEROWITZ, 2005).

Eis que a partir deste contexto surge o principal documento que irá popularizar a expressão desenvolvimento sustentável no cenário internacional, o relatório *Brundtland*. Publicado sob o título de *Our common future* (1987), este relatório propunha a ideia de que o desenvolvimento das sociedades deveria ser medido em consonância com a conservação do meio-ambiente, utilizando para tanto a expressão *sustainable development*, desenvolvimento sustentável, popularizada nas políticas ambientais internacionais a partir da década de 1990.

Ainda no final dos anos 1980, a Comissão mundial sobre meio-ambiente e desenvolvimento da ONU organizou em 1987, em Moscou - Rússia, o segundo *congresso internacional de educação ambiental*. Neste evento, foi estabelecido como prioridade o intercâmbio de informações ambientais entre nações, visando a capacidade de realização de trocas de conhecimentos ambientais em escala mundial, com conceitos multilaterais, bilaterais, regionais e locais (MMA/BRASIL, 2011).

Dentre os destaques deste encontro, analisamos as seguintes temáticas relevantes aos nossos interesses de pesquisa:



Quadro 03 - Análise temática do Congresso de Moscou

II  C  O  N  G  R  E  S  S  O	Estratégias Internacionais: ficam estabelecidas “estratégias internacionais de ações ambientais para a década de 1990”. Dentre estas estratégias destacam-se a necessidade de ampla cooperação internacional e regional; intercâmbio de informações para desenvolvimento de currículos voltados a questão ambientais em diferentes níveis educacionais; incentivar iniciativas locais e mobilizá-las em escala mundial.
	Aspectos Didáticos: são traçadas preocupações especiais com a formação docente para conteúdos de educação ambiental; a inserção da EA na Educação Básica e na Universidade; a elaboração de métodos, instrumentos e enfoques críticos para consolidação, docência e avaliação da EA nos espaços da educação formal e não-formal.
	Desenvolvimento Sustentável: foram travados vários debates neste encontro que se somaram às inquietações do <i>relatório norueguês Brundtland</i> , tornando conhecido o termo desenvolvimento sustentável que viria a ser uma das grandes inquietações dos estudos ambientais no século XXI, ensejando conciliar o desenvolvimento econômico das nações com a sustentabilidade da diversidade natural do planeta.

Fonte: elaborado pelo pesquisador a partir de análise do relatório MMA/BRASIL (2011).

As questões apontadas nas reuniões internacionais na década de 1990 não estavam em discussão apenas nos grupos políticos, mas começavam, aos poucos, a aparecer em diversos espaços sociais como as escolas e as organizações do terceiro setor. Os movimentos ambientalistas aumentavam suas respostas a cada catástrofe ambiental surgida. Trabalhadores em situação de risco ambiental reivindicavam condições dignas de empregabilidade. As mídias, por sua vez, passaram a exibir mais dados sobre as catástrofes ambientais com intensidade apelativa. Assim, a crise ambiental começou a unir diferentes agentes, países e interesses em busca de um objetivo comum: a sustentabilidade do planeta (ONU/ UNESCO, 1985).

È com esta carga que surgiu a *Conferência das Nações Unidas para o Meio-Ambiente*, no Rio de Janeiro, em 1992. (popularizada como RIO-ECO 92) e talvez por este contexto a RIO 92 tenha se tornado um “divisor de águas” no que se refere à sensibilização mundial para o tema da sustentabilidade. Nesta ocasião esteve presente o maior número de lideranças internacionais em eventos ambientais, totalizando 179 países representados. As negociações da RIO 92 resultaram, entre outros compromissos, no documento intitulado **Agenda 21**, do qual analisamos três questões importantes para a nossa investigação (AGENDA 21, 2011):

- *Cooperação*: fortalecendo a máxima de que a questão ambiental seja tomada como uma missão partilhada por toda a humanidade e executada

a partir de processos democráticos e de colegiados participativos que estejam representados por diferentes instâncias da sociedade;

- *Globalização Positiva*: visando a mundialização de informações e conhecimentos acerca do meio ambiente sem que haja exploração de umas nações sobre as outras e evitando o etnocentrismo cultural;
- *Sustentabilidade*: legitimando o entendimento de que o desenvolvimento social somente poderia ser estabelecido a partir de um convívio ético entre os humanos e em sua interação com a natureza física.

Percebemos nos três grupos de idéias propostos pela Agenda 21 que o foco da atuação para a sustentabilidade continua ligado a algumas questões centrais desta tese, tais como: relações entre indivíduos, grupos e nações e troca de conhecimentos entre diferentes atores, escalas e estratégias; utilizando como mediação o tema da sustentabilidade.

É também neste contexto da RIO 92 que surge outro documento de grande popularidade nos estudos ambientais contemporâneos: “Carta da Terra”. Este documento iniciado naquela ocasião foi revisto em diversos momentos do debate ambiental no mundo, fazendo com que a ONU realizasse uma consulta internacional a fim de elaborar um primeiro código ético planetário, o que só ocorreria definitivamente no século XXI.

No cenário internacional, a Carta da Terra tem o importante papel ideológico e político de unir todos os habitantes mundiais diante de uma mesma responsabilidade com as questões do meio-ambiente. A dimensão da cooperação, do intercâmbio de idéias, da universalização da responsabilidade ambiental e da globalização positiva que havia sido introduzida nos encontros anteriores concretiza-se na *Carta da Terra* quando é proposto que “[...] devemos decidir viver com um sentido de responsabilidade universal, identificando-nos com toda a comunidade terrestre, bem como com nossa comunidade local. Somos, ao mesmo tempo, cidadãos de nações diferentes e de um mundo no qual dimensões locais e globais estão ligadas” (MMA/BRASIL, 2011).

Na Carta da Terra, a demanda por debate internacional revela-se a partir dos temas da “Responsabilidade Global” e da “Cooperação Mútua” entre nações. Crescem também os encaminhamentos para pensar o conceito de sustentabilidade no âmbito coletivo, considerando a formação de cidadão com “consciência ambiental planetária” e o respeito à soberania de diferentes culturas, povos e nações. Também é apontada pioneiramente nesta conferência a idéia de diálogo internacional e de trocas de informação em redes ambientais (UNESCO, 2011; MMA/BRASIL, 2001).

No Brasil, o final do século XX também apresenta a primeira grande reunião de intelectuais, ambientalistas, organizações governamentais, não-governamentais e membros da sociedade civil na primeira *Conferência Nacional de Educação Ambiental*. Realizada em Brasília, em 1997, este evento traçou pela primeira vez linhas prioritárias para a ação pedagógica acerca do meio-ambiente no Brasil. Os destaques nestas temáticas focaram as preocupações com a sustentabilidade, os desafios da educação formal, os processos de gestão ambiental, os caminhos das políticas públicas e os processos de aquisição da informação e do conhecimento na Educação Ambiental (MMA/BRASIL, 2001).

Tanto no Brasil como em diversas partes do mundo, o período de transição entre o final do século XX e o início do século XXI foi marcado pela elaboração de políticas ambientais em níveis locais (países/ regiões/ grupos sociais), buscando soluções que articulem problemas microambientais e contribuições aos dilemas globais. Logo, uma das atenções especiais dadas à sustentabilidade a partir dos anos 2000 trata do reconhecimento e importância de múltiplas escalas.

Este período extremamente movimentado no cenário internacional é também pleno de contradições entre interesses políticos, que ao mesmo tempo em que ensejam a preservação ambiental passam por oscilações, envolvendo a revolução tecnológica e informacional das sociedades, sobretudo das potências econômicas.

Os vinte anos entre a conferência inicial no Rio92 e o Rio+20, realizado em 2012, demonstraram que um dos principais desafios à sustentabilidade são os diálogos internacionais. Países como Brasil e França, tem atuado como nações articuladoras de diversas políticas ambientais em suas zona de influência regional no Mercosul e União Européia, respectivamente.

## **2.2 A sustentabilidade no contexto contemporâneo das relações Brasil-França**

As agendas voltadas para questões da sustentabilidade tornaram-se inúmeras no final do século XX e início do século XXI, deixando o mero espaço das discussões generalista para começar a fazer parte das políticas entre Estados, dos acordos multilaterais e de preocupações científicas.

Esse processo pode ser identificado, por exemplo, nas relações estabelecidas entre Brasil e França acerca de questões ambientais. Temáticas que associam estratégias

de desenvolvimento, conservação, urbanização e educação passam a ser correntemente associadas ao desejo de sustentabilidade.

Inicialmente, tais iniciativas ganham espaço nas políticas internas desses países (Estratégias nacionais para consumo, agricultura, desenvolvimento, manejo sustentável) e passam, aos poucos, a se configurar como temática recorrente nos tratados e acordos bilaterais, deixando a dimensão interna para a dimensão das “relações” estabelecidas entre ambos.

O contato entre nações é geralmente apresentado a partir da palavra “relações”, conforme podemos observar na área do conhecimento que analisa os contatos entre diferentes países, as “relações internacionais” ou em nossa área específica de estudo, as “relações franco-brasileiras”.

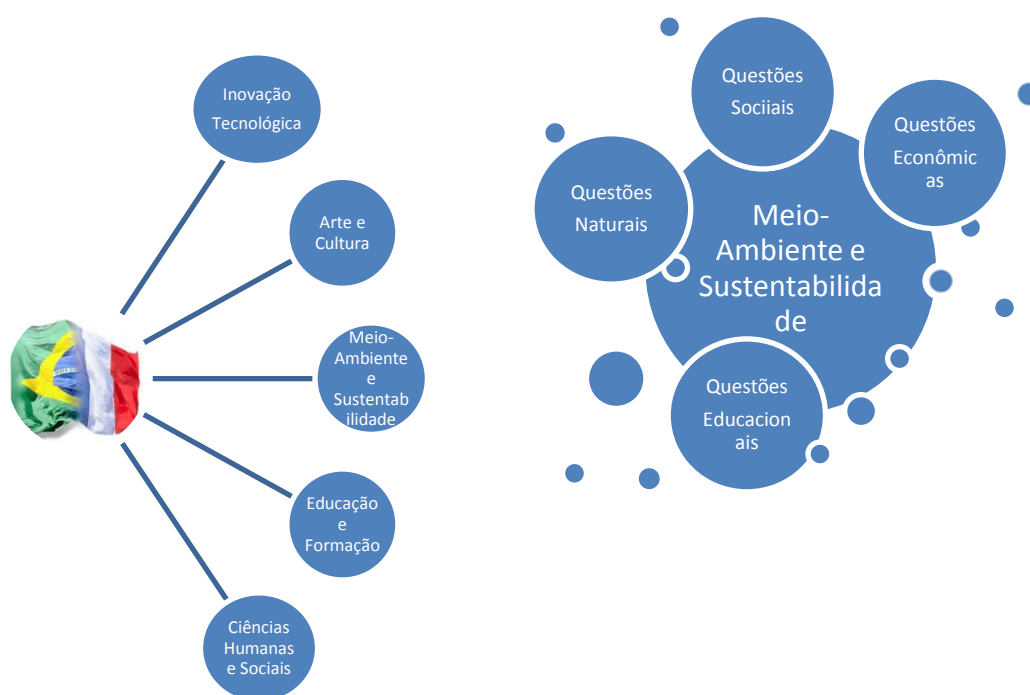
Nesta perspectiva, é de suma importância compreender que nas expressões acima, a palavra relação implica uma ampla dinâmica de contatos, tais como: encontros, diálogos, conflitos, discordâncias, críticas, colaborações, acordos, cooperações e trocas. Assim, nas relações internacionais, o conceito de “relação” em si não evoca nenhuma idéia de harmonia entre as partes que estabelecem o relacionamento. O que ele indica é a existência de contato, troca, mediação; podendo haver diferentes níveis de conflito e diálogo entre as partes, a depender de cada negociação estabelecida (RENOUVIN, 1994).

Nas políticas contemporâneas Brasil-França a palavra “relações” assume um papel chave, pois os acordos ambientais estabelecidos entre tais nações estão situados no âmbito das mediações diplomáticas, governamentais e acadêmicas. Para nosso campo de estudo, as relações compõem uma instância extremamente importante, pois todas as políticas de sustentabilidade destinadas à fronteira franco-brasileiras, passam antes pela dimensão das relações. Neste âmbito, os interesses das escalas nacionais são acordados, afim de serem aplicados em seus territórios, ganhando uma expressividade ainda maior em sua fronteira comum.

Nesta perspectiva, as “relações” oficiais são, a princípio, um conceito cujas consequências se exprimem prioritariamente pelas escalas nacionais, como acordos, leis, tratados, cooperações, que devem ser seguidos pelos dois países. Porém, elas afetam diretamente todos os territórios sobre os quais uma nação possui jurisdição, ganhando mais impacto em regiões de zona fronteira, como no caso de nosso campo de pesquisa.

Nestas últimas três décadas tanto o Brasil como a França se transformaram aceleradamente, e seus padrões de conhecimento, economia e sociedade se tornaram extremamente complexos (MARTINS, 2005; SARAIVA, 2008, 2001; ALTEMANI E LESSA, 2006, 2004; MARTINIÈRE, 1989, 1986). A sustentabilidade tem sido uma das temáticas mais representativas desses novos interesses. Isto porque os discursos em torno de políticas sustentáveis tem se tornado frequente nos acordos entre os países, enquanto práticas efetivas neste sentido ainda não tem produzido significativo impacto. Assim, as relações entre os dois países foi se reconfigurando em torno de novos interesses políticos, que podem ser visualizados na figura a seguir:

Figura 03 – Temas recorrentes das relações Brasil-França



Fonte: elaborado pelo autor

Observamos na figura acima que a sustentabilidade está entre os eixos fundamentais das propostas de troca científica França-Brasil e que este tema abarca desde problemáticas econômicas e sociais até questões naturais e territoriais. Sabemos, todavia, que as dimensões citadas (socioambiental, econômica e territorial) não são estanques, havendo ampla dinâmica de penetração entre seus conceitos e suas práticas.

As ações propostas sob o propósito da sustentabilidade são polifônicas, envolvendo trabalhos políticos e científicos em diferentes áreas: conservação da biodiversidade, áreas de preservação, relações pessoa-ambiente, gestão ambiental, uso socioeconômico da natureza, desenvolvimento local e regional, políticas de bilaterais, estratégias internacionais de desenvolvimento, relações de fronteira, dentre outras (CENDOTEC, 2009).

Martins (2005) salienta que o aumento da produção científica em colaboração entre os dois países tem sido crescente no século XXI, e que as pesquisas acerca de temáticas em torno da sustentabilidade fazem parte deste aumento. Uma questão que se coloca como basilar é: porque a sustentabilidade passa a se configurar como uma temática de destaque nos diálogos França-Brasil?

Contemplando o pensamento de Lessa, percebemos que ao investigar a construção da história entre os dois países, é preciso a inquietação sobre a efetividade que as parceiras propostas realmente exerceram sobre as duas nações, uma vez que a história demonstra:

sensações de existirem no relacionamento bilateral mais oportunidades perdidas do que grandes projetos comuns efetivamente realizados. Portanto, sob esta ótica existe sempre um futuro muito próximo e promissor para a dinamização dos contatos econômicos, políticos e culturais (LESSA, 2002, p. 103).

De toda forma, a utilização de discursos voltados para a sustentabilidade é crescente nos diálogos entre Brasil e França, conforme pode ser observado nas principais linhas de ação das relações bilaterais<sup>26</sup>.

Martins (2005), todavia, salienta que os motivos para o destaque da temática nos processos de cooperação seguem dois pressupostos: a existência contemporânea de uma ampla demanda aliada ao tema, e a construção histórica de colaborações em torno de questões ambientais. No caso da cooperação franco-brasileira, a demanda contemporânea surge da necessidade de pensar novos modelos de desenvolvimento associados a padrões sustentáveis, conforme exigidos pelo principais organismos internacionais.

---

<sup>26</sup> Linhas baseadas nas temáticas do “Ano da França no Brasil” (2005) e “Ano do Brasil na França” (2009) e do centro franco-brasileiro de documentação técnica e científica (CENDOTEC). Tais atividades operacionalizaram-se como macroeventos ou macroprogramas internacionais que ocorriam simultaneamente em diversas cidades, universidades, centros de cultura e iniciativas populares. As atividades destes eventos incluíram palestras de cooperação internacional, ciclos de debates científicos (LEWIN, 1996).

Um exemplo das tentativas contemporâneas de aproximar Brasil e França no debate ambiental ocorreu nas atividades do eixo Meio-ambiente e sustentabilidade, tanto no Ano do *Brasil na França* (2005) como no da *França no Brasil* (2009), por meio de: apresentação de trabalhos acadêmicos sobre os dois últimos séculos de parceria entre os países; ciclos de palestras no eixo denominado “Meio-ambiente e Sustentabilidade” que trataram de experiências bilaterais em gestão ambiental, desenvolvimento sustentável e territorialidades na área do meio-ambiente.

Lessa (2002) alerta, entretanto, que a existência de políticas, acordos e documentos não garante nenhuma efetividade de troca, devendo ser averiguado até que ponto as novas políticas são apenas roupagens contemporâneas para interesses estratégicos dos Estados. O autor alerta também para a necessidade de um olhar crítico para a segunda dimensão apontada por Martins (2005), a história da cooperação franco-brasileira, pois oportunidades e entraves estão igualmente presentes.

O interesse de ambos os países em estabelecerem relações que tem atenção especial aos temas ambientais não pode ser considerado apenas a partir de iniciativas recentes. Há uma considerável herança político-histórica nas relações entre tais países que se inicia séculos antes, sendo portanto necessário compreender tal formação histórica para que se possa analisar sua reverberação na atualidade (MARTINIÈRE, 1989; THERY, 1998).

Os primeiros acordos travados entre Brasil e França se iniciam de maneira mais efetiva entre o século XVIII e as primeiras décadas do século XIX. Entretanto, estas relações se concentravam em iniciativas pontuais, manifestando-se – sobretudo – na inspiração brasileira sobre a intelectualidade, literatura e cultura francesas, e nos interesses da França pelas pesquisas acerca da riqueza ecológica e etnológica brasileiras. Logo, a história da cooperação de conhecimentos entre esses países é marcada pela mediação dos recursos naturais e das influências culturais (HADAD, 2005).

Naquele período, a maioria dos intelectuais brasileiros estudava na França e importava deste país idéias sobre filosofia, ciência e trabalho; geralmente pautadas nas ideologias iluministas e progressistas, popularizadas na Europa desde a Revolução Francesa. Ao mesmo tempo, pesquisadores franceses se interessavam gradativamente pelo estudo das riquezas naturais e culturais do Brasil, realizando investigações pioneiras em ecologia e etnologia brasileira, inserindo seus nomes entre algumas das principais referências bibliográficas dos estudos ambientais no Brasil (MARTINIÈRE, 1989; THERY, 1998).

A este respeito, Lessa (2002, p. 104) enfatiza que as trocas culturais e científicas deste período ainda eram precárias e isoladas, não se configurando efetivamente como uma cooperação entre os dois países. De acordo com o autor

[...] esse tipo de contato certamente não configura esforço concertado de apoio ao conhecimento brasileiro – e pode-se afirmar que, ainda que a participação isolada de nacionais franceses no desenvolvimento de determinadas áreas de ciência tenha se convertido em influência sistemática ao longo do século XIX, não se tenha no período em questão um modelo de interações que escape facilmente ao rótulo de mimetismo cultural.

A produção científico-filosófica desta época, tanto na França como no Brasil, estava pautada, sobretudo, nos paradigmas científicos da Modernidade, onde prevalecia a busca pelo “progresso” e pela racionalização do controle da ciência sobre as diversas manifestações sociais e os recursos naturais. Esta vertente trazia consigo expressivas influências dos modelos de épocas anteriores do cartesianismo de *René Descartes* e do positivismo de *Auguste Comte* que fomentavam o debate científico, com ênfase na objetividade científica e no controle dos métodos, resultados e aplicações da ciência.

Neste contexto, os contatos internacionais franco-brasileiros ainda estavam concentrados em instaurar e explicar uma possível *História Diplomática* entre os dois países, visando estabelecer relatos sobre os relacionamentos oficiais entre estas nações e apontar possíveis caminhos para abertura de canais políticos e econômicos (MARTINIÈRE, 1989; SARAIVA, 2008; RENOUVIN, 1994).

É a partir da segunda metade do século XX, todavia, que as relações Brasil/França desenvolvem maior expressividade e uma aproximação científica, fato que trará a temática ambiental para o grupo das prioridades de colaboração.

Na década de 1930 a comissão francesa responsável pela fundação do Centro de Ciências Humanas na USP exerceu um primeiro papel efetivo de colaboração (MARTINIÈRE, 1986). Todavia, é somente nos anos 1960 que as relações científico-tecnológicas entre Brasil e França vão se consolidar, paulatinamente, enquanto “Cooperação Internacional”. O principal fator deste avanço foi a assinatura do “Acordo de cooperação Técnica e Científica entre o Brasil e a França”, em 1967, que representou uma primeira iniciativa concreta nas relações científicas destas duas nações.

Sobre o papel deste acordo no avanço das relações entre as duas nações, Lessa (2002, p. 110) explica que



a cooperação técnico-científica bilateral se desenvolveu a partir de então pela formação de recursos humanos, mantendo-se a tradição francesa na área, através de estágios e treinamentos no âmbito da maioria dos projetos de cooperação técnica que eram aprovados anualmente, e, pela via de cooperação interuniversitária, no desenvolvimento de esforços de pesquisas conjuntas em diversas áreas.

O acordo de cooperação de 1967 significou uma importante mudança de rumo na cooperação franco-brasileira, pois pela primeira vez a questão científica se apresenta como estratégia prioritária para a colaboração entre os países. Vale ainda salientar que, naquela época, os estudos históricos das relações internacionais estavam em um momento de redefinição, passando de uma perspectiva diplomática para uma vertente mais ampla, cujo viés situava-se nos diversos processos culturais, sociais e políticos que envolviam a dinâmica internacional (RENOUVIN, 1994; RENOUVIN *et* DUROSELLES, 1981; SARAIVA, 2008; MARTINS, 2005).

Nas três últimas décadas do século XX, Brasil e França utilizam-se da cooperação técnica e científica para tratar de diversos temas políticos como desenvolvimento econômico, educação e meio-ambiente. A institucionalização dos acordos científicos iniciou em 1978 com a criação do acordo de cooperação CAPES-COFECUB que passou a fomentar o intercâmbio de pesquisadores entre os dois países, sobretudo em nível de doutorado (MARTINIÈRE, 1989; CARELI, THERY *et* ZANTMAN, 1987).

Outra instituição que se consolidou como estratégica para as relações Brasil/França neste período foi o Centro franco-brasileiro de documentação técnica e científica – CENDOTEC ao qual cabe a organização e planejamento dos registros franco-brasileiros, bem como fomentar gradativamente a política de produção de registros das atividades acadêmicas realizadas na cooperação entre os dois países (CENDOTEC, 2011).

Além destas novas instâncias específicas para as relações com a França, o Brasil vivia um contexto de amadurecimento de outras importantes instituições na área do conhecimento internacional. Entre elas, o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI) e o Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBCT). Ambos sinalizavam um possível horizonte para parcerias internacionais, bem como para o amadurecimento de pesquisa e organização de fontes de dados. Entretanto, os maiores desafios do final do

século XX estariam vinculados às mudanças do contexto internacional e à crise ambiental global que apresentamos no tópico anterior.

Em meio a um contexto internacional de crise nos paradigmas da ciência e do meio-ambiente, a sustentabilidade se tornou um dos pilares das relações internacionais na década de 1990 devido seu potencial para reunir diferentes agentes políticos e atores sociais. Além disto, no cenário político instaurava-se uma crise produtiva oriunda do fim da guerra-fria e da tentativa de estabelecimento de uma nova ordem mundial, a partir da qual seria preciso reinterpretar as problemáticas e demandas do mundo internacional (THERY, 2010; CERVO, 2006, 2008).

É neste cenário que a parceria franco-brasileira se re-significa, ocasionando alterações constantes de temas e agendas, mudando de prioridades, como nos ajustes complementares de 1987 ao Acordo de Cooperação. Em 1996, a cooperação científica entre os dois países ficou especificada a partir da publicação do Acordo Quadro, com ajustes em 2001, que se destinou a traçar linhas mais claras para a cooperação científica entre as nações (MARTINIÈRE, 1989; SCHMIDT *et* MARTINS, 2005; LESSA, 2002).

Entre o final da década de 1990 e a primeira década do século XXI as parcerias franco-brasileiras passam a se caracterizar cada vez a partir de acordos que estabelecem de um lado trocas acadêmicas e de outro colaboração entre Estados. Paulatinamente, o cenário da bilateralidade abandonou uma perspectiva apenas macro-política e ocorreu com frequente incidência em temas e agendas específicos, como no caso da sustentabilidade na região do Oiapoque em específico.

É neste cenário que as relações franco-brasileiras no campo ambiental deixarão o âmbito das questões gerais para se materializarem a partir de acordos sobre o desenvolvimento e a sustentabilidade da fronteira comum entre os dois países.

Foram principalmente nos primeiros cinco anos do século XXI que a região da Brasil-França às margens do rio Oiapoque foi marcada por importantes encontros entre os dois governos. Duas gerações de presidentes, com diferentes perspectivas políticas, estiveram sobre o solo da fronteira, firmando acordos sobre o reordenamento territorial, desenvolvimento e sustentabilidade na região.

Em 25 de novembro de 1997 o então presidente da República Federativa do Brasil Fernando Henrique Cardoso encontrou o presidente francês Jacques Chirac na cidade de Saint-George de l'Oyapock. Os presidentes declararam terem o objetivo de investir na infraestrutura da região, com fins de realizar um ordenamento territorial da zona fronteira. Todavia, somente no final dos anos 1990 o Brasil e a França assinaram

o termo de colaboração para a construção da ponte que simbolizaria um nova era da circulação na fronteira franco-brasileira. Este fato é visto com empolgação pelo Estado brasileiro, conforme relatado “[...] o encontro histórico e inédito que os presidentes Chirac e Fernando Henrique acabaram de ter na fronteira comum são expressões políticas máximas destes novos tempos” (BRASIL/RPEB, 1997, p. 66).

Neste pacto de cooperação, as ações na área que envolvam questões de sustentabilidade figuraram como uma das temáticas prioritárias tanto para o incentivo de pesquisas e formações acadêmicas como para o planejamento de ações conjuntas sob o eixo “meio-ambiente e sustentabilidade” da cooperação entre os dois países.

No dia 12 de fevereiro de 2008 os presidentes Luís Inácio Lula da Silva (Brasil) e Nicolas Sarkozy (França) também se encontraram em Saint-Georges de l’Oyapock, concretizando acordos sobre a circulação na fronteira, reafirmando a disponibilidade para a cooperação das forças armadas no controle da área, no combate aos crimes ambientais, as políticas de desenvolvimento sustentável e o controle demográfico (BRASIL, 2008; BRASIL/FRANCA, 2008a, 2008b).

Os acordos firmados por Brasil e França se tornaram um *turning point* a partir do qual várias mudanças políticas e infraestruturais ocorreram no território. Logo, uma rede de ações e situações com vias à formalização do espaço fronteiriço passa a ser posta em prática a partir de meados dos anos 2000. Neste processo, um tema recorrente para a cooperação é a sustentabilidade, geralmente associada a novos padrões de desenvolvimento, em consonância com o contexto amazônico da fronteira.

Os acordos transfronteiriços assinados ao longo do século XXI se referem à “sustentabilidade” em diferentes momentos, para indicar: gestão urbana, produção agrícola, circulação de produtos, uso da floresta (Acordos Transfronteiriços, 2006-2010). Comissões transfronteiriças também são montadas para discutir questões em torno desta temática.

As problemáticas de desenvolvimento humano na fronteira franco-brasileira, associadas à ampla riqueza natural da região e à pressão internacional para preservação da amazônia; fazem desta região um ‘laboratório’ privilegiado para que Brasil e França apliquem seus projetos de políticas sustentáveis, colocando esta temática no centro do debate transfronteiriço.

Nesta perspectiva é necessário discutir: sob qual contexto a temática da sustentabilidade chega à fronteira do Oiapoque, quais instâncias e situações a popularizam, e quais são os objetivos dos projetos nacionais de base sustentável.

### 2.3 A sustentabilidade na fronteira franco-brasileira do Oiapoque

Visando compreender melhor sobre as questões que colocamos acima, recorreremos a *stakeholders*/atores-chaves capazes de nos situar sobre as principais situações (temas) e eventos (agendas) da sustentabilidade na fronteira franco-brasileira do Oiapoque.

Desta forma, estabelecemos contatos com a *Assessoria de relações internacionais* no estado do Amapá e no departamento da Guiana Francesa e, ainda, com institutos que mediam as relações entre ambos os lados da fronteira: o *Centro Cultural Franco-Amapaense (CCFA)* e o *Observatório Homem-Meio do Oiapoque (OHM)*. Ainda levamos este diálogo à duas organizações civis (associação de moradores da fronteira e de agricultores). Em todas estes espaços, entrevistamos os responsáveis e consultamos documentação<sup>27</sup> que indicasse a presença da temática da sustentabilidade em diferentes áreas, eventos, projetos e políticas destinadas à região fronteira, com a finalidade de reconstituirmos a presença dos discursos sobre sustentabilidade.

Em linhas gerais, essa investigação apresentou três ocorrências centrais para a introdução e desenvolvimento da temática da sustentabilidade na fronteira do Oiapoque:

- os projetos nacionais e regionais aplicados no contexto local;
- a própria condição socioambiental da região, composta de assimetrias de desenvolvimento humano e vulnerabilidade natural;
- as comissões transfronteiriças.

Os dois primeiros pontos nos permitem compreender que tipo de *temas* sobre sustentabilidade estão presentes na região do Oiapoque, enquanto o último nos permite apresentar algumas das *agendas* que colocaram este conceito em pauta nos eventos das comissões transfronteiriças.

O fato do Amapá vivenciar grandes desafios na melhoria das condições de vida da população, bem como da preservação amazônica, o torna alvo de muitas políticas nacionais de desenvolvimento social e conservação natural, sendo um celeiro de entrada para iniciativas que envolvem a temática da sustentabilidade. Neste sentido, a diretora do CCFA destaca que

---

<sup>27</sup> Detalhes sobre os procedimentos de consulta documental são apresentados no capítulo 1, item: procedimentos da pesquisa.

A fronteira [franco-brasileira] tem uma das áreas de floresta mais preservadas da Amazônia, mas também tem muitos problemas sociais. Por isso, tudo que vem do governo para esta região tem relação com temas sobre sustentabilidade.

Do lado francês, a assessoria de relações internacionais da Guiana destaca que desde 2005 as políticas de desenvolvimento territorial, educação e agricultura francesa estão engajadas com macropolíticas que visam a sustentabilidade na França, devido a generalização que este termo ganhou nas políticas do país a partir das diretrizes da União Européia em geral. Conforme salientou a assessora do lado guianense: “Après la Stratégie Nationale [des politiques pour la durabilité], tout passe par le concept de durabilité, car les politique d’habitation, d’agriculture et d’éducation sont toujours dans la tension entre développement du territoire et l’environnement”<sup>28</sup>.

Dentre os fatores que impulsionaram a presença do termo “sustentável” junto aos acordos firmados no Oiapoque, é possível destacar o papel de macropolíticas como: estratégias nacionais de desenvolvimento, programas de urbanização sustentável, planos de educação ambiental nas escolas e plano de metas para sustentabilidade na Amazônia<sup>29</sup> (P.O. Amazonie/ UNIÃO EUROPÉIA, 2011).

A presença de parâmetros da União Européia ou das capitais dos países é recorrente no discurso daqueles que vivem na região de fronteira. Assim, as metas ambientais e de IDH pretendidas por Brasil e França chegam ao Oiapoque por intermédio de políticas que tentam conciliar diferentes interesses utilizando o conceito de sustentabilidade.

As nomenclaturas de “sustentável” surgem, então, como estratégia política para conciliar diferentes ações na região, e colocar diferentes atores em torno de um mesmo debate. A assessoria de relações internacionais do Amapá, salienta que as próprias unidades regionais (Amapá e Guiana) passam a partir dos anos 2000 a desenvolver projetos adjetivados como sustentáveis, tais como: habitação em área de floresta, controle do desmatamento, manejo florestal, gestão de unidades de conservação. “Os projetos que tem a sustentabilidade no seu foco são muitos, talvez poderíamos dizer praticamente todos, pois como se trata de uma questão muito importante, [isto] se tornou uma constante nos projetos de todas as áreas”.

---

<sup>28</sup> Tradução livre do depoimento original em francês: A partir da “Estratégia Nacional” [de políticas para sustentabilidade], tudo passa pelo conceito de sustentabilidade, pois as políticas de habitação, agricultura e educação estão sempre na tensão entre o desenvolvimento territorial e o meio-ambiente.

<sup>29</sup> A análise da consequência destas políticas no cotidiano dos habitantes será ampliada no capítulo 4, quando trataremos das iniciativas de Educação Ambiental.

De acordo com Mello (2005), a difusão das políticas públicas ocasiona a chegada do discurso sobre sustentabilidade às comunidades amazônicas antes dele fazer parte das práticas das pessoas, correndo o risco de esvaziar-se de conteúdo. Neste sentido, Sachs (1998) argumenta que isto apresenta ao mesmo tempo uma oportunidade e um perigo. Oportunidade para que as pessoas sejam provocadas sobre uma nova perspectiva de ambiente, um novo discurso, que pode apresentar elementos interessantes ao contexto local. Porém, tal discurso se torna um perigo se apresentado como regra a ser aplicada, pois qualquer iniciativa de sustentabilidade necessita empoderar a relevância dos sujeitos para que seja algo concreto.

Neste sentido, uma das entrevistadas salienta que, para além das políticas públicas atuais:

A região da fronteira sempre foi marcada pelo desafio das comunidades que vivem na floresta. A sustentabilidade é apenas a perspectiva atual de falar deste desafio, mas isto já ocorria lá atrás [no passado] com a luta pelas direitos indígenas, a construção dos acessos para as pequenas cidades, os projetos para controlar a poluição e o desmatamento que são lutas antigas (Direção do CCFA).

Os entrevistados salientam então a existência de uma segunda dimensão da sustentabilidade na zona de fronteira que não estaria necessariamente subjulgada às políticas públicas. Eles referem-se à própria característica da região que tem como grande desafio a conciliação entre as condições de vida das pessoas em área de floresta, ao mesmo tempo em que há muitas metas de conservação ambiental.

As experiências locais demonstram que os fatores que garantem uma convivência sustentável não é a ausência de pessoas no meio natural, mas as estratégias de gestão utilizadas para a interação entre ambos. Exemplo disto pode ser observado no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (PNMT)<sup>30</sup>, localizado na linha fronteira do rio Oiapoque.

Em entrevista que realizamos com o diretor geral do parque, o mesmo evidencia que apesar do parque nacional ser concebido como instância de preservação plena, sobre a qual não haveria habitação humana permanente, é possível observar experiências sustentáveis em comunidades que lá se encontram inseridas. O diretor exemplifica o caso de Vila Brasil, localidade que pertence ao município de Oiapoque,

---

<sup>30</sup> O PNMT é um dos maiores parques naturais do mundo, com uma riqueza de biodiversidade ainda a ser estimada. Faz parte do mosaico ambiental que se estende entre o oeste do estado do Amapá e o extremo noroeste do estado do Pará. Cf. LE TOURNEAU (2013).

inserida no interior do PMNT, onde há “Tentativas para pensar estratégias sustentáveis de turismo, pesca e participação da comunidade nas atividades do PMNT”.

Todavia, o diretor também salienta que outros casos de habitação no parque não são exitosos, como no caso de *Ilha Bela*, onde a perspectiva da instalação se deu para fins de exploração indiscriminada da natureza, como garimpo ou para atividades de comercialização ilegal com o lado guianense da fronteira.

A partir deste exemplo, é possível concretizar o fato de que a sustentabilidade no Oiapoque ocorreu a partir da gestão entre pessoas e ambiente, dependendo das condições de gestão e não da ausência de pessoas.

Neste sentido, as assessorias de relações internacionais da Guiana e do Amapá salientam que em ambos os lados da fronteira a tentativa é de reconhecer a presença humana nas áreas de fronteira, pensando políticas ambientais que possam escutar diferentes agentes políticos e atores sociais antes de elaborar suas ações.

As assessorias ainda destacam que foi a partir desta perspectiva que surgiram as comissões transfronteiriças. Nelas questões recorrentes sobre meio-ambiente e das regras de ordenamento territorial na fronteira passaram a recorrer correntemente à idéia de sustentabilidade como estratégia para habitação humana na região do Oiapoque.

As comissão transfronteiriças, passaram, então a configurar as principais agendas sobre diversas questões bilaterais, dentre as quais se inserem os debates sobre sustentabilidade. Para além das comissões mistas, as instituições de pesquisa também são responsáveis pela promoção de algumas das principais agendas acerca da discussão da sustentabilidade na fronteira. No contexto do Oiapoque, este papel é exercido prioritariamente pelo *Observatoire Hommes-Milieus* (OHM) do CNRS.

A partir do OHM são realizadas desde 2008 pesquisas na fronteira do Oiapoque sobre temas que envolvem prioritariamente temas como biodiversidade, gestão territorial, cultura local, cooperação transfronteiriça e habitação. Na maior parte dos projetos de quaisquer destas áreas, os desafios do binômio sustentabilidade/condições de vida estão presentes como temática transversal ou como parte das propostas de campo. A atenção dos pesquisadores ao diálogo com a sustentabilidade envolvem estudos de modelização do espaço, das condições de habitação na floresta, das atividades de pesca e agricultura, do papel exercido pelas instituições públicas e das diferenças na legislação ambiental de Brasil e França, dentre outros.

Torna-se interessante percebermos que este diálogo em torno das questões ambientais na fronteira do Oiapoque é resultado de uma longa história de relações

(disputas, colaborações, negociações) entre Brasil e França. As questões ambientais estão historicamente no centro da história entre os dois países, sendo necessário visitar um pouco desta história para compreendermos a importância dos debates ambientais, desde a perspectiva dos “recursos naturais” no período colonial até as tentativas de sustentabilidade no mundo contemporâneo.

#### **2.4 História das relações Brasil-França: primórdios das questões ambientais e bilaterais**

A história das relações entre Brasil e França<sup>31</sup> é atravessada por eventos em torno de questões ambientais. Seja nas disputas por território entre França e Portugal, na soberania sobre recursos naturais ou nos acessos ao território da Amazônia. Veremos que estas relações são baseadas em disputas entre os séculos XVI e XVIII e em negociações nos séculos XIX e XX, transformando-se em tentativas de colaboração na fronteira comum entre os dois países (Oiapoque) ao longo do século XXI. Assim, percebemos o papel central que nosso campo de estudo exerce nas relações contemporâneas entre Brasil e França, dada sua condição de fronteira comum.

Cabe salientar que o entendimento do termo “relação” que utilizamos para designar experiências entre França e Brasil desde o período colonial até à atualidade, não faz nenhuma referência à harmonização ou romantização de tais contatos. Esse termo expressa toda a gama de encontros e mediações realizadas entre os dois países, podendo indicar: conflito, troca, negociação, discordância, mediação, rede de contato ou de embate político, econômico, social e cultural entre nações (RENOUVIN *et* DUROSELLES, 1981).

Nesta perspectiva, o conceito de relação não pertence à geografia ou à história de uma ou outra nação, mas à dimensão construída “entre” ambas a partir de seus contatos. Assim - da colônia à república, das invasões aos acordos de cooperação - a geohistória das relações franco-brasileiras não é pensada como elemento acessório à contemporaneidade, mas enquanto campo de significação das tentativas de aproximação entre Brasil e França, de seus encontros, desencontros e contradições.

---

<sup>31</sup> Os fundamentos históricos desta análise seguem os mesmos parâmetros teórico-metodológicos da História das Relações Internacionais, conforme detalhado na introdução e indicado no início deste capítulo.



A dimensão territorial é sempre muito expressiva quando falamos da formação histórica de um país, pois os processos de ocupação espacial são sempre marcados por relações de poder conflituosas em níveis econômicos, sociais e culturais. É nessa dinâmica que identificamos o início das históricas disputas territoriais entre o Brasil e a França, no período da formação colonial brasileira.

#### ***2.4.1 Da observação às alianças indígenas: pré-história ambiental franco-brasileira***

Ao final do século XV, no conhecido dia 22 de abril de 1500, a formação territorial do espaço que hoje concebemos como Brasil foi iniciada a partir da chegada dos exploradores portugueses liderados por Pedro Álvares Cabral no litoral da atual cidade de Porto Seguro. Esta exploração d'além-mar estava baseada no Tratado de Tordesilhas que determinava a divisão do mundo entre Espanha e Portugal, segundo assinaram em 04 de junho de 1494 pelos reis de Portugal e Castilla y Aragón. Este tratado estabelecia que todas as terras e os mares encontrados a leste da linha imaginária traçada a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde seriam posses dos portugueses enquanto que as descobertas a ocidente da referida linha pertenceriam aos espanhóis (MAGNOLI, 2008).

Alguns anos depois, no início do século XVI, a França iniciou relações de disputa territorial nos domínios cartograficamente reservados a Portugal pelo Tratado de Tordesilhas. Neste contexto, a França se interessava cada vez mais pela costa atlântica sul-americana graças a diversos aspectos, tais como: controle do fluxo comercial para as Índias, acesso à navegação sobre o Rio Amazonas e à exploração de novos recursos naturais, ainda desconhecidos pelos europeus (JENINGS, 2008; DA COSTA, 2003).

Em 1503 o primeiro francês a tentar estabelecer relações com os habitantes indígenas no Brasil foi *Binot Paulmier de Gonneville*, abordo da nau *l'espoire* que desembarcou no litoral da atual ilha catarinense de São Francisco do Sul (MOLLAT DU JOURDIN, 1964). De acordo com Théry (1987, p. 37) Gonneville «organisa même une société en commandite pour équiper un navire, resta six mois dans l'actuel Santa Catarina et ramena en France le fils du chef indien avec qui il avait su nouer de bonnes relations ».

No retorno à França, além de espécimes da fauna e da flora brasileira, Gonneville leva consigo o filho do cacique tupinambá Arosca, denominado “o príncipe brasileiro”, o índio de nome *Essomericq* deveria retornar em vinte dias à sua tribo.

“Incapaz de arcar com a viagem de volta, Gonneville oferece ao rapaz uma de suas filhas em casamento. Tal união iniciará uma linhagem de franco-brasileiros” (KECHICHIAN *et* TERZIAN, 2009, p. 16).

Seguindo a tentativa de Gonneville, outros navegadores franceses fizeram alianças com os indígenas, ameaçando o controle português no litoral sul-sudeste do Brasil. “Nas décadas seguintes, a presença constante dos franceses no litoral brasileiro, que perdura por todo o século XVI, é vista não só como uma preocupação, mas como uma afronta” (Idem, p. 15).

Como o litoral meridional do Brasil ainda se encontrava isolado da influência dos portugueses, Gonneville e os outros exploradores [Jehan Denys, 1519; Jean Parmentier, 1920] tinham a expectativa de conquistar aquele território a partir de alianças com os indígenas e da ocupação dos “espaços vazios”, ou seja, dos grandes vazios geográficos entre tribos, ainda intocados pelos portugueses (MARTINIÈRE *et* CARDOSO, 1989; MARIZ, 2008; MARIZ e PROVENÇAL, 2001).

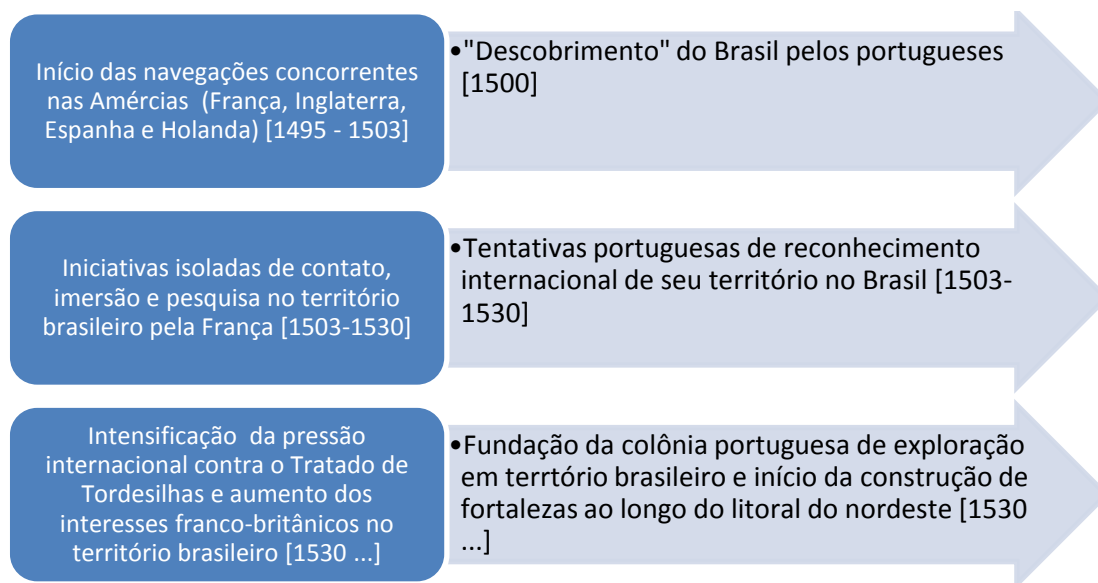
Percebemos que, neste primeiro momento, a presença em ambiente natural com tentativas de ocupação a partir da formação de aliados e do estudo do espaço foram algumas das primeiras estratégias francesas de relação direta com o território brasileiro. Neste contexto, o meio-ambiente representava tanto um seletivo para aquisição de fonte fornecedora de matéria-prima como representava poder político no cenário internacional.

É necessário lembrar, todavia, que nesta época (entre 1500 e 1530) Portugal estava quase totalmente ausente do território brasileiro. Após a “descoberta”, em 1500, Cabral e as naus partiram para Portugal e os exploradores lusitanos apenas retornaram ao Brasil em 1503, enquanto a colônia de ocupação do Brasil somente foi oficializada trinta anos depois por meio da expedição colonizadora que desembarcou no Brasil em cinco navios e quatrocentos homens que tinham por missão afugentar os interesses franceses e viajar a costa brasileira para formar polos de colonização (GAFFAREL, 1878). Antes desse período não havia um consenso dos próprios portugueses sobre a cartografia das terras consideradas como suas e nem mesmo um plano definido de ocupação do território (KECHICHIAN *et* TERZIAN, 2009). Além disto, cresciam os questionamentos sobre a legitimidade de *Tordesillas* por outras nações não beneficiadas com a partilha das terras, como França, Inglaterra e Holanda (MORAES, 2005; THÉRY, 1987).

Dentre essas nações foram às expedições francesas que conseguiram naquele período obter resultados favoráveis junto aos indígenas, sendo este um diferencial competitivo, tendo em vista que os portugueses lutavam contra os indígenas e, desta forma, tinham grande dificuldade para avançar rumo ao sul. A este respeito, Théry (1987, p. 38) destaca que diversas guerrilhas de indígenas com franceses aliados combatiam o avanço dos portugueses, de maneira a instaurar « une véritable guerre dont l'issue fut longtemps incertaine, à tels point que vers la moitié du XVIe siècle on pouvait se demander si le Brésil était en fait une colonie portugaise ou française<sup>32</sup> ».

Foi ao longo destes trinta anos iniciais de colonização que os demais países interessados no território brasileiro acabaram por constituir uma pressão internacional sobre Portugal, sobretudo da França e da Inglaterra, forçando-o a instaurar na década de 1530 uma política de colonização permanente como resposta à conjuntura externa. (MORAES, 2005; THÉRY, 1987).

Quadro 04: As pressões internacionais e suas consequências à colônia portuguesa no Brasil



Fonte: elaborado pelo autor

Vemos no quadro 4 que o cenário internacional exerceu um papel preponderante na fixação portuguesa em território brasileiro, uma vez que desde o descobrimento até a

<sup>32</sup> Tradução livre do original em francês: uma verdadeira guerra sobre a qual a motivação foi incerta por muito tempo, a tal ponto que por volta da metade do século XVI, poder-se-ia perguntar se o Brasil era uma colônia portuguesa ou francesa.

montagem do processo colonizador oficial, em 1930, o interesse das outras nações atuou como poder ameaçador aos lusitanos, impulsionando-os a territorializar o espaço brasileiro como estratégia de soberania sobre os recursos naturais daquela colônia.

Neste sentido, a concepção do meio-ambiente no Brasil foi, desde o princípio, iniciada por tensões internacionais e disputas de poder territorial entre diferentes nações. Logo, o Brasil é concebido historicamente como espaço de interesse mundial, tendo em sua riqueza natural um dos grandes elementos de motivação dos interesses europeus, sobretudo a exploração do *Pau Brasil*. Esta árvore apresentava fácil extração, devido ser encontrada próximo à costa atlântica, tendo grande valor comercial devido sua tintura que poderia enriquecer o comércio têxtil-portuário de Rouen e Dieppe, no litoral da Normandia (KECHICHIAN *et* TERZIAN, 2009).

De acordo com Ab'Saber (1996), a espécie Pau-Brasil recobria quase toda a faixa de Mata Atlântica naquela época, estendendo-se entre o Rio Grande do Norte e o litoral de São Paulo, com cerca de 70 milhões de árvores, numa faixa média de 20 quilômetros de largura em direção ao interior.

Evento ainda marcante nas disputas territoriais franco-brasileiras na primeira metade do século XVI foi a invasão da Feitoria Régia, próxima ao porto de Pernambuco, feita por dois navios advindos de Marselha, liderados pelo comerciante *Jean Dupéret*, em meados de 1631. A partir de então, fundam uma Fortaleza em Ilha de Itamaracá, próxima a atual cidade de Recife, que foi denominada de *Île Saint-Alexis*. No retorno à Europa, a fortificação brasileira havia ficado protegida por cerca de 70 homens. A outra metade da tripulação destina-se à Marselha junto às toneladas de Pau-Brasil, peles de animais e espécimes vivos levados pelos franceses. Todavia, nessa viagem de regresso os comerciantes franceses são surpreendidos por um amplo ataque das tropas portuguesas que recuperam as mercadorias e o controle da região estratégica de Pernambuco (CARELLI, 1993; TOSTES, 2008).

Esta última iniciativa francesa citada demonstra o quanto o território brasileiro estava ainda indefinido em sua territorialidade (MORAES, 2005, 2000), dependendo de ações políticas isoladas de ambos os lados. A invasão da Feitoria Régia pode ser considerada como atípica para a época por dois motivos: primeiramente, por ocorrer diretamente nos territórios já ocupados pelos portugueses, não se baseando na estratégia

de ocupação nos “vazios espaciais”, conforme feito anteriormente e, em segundo lugar, pelo fato de não visar uma fixação político-estratégica, mas sobretudo comercial.

#### ***2.4.2 Da Antártica ao Equador: territórios franco-brasileiros dos séculos XVI e XVII***

A colônia de exploração portuguesa, todavia, só enfrentou oficialmente uma disputa territorial com a França a partir de meados do século XVI, com a instalação da *France Antarctique*.

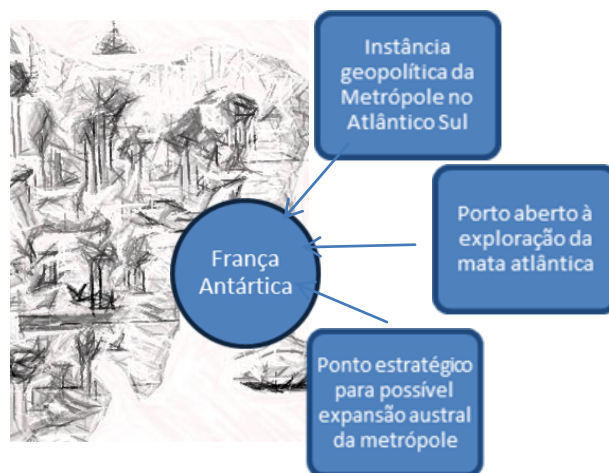
Liderada pelo Chevalier de Malta, o almirante francês Nicolas Durand de Villegaignon, em 10 de novembro de 1555, teve início a expedição “França Antártica” que visava à ocupação francesa na região da Baía de Guanabara, com a finalidade de estabelecer um processo colonizador naquela região ainda inexplorada pelos portugueses (GAFFAREL, 1878; LESTRINGANT, 1985; FRANCA, 2008). A importância da chegada da expedição da França Antártica é destacada por muitos historiadores como um marco na ocupação do Brasil tão ou mais expressivo do que a chegada dos portugueses anteriormente, chegando alguns a destacar que se tal ocupação houvesse obtido êxito em sua fixação no território nacional “o Brasil de hoje talvez pudesse ser chamado *Brésil*” (KECHICHIAN *et* TERZIAN, 2009).

A França Antártica significou o início de um novo período das relações francesas com o território brasileiro, pois inaugurou uma tentativa de efetiva colonização. É a partir desta política que foi construído o Forte *Coligny*, edificado entre 1555 e 1557. Este forte demonstrava o intento francês de primeiramente se fixar na região às margens da mata atlântica, para posteriormente projetar um possível avanço rumo ao interior. As prioridades de expansão iriam em duas direções: 1) junto às zonas do Pau Brasil próximas ao litoral e 2) em direção ao litoral sul anteriormente visitado por Gonneville (LESTRINGAN, 1998, 2008; FRANCA, 2008).

Logo, a partir desta experiência, a política territorial francesa para o Brasil não estava mais baseada na observação e nos contatos isolados, mas na constituição de territorialidades ligadas à política, a cultura e a economia (CARRELI, 1993, 1987). Assim, a Baía de Guanabara passou a representar um ponto articulador da região de

influência da França sobre o Brasil, centralizando os interesses de fixação e expansão. Conforme ilustrado na figura abaixo.

Figura 04 – Papel estratégico da França Antártica



Fonte: elaborado pelo autor

É possível, todavia, analisar que a França Antártica mantém uma característica dos contatos colonizadores naquela época: a aproximação aos nativos. Na montagem inicial da França Antártica uma das principais estratégias utilizadas pelos franceses para integrar-se à região do litoral sudeste foi a aproximação com tribos indígenas locais, assim como ocorreu anteriormente nas expedições francesas da primeira metade do século. Assim, a aproximação com as comunidades indígenas facilitava a territorialização dos franceses aquele novo espaço, aproveitando da familiaridade dos indígenas com o meio (TOSTES; 2008; LESTRINGAN, 2008).

Um novo aspecto a ser destacado, entretanto, foi o fato da equipe de Villegaignon ter passado significativo período, mais de três anos, sem grandes conflitos com os portugueses. Isto permitiu, por um lado, que a apropriação daquele meio-ambiente fosse se incorporando enquanto território que possuía significação sócioespacial para os estrangeiros do hexágono. Em contrapartida, um dos aspectos culturais que mais dificultaram a territorialidade dos franceses em solo brasileiro não se

referia à cultura local e sim, às heranças de diferenças culturais trazidas da França pelos tripulantes (KECHICHIAN *et* TERZIAN, 2009).

Neste aspecto, muitos autores relatam que as tropas de Villegaignon somente não se consolidaram naquele período devido às dificuldades de relacionamento entre este líder e parte significativa dos residentes. O Chevalier de Malta era conhecido como um comandante extremamente duro e intransigente com as diferenças religiosas e culturais entre seus subordinados. Logo, muitas alianças entre Villegaignon e seus comandados foram desfeitas ao longo dos três anos iniciais da França Antártica, de maneira que muitos retornaram para a metrópole e outros foram viver junto aos grupos indígenas da região (MARIZ, 2008; CALLADO, 2008; TOSTES, 2008).

Junto aos indígenas, a França Antártica também perdeu credibilidade, uma vez que as parcerias inicialmente estabelecidas passaram a se configurar mais enquanto exploração dos indígenas pelos franceses do que efetivamente como algum tipo de cooperação. Além disso, os ânimos se exaltavam ao passo que Portugal se consolidava na colonização do nordeste e temia a perda do controle do litoral sul do Brasil. Assim, paulatinamente, montava-se um contexto de conflito territorial entre Brasil e França que tinha como grandes personagens Villegaignon do lado francês e Mem de Sá, terceiro governador geral do Brasil, como representante português (FRANCA, 2008).

Em 1560 *Villegaignon* viajou à Metrópole, deixando a França Antártica sob a liderança de seu sobrinho, *Bois-le-Comte*. Mem de Sá aproveita a oportunidade e invade o local, destruindo o Forte Coligny e expulsando os franceses. As batalhas em torno da região da Guanabara ainda se estenderiam por mais de uma década, ocasionando inclusive a morte do próprio Mem de Sá, em 1567, na Batalha do Outeiro da Glória, causada por uma flecha envenenada que lhe teria atingido o rosto (CALLADO, 2008).

Mesmo após a dissolução oficial da França Antártica, o grupo de Villegaignon continuou presente na zona de influência da Baía de Guanabara, ocupando alguns espaços considerados como “vides géographiques” em torno da área de acesso à Baía. Esta foi a última estratégia territorial do Chevalier para recuperar a França Antártica, acreditando que a ocupação desta zona de vizinhança possibilitaria novas investidas rumo à Guanabara. Tal estratégia territorial ocorreu por quase vinte anos. Os últimos vestígios desta presença foram destruídos pelos portugueses no ano de 1579, na região de Cabo Frio (THÉRY, 1987).

Ao longo das duas décadas de ocupação dos “vides géographiques”<sup>33</sup> diversos fatores da realidade internacional não contribuíam para o fortalecimento de tais iniciativas, uma vez que a França vivia um processo de expansão das navegações rumo à África e Ásia, estabelecendo outras prioridades e levando à dispersão paulatina das forças de apoio à retomada da França Antártica (CALLADO, 2008; FRANCA, 2008).

Esse período de chegada francesa ao Brasil foi intensificado com outra iniciativa semelhante ocorrida no início do século XVII, *La France Équinoxiale*. Ocorrida entre 1612 e 1613, a França Equinocial possui uma política territorial com muitas proximidades àquelas da França Antártica, sendo portanto necessário pensar o conjunto de relações territoriais que ambos movimentos estabelecem no território brasileiro (KECHICHIAN *et* TERZIAN, 2009).

A França Equinocial também se tratou de um movimento de ocupação francesa liderado pelo Senhor da *Ravarderie*, Daniel de La Touche, em uma região ainda não ocupada pelos portugueses. A região escolhida para esta ocupação foi uma ilha situada na porção norte do litoral nordeste brasileiro, entre a foz do Amazonas e as áreas de influência dos portugueses no litoral oriental de Pernambuco. Assim, a referida região era estratégica pela localização próxima às áreas de interesse, mas resguardada do contato militar direto dos lusitanos (CARELLI, 1987; MOLLAT DU JOURDIN, 1964).

Ao chegar à ilha os franceses mantiveram sua estratégia de aproximação com nativos como forma de apropriação do território e meio de penetração nos aspectos naturais e sociais do meio-ambiente local. Antes à chegada oficial da equipe comandada por De La Touche, os navegadores Jacques Riffault e Charles des Vaux já haviam visitado a então Ilha de Úpaon-Açu, conforme denominada pelos indígenas, e feito contato com as populações locais em torno da ilha, facilitando o desembarque das tropas futuras (GAFFAREL, 1878).

Ao chegar em 1612, De La Touche denominou o lugar de *Île Saint-Louis*, em homenagem ao Rei. Dada a condição geográfica de ilha, os franceses acreditavam em uma maior facilidade em defender-se das forças contrárias. Assim, a condição física do meio-ambiente foi também um dos fatores para escolha do local desta nova investida

---

<sup>33</sup> Vazios geográficos em relação à geopolítica da colonização, pois efetivamente haviam outras populações, sobretudo indígenas, ocupando os territórios.



francesa em território brasileiro, sendo um dos elementos de estratégia territorial (GAFFAREL, 1878).

Entretanto, o cenário mostrou-se contrário às expectativas dos franceses. A situação insular da cidade e sua proximidade ao continente foram elementos favoráveis aos portugueses, que cercaram as redondezas e expulsaram os franceses cerca de um ano depois do desembarque.

A presença da França Equinocial ficou fortemente encravada na história daquela região. Dentre elas podemos destacar a manutenção do nome Ilha de São Luis para a antiga *Île de Saint-Louis*. Na atualidade a cidade de São Luís guarda ainda a marca territorial de ser a única capital de estado federativo brasileiro cuja fundação tem origem em povos não portugueses (MOLLAT DU JOURDIN, 1964).

Todo este período compreendido entre a segunda metade do século XVI e a primeira metade do século XVII é marcado por estratégias francesas e portuguesas de ocupação do território a partir de frentes diferentes.

Os portugueses tentavam legitimar o Tratado de Tordesilhas, exercendo controle sobre pontos estratégicos, mesmo não efetivando um processo de colonização organizado e com irregular povoamento de portugueses da região. As estratégias portuguesas centravam-se tanto no confronto militar com os indígenas que eram submetidos a suas ordens como com outros povos europeus.

A insuficiente integração das frentes portuguesas permitiu então que muitas células diferenciadas fossem formadas ao longo do país, estando o processo de povoamento ainda focado no litoral oriental do nordeste, deixando amplos “vazios geográficos” ao longo da costa. As estratégias francesas, por sua vez, tinham como pontos prioritários: as alianças com os habitantes indígenas, o estudo dos vazios territoriais e a investidura de ocupação a partir destes espaços que eram escolhidos estrategicamente.

Todavia, em quaisquer destas estratégias a ideia de Brasil enquanto nação ainda estava longínqua, e as disputas estavam centradas no interesse econômico sobre os recursos naturais; no poder estratégico de controle do litoral atlântico e na posse de vasto campo para a pesquisa e à exploração.

### **2.4.3 Ambiente e iluminismo entre os séculos XVIII e XIX**

Uma significativa marca do cenário internacional no século XVIII foi o rearranjo das prioridades estabelecidas pelas forças conflitantes a Portugal, uma vez que os principais rivais - Inglaterra, França e Holanda – estavam centrados sobre a conquista de territórios no Caribe e nas Guianas (DROULERS, 2001, 2006).

A primeira metade do século XVIII é caracterizada como um período de silêncio ou escuridão nas relações territoriais franco-brasileiras, tendo em vista que nenhum grande projeto de povoamento esteve em disputa direta entre os dois países. Além disto, o início deste século testemunhou invasões bélicas que acirraram as disputas militares e comerciais de ambos os lados. Neste sentido, alguns episódios marcantes foram as invasões dos corsários Duclerc (1710) e Duguay-Trouin (1711) no Rio e a tomada de Fernando de Noronha (1736).

A declaração de guerra feita por Portugal à França no início do século XVIII incentivou o corsário Jean-François Duclerc a planejar a reconquista da Baía de Guanabara em nome do Rei Luís XV, sobretudo devido ao acesso portuário desta região para transporte do ouro das Minas Gerais. A missão de Duclerc fracassou ele foi feito refém até ser assassinado alguns meses depois.

Sob pretexto de “vingança” à morte de Duclerc, os franceses se revoltaram e René Duguay-Trouin assumiu nova missão composta por dezessete navios e quase seis mil homens que invadiram o Rio de Janeiro em 12 de dezembro de 1711, partindo de *La Rochelle* (TAVARES, 1973; TROTTEIN, 1996).

A cidade do Rio de Janeiro, considerada até então inconquistável, foi tomada pelo pânico e permaneceu por dois meses sob o domínio das tropas de Duguay-Trouin que apenas se retiraram após o pagamento de resgate de mais de seiscentos mil cruzados, além de diversos produtos cedidos pelo governo local. Duguay-Trouin foi recebido com honras de Estado na França, ganhando carta de nobreza do rei Luís XIV.

A intervenção do grupo de Duclerc foi posteriormente representada pelo Barão de Rio Branco, dados de 1711, no mapa das áreas invadidas na Baía de Guanabara.

### Mapa 03 – Invasões no Rio de Janeiro



Fonte: MRE *on ligne*, 2012; autoria Barão do Rio Branco baseado em documentos de 1711.

A conquista de Fernando de Noronha se deu pacificamente por meio de ocupação da área pela Companhia Francesa das Índias Ocidentais em 1736, sob comando do capitão Lesquelin que denominou o arquipélago de *Île Dauphine*. A referida invasão foi expulsa por uma força de duzentos homens sob o comando de João Lobo de Lacerda em 06 de outubro de 1737 e levou a capitania de Pernambuco a adotar a construção dos três fortes que circundam a ilha até hoje (VIEIRA, 2011; DONATO, 1996).

Percebemos que nas experiências citadas, a perspectiva territorial encontra-se extremamente reduzida aos interesses comerciais diretos e, desta forma, não representam mais um projeto francês de colonização do Brasil, configurando-se como um período conflituoso nas disputas franco-brasileiras. Em contrapartida, ao passo que as disputas bélicas franco-brasileiras se tornavam cada vez menos frequentes, outra

marca da influência francesa se intensificava no Brasil ao longo do século XVIII, determinando novos padrões de racionalidade no uso do espaço, na urbanização e na economia das cidades, tratava-se do Iluminismo e do ideal de modernidade. Por isso, a segunda metade do século XVIII, bem como os cem anos posteriores, são compreendidos como o período das luzes da influência cultural europeia, sobretudo francesa, no Brasil, conforme discutimos no capítulo anterior.

Símbolo maior da presença das perspectivas modernas europeias no estado brasileiro foi a idéia de progresso, marca central da modernidade, estampada no maior símbolo do país, a bandeira nacional, sob o desígnio modernizador “Ordem e Progresso”. A maior parte dos movimentos intelectuais brasileiros entre os séculos XVIII e XX, bem como as revoltas populares e os ideais de trabalho estavam inspirados em ideias iluministas. A “conspiração mineira”, por exemplo, foi planejada por três alunos seguidores de *Montesquieu* (THÉRY, 1987).

A presença teórica francesa se impunha como fundamento prioritário da educação nacional, mesmo que as práticas políticas vigentes no Brasil fossem extremamente contraditórias com muitos dos preceitos iluministas. O poder moderador do Império, por exemplo, configurava-se como um dentre os muitos cadafalsos entre a inspiração e a prática iluminista no Brasil.

A reprodução de hábitos culturais e indumentárias francesas também marca a paisagem das cidades brasileiras do século XIX, instaurando uma “coqueluche française”. Assim, o ambiente das cidades que o Brasil construía lentamente se baseava nos ideais franceses de urbanização e paisagem.

Naquela época, a distribuição geoespacial do Brasil ainda apresentava um frágil processo de integração nacional. Logo, as cidades de regiões litorâneas [Rio de Janeiro, Recife, Salvador, São Luís, Belém] funcionavam como células de um arquipélago continental cujas vias de comunicação e os contatos comerciais internos eram precários (DROULERS, 2001). Tais cidades estavam voltadas às relações fora do Brasil e para os negócios d’além-mar. Neste contexto, as relações com os países europeus, na maioria das vezes, eram mais acessíveis do que os contatos com as outras cidades do Brasil.

Enquanto os fenômenos da modernidade efervescente atuavam culturalmente no litoral brasileiro, as fronteiras interiores viviam outras relações com os países europeus,

baseadas nas disputas finais pela demarcação do traçado político na América do Sul. Foi nesta dimensão que Brasil e França vivenciaram sua última disputa territorial, na qual o cenário central não se situava mais nas áreas urbanas ou nos grandes portos comerciais, e sim numa região despovoada da Amazônia: a fronteira do Rio Oiapoque.

#### ***2.4.4 Do centro à periferia: deslocamentos territoriais nos séculos XIX e XX***

A disputa territorial de Brasil e França ao longo da história teve como protagonistas os Estados nacionais, e como objetivo conquistas ligadas diretamente ao poder destes Estados e às territorialidades de suas metrópoles. Todavia, um episódio que durou mais de um século, denominado de *Contestado Franco-Brasileiro*, marcou profundamente as relações bilaterais numa nova perspectiva, pois deslocava a disputa territorial dos centros nacionais para uma região fronteiriça de interesse periférico, localizada no platô das guianas, na região setentrional da Amazônia (AB'SABER, 1996).

Também conhecido como *A Questão do Amapá* ou *A disputa da região Oiapoque-Araguary*, o Contestado Franco-Brasileiro refere-se à disputa pela definição dos limites territoriais entre a Guiana Francesa e o atual estado do Amapá (Brasil), problematizada desde o século XVIII e agravada a partir da segunda metade do século XIX (MARTINS, 2005).

Em 1713, preocupados com o avanço francês na porção setentrional da Amazônia, os portugueses retornam à proposição de estabelecer um tratado de definição de limites, conforme já havia sido decorrente da guerra de secessão da Espanha. A grande preocupação lusitana era que os franceses chegassem até à margem esquerda do Amazonas e, desta forma, tivessem acesso à navegação do rio, o que conseqüentemente oportunizaria a ocupação de outros territórios. A França, por sua vez, após o insucesso das tentativas anteriores de fixação na Amazônia e, fragilizada pela agitação política da época, também demonstrava interesse em estabelecer um limite territorial, garantindo assim o reconhecimento de sua presença na região pelas outras nações.

Desta forma, foi assinado em 1713 o tratado de Utrech pelos reis da França e de Portugal, estabelecendo o rio Oiapoque (na época Japoc ou Vincente Pinzon) como fronteira natural entre os dois reinos na América do Sul (França/Portugal, 1713). Naquela época a cartografia da região do Platô das Guianas ainda era extremamente imprecisa e havia certas discordâncias sobre a localização do Oiapoque cujas informações mais exatas eram as de que se tratava de um rio que fluía na direção sul-norte, partindo do interior amazônico ao litoral, cercado de florestas de ambos os lados da divisa (LE TOURNEAU, 2013).

Foi no início do século XIX, mais precisamente em 1808, que iniciaram os incidentes diplomáticos entre portugueses e franceses no território da Guiana. Quando Napoleão Bonaparte invadiu o Reino de Portugal, em Lisboa, a corte portuguesa fugiu para o Brasil. Como resposta militar, a corte ordenou que a guarda portuguesa instalada no Brasil invadisse a cidade de Caiena e tomou o controle da capital da Guiana Francesa (THÉRY, 1987).

As forças armadas portuguesas permaneceram na Guiana por quase uma década, período em que as relações entre os luso-brasileiros e os franceses eram instáveis devido a invasão napoleônica em Portugal. Apenas em 1815 Portugal e França assinam um acordo de paz, e em 1817 as últimas tropas portuguesas deixaram a Guiana Francesa.

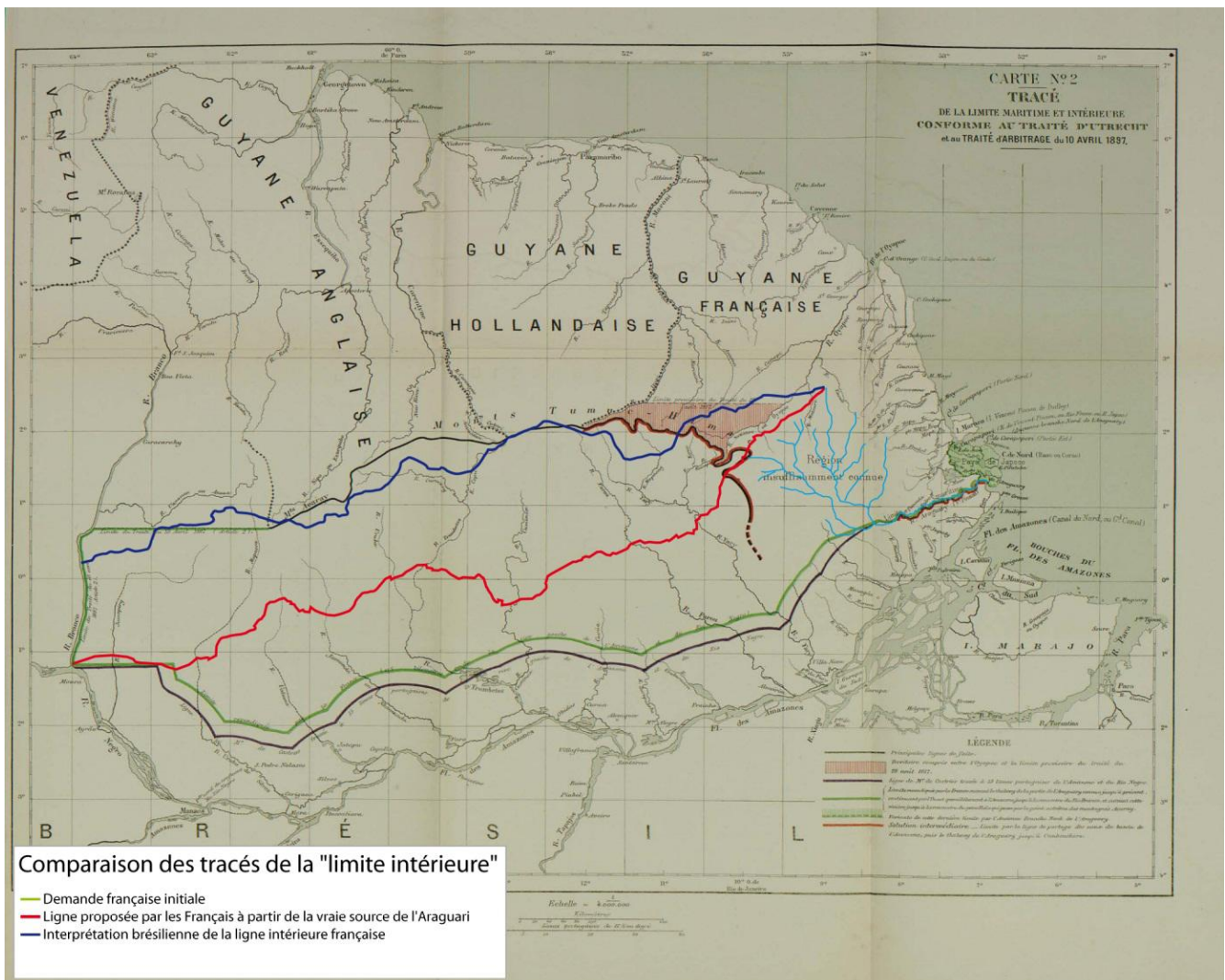
A partir de então, fortaleceu-se ao longo de todo o século XIX a ideia de que a soberania dos territórios de Brasil e França no Platô das Guianas estava ameaçada, uma vez que os limites territoriais não estavam claros e poderiam ser questionados por quaisquer das partes interessadas.

Em 1822, com a independência do Brasil e sua transformação em Império, o país reivindicou enquanto herdeiro de Portugal o reconhecimento do *Tratado de Utrecht*, com conseqüente posse do território do Amapá. A França, por sua vez, alega que a localização do rio Oiapoque, marco natural da fronteira, não é aquela pleiteada pelo Brasil, tomando o atual rio Araguay como base de referência para definição da fronteira (LE TOURNEAU, 2013).

Ao assumir o Império, D. Pedro II descobriu, a partir de seus observadores, que no tempo da Cabanagem, os franceses construíram uma fortificação nas imediações do Amapá, mais precisamente numa localidade às margens do *lago Ramudo*, e resolveu em

negociação junto ao imperador da França Napoleão III, neutralizar a região disputada pelos dois países, situada entre os rios Oiapoque e Araguay (ESTADO DO AMAPÁ, 2012). É a partir da disputa por tal região que a questão Amapá/Guiana se transformou oficialmente no *Contestado Franco-Brasileiro* cuja reivindicação central é francesa, alegando que a maior parte da região do Amapá e boa parte da porção ao norte da margem esquerda do Rio Amazonas estaria dentro de sua delimitação fronteiriça, conforme podemos observar no mapa a seguir.

Mapa 04 – Linhas do contestado franco-brasileiro



Fonte: Le Torneau (2013)

No mapa 4, Le Tourneau (2013) analisa a reivindicação francesa em três momentos: 1) Na proposta inicial que situava a linha estimada pela foz do rio Araguay e seu prolongamento paralelo ao Rio Amazonas até o encontro do Rio Negro; 2) Na proposta baseada na fonte real do Araguay e 3) Na linha proposta pelo Brasil, excluindo a Guiana Francesa do litoral amapaense e dos montes Tumucumaque.

É possível observar no mapa que o traçado proposto pela França oferecia possibilidade de acesso à navegação no Rio Amazonas, além de controle de grande parte do litoral norte do Platô das Guianas

La France souhaite véritablement prendre possession de la plus grande partie du bouclier des Guyanes, en s'assurant un débouché sur le Rio Negro. On sait que l'une des revendications françaises au XVIIIe siècle avait été la libre navigation de ses navires sur l'Amazone (LE TOURNEAU, 2013)<sup>34</sup>.

A proposta brasileira, por sua vez, também era dotada de interesses territoriais, uma vez que excluía a França de qualquer acesso direto ao Amazonas e reduzia significativamente a dimensão territorial pretendida pela colônia francesa, retirando-a do Amapá e dos montes Tumucumaque.

Logo, percebemos que as pautas em questão continuam centradas na mesma disputa de forças travadas por Portugal e França desde o século XVII na qual os franceses tentam se instalar na Amazônia, enquanto os lusófonos tentam garantir exclusividade sobre a navegação na região e, conseqüentemente, na exploração de seus recursos naturais.

Outra questão territorial que marcou fortemente o período do contestado, perdurando até os dias atuais, foi o claro desinteresse de Brasil e França pelo desenvolvimento local da região. Ambas as nações disputavam a fronteira do Oiapoque motivados pelas vantagens de exploração dos recursos naturais, e pelo posicionamento territorial estratégico para suas soberanias e expansão na Amazônia. Desta forma, o contestado tratava efetivamente de uma disputa pela periferia cujos benefícios serviriam aos investimentos centrais tanto na França como no Brasil.

---

<sup>34</sup> Tradução livre do original em francês: A França desejava verdadeiramente tomar posse da maior parte do escudo guianense, assegurando uma entrada no Rio Negro. Sabe-se que uma das reivindicações francesas do século XVIII era a livre navegação de seus navios sobre o Amazonas.



Como estratégia de pressão sobre a posse do território, o governo de Caiena favorece a proclamação pelos povos de COUNANI, da *República Cunani* em 1882, que compreendia parte do território em litígio. A este respeito, Kohler (2009, p. 271) analisou:

This period culminated with the proclamation of the short-lived “Republic of Cunani” (1882 – 1885), supported by the French, and ended in 1900 with the resolution of the Dispute in favor of Brazil. Then began a neo-Brazilian migration of people originally from the “islands” (south from Amapá and north-east from Pará)<sup>35</sup>.

O contestado possuía um representante francês situado em Caiena e outro brasileiro, em Belém que teriam o objetivo de buscar uma solução diplomática para o impasse, sua sede seria a pequena vila de Espírito Santo do Amapá, às margens do Araguary. Todavia, a disputa ganhou ares de conflito militar armado iniciado em 01 de maio de 1895, quando cerca de trinta membros da tropa francesa invadem o território em disputa até o Rio Araguari, tendo em vista que os brasileiros haviam feito prisioneiros autoridades reconhecidas pela França. Esta invasão foi combatida pelo líder militar brasileiro na região, Francisco Xavier da Veiga Cabral - o *Cabralzinho*. Os franceses comandados pelo comandante *Lunier* chegaram para obedecer às ordens do governador de Caiena, Mr. *Charvein*. Cabralzinho e seus comandados impediram que os franceses se apoderassem da pequena vila de Amapá, apesar da morte de muitos habitantes do vilarejo durante o confronto. Por este feito, Cabralzinho recebeu o título de General Honorário do Exército Brasileiro pelas forças armadas (ESTADO DO AMAPÁ, 2012).

A tensão das relações entre os dois países levou-os a demandar uma arbitragem internacional sobre o assunto, sendo esta medida a última alternativa diplomática encontrada. Tal arbitragem foi realizada em 1900 pelo presidente suíço *Walter Hauser* que emitiu um laudo favorável ao Brasil. Assim, as terras do Amapá passaram oficialmente a compor o território brasileiro. A exceção ficou para a região do Tumucumaque pleiteada pelo Brasil no paralelo de 24° e que permaneceu em território francês, respeitando-se o traçado do Oiapoque até sua fonte. Entretanto, os

---

<sup>35</sup> Tradução livre do original em inglês: Este período culminou com a proclamação da breve “República de Cunani” (1882-1885), apoiada pelos franceses e encerrada em 1900 com a resolução do Contestado em favor do Brasil. Iniciou-se então uma migração neo-brasileira de pessoas originárias das “ilhas” \*(sul do Amapá e nordeste do Pará).

questionamentos acerca das nuances dessa fronteira, bem como seu reconhecimento em comum acordo entre Brasil e França se prolongaram por quase todo o século XX (MARTINS, 2005).

Quase uma década após a arbitragem, em 1909, Brasil e França assinaram a convenção de arbitramento da fronteira (Brasil/França, 1909), com vias a aplicar os limites determinados na arbitragem de Hauser. Apesar deste documento, Martins (2005) destaca que houve resistências acerca das nuances exatas sobre esta fronteira, que ainda perduraram por mais de meio século, sendo finalmente sacramentada na década de 1970.

A partir da década de 1970, no auge do regime de ditadura militar, o Brasil encerrou seu processo de demarcação de limites fronteiriços e se concentrou nos desafios internos em relação às suas territorialidades e em suas relações internacionais para além das fronteiras físicas. A partir deste período, é a fronteira do Oiapoque que melhor marca a presença dos contatos ambientais entre França e Brasil, revelando desafios e oportunidades para discutir a sustentabilidade em contexto amazônico, transfronteiriço e inter-continental.

## **2.5 Diálogos transversais: a questão ambiental e relações Brasil-França**

Ao abordarmos a formação histórico-política da temática da sustentabilidade nos temas e agendas internacionais, percebemos uma forte reverberação entre escalas. Isto significa que podemos observar nas relações Brasil-França a presença de poderes políticos diversos como os Estados, os grupos econômicos internacionais, movimentos ambientalistas e iniciativas da sociedade civil.

Desta forma, uma primeira questão que podemos apontar refere-se ao fato das *agendas* internacionais afetarem significativamente *os temas* de sustentabilidade nas dimensões regionais e locais. A presença internacional se manifesta sobretudo por dois caminhos: a partir das políticas públicas dos países que recorrem aos parâmetros de sustentabilidade indicados por organismos da ONU, UNESCO, UE, MERCOSUL e a partir dos acordos bilaterais e multilaterais estabelecidos entre nações, blocos econômicos e comissões mistas transfronteiriças.

Na dimensão da cena internacional, percebemos que dois pontos de destaque possuem relação direta com nossa pesquisa. O primeiro refere-se ao fato de que a formação histórica do conceito de sustentabilidade está intimamente ligada com os eventos internacionais de Educação Ambiental, demonstrando que esta última tem exercido uma leitura fundamental para o entendimento da primeira, tanto no cenário político como no acadêmico. Assim, alguns temas caros à nossa análise da sustentabilidade como redes de atores, interações humano-ambientais e crítica ambiental surgem a partir de agendas comuns estabelecidas entre os dois temas.

No domínio das relações Brasil-França uma primeira conclusão que pode ser tomada refere-se ao surgimento da temática da sustentabilidade como conciliadora de antigas questões ambientais que já faziam parte dos acordos entre os países acerca de gestão ambiental, cooperação técnica e comissões de fronteira. A centralidade das questões ambientais é então deslocada para políticas que se intitulam enquanto sustentáveis e atuam em diversas áreas, como: Sociedade, Economia e Meio-Ambiente; três pilares fundamentais de todas as propostas governamentais que ensejam a construção de alternativas sustentáveis.

As agendas da sustentabilidade entre os dois países, Brasil e França, não seguem uma estratégia unívoca que pertença a domínios específicos de cooperação. Elas aparecem como fundamento transversal na maior parte das políticas que tratam de desenvolvimento e cooperação acadêmica. Os anos do Brasil na França e da França no Brasil (2005, 2009) tem o papel de popularização da temática da sustentabilidade na cooperação bilateral entre os países, pois a assume um dos eixos principais. Entretanto, a efetividade dos resultados destas agendas é amplamente questionada pela comunidade científica internacional que afirma se tratar de um sumário de interesses políticos cujos resultados científicos aprofundados em qualquer das áreas anunciadas é precário (LESSA, 2012; LEWIN, 1996).

Outro ponto importante refere-se ao processo de continuidade e renovação política da sustentabilidade em diferentes contextos das relações franco-brasileiras. A primeira geração de presidentes que esteve na fronteira franco-brasileira para tratar de questões de desenvolvimento e meio-ambiente era composta por uma perspectiva política de base social-democrata representada por *Fernando Henrique Cardoso* (Brasil) e *Jacques Chirac* (França). Esta geração tinha na sustentabilidade a tentativa em conciliar as fortes críticas do final dos anos 1990 ao modelo desenvolvimentista promovido por estes sistemas de governo que os próprios presidentes faziam parte.

A geração seguinte formada por *Luís Inácio Lula da Silva* (Brasil) e *Nicolas Sarkozy* (França) partilhava de perspectivas políticas diferenciadas, uma vez que o primeiro representava uma perspectiva política de esquerda enquanto o segundo continuava a perspectiva neoliberal de seu antecessor na França. Independente destas diferenças, a temática da sustentabilidade permanece e se fortalece nas políticas fronteiriças propostas por ambos, assumindo um papel de mediar o contato de diferentes perspectivas políticas com os atores locais.

A sustentabilidade não apenas permanece nas políticas fronteiriças como amplia seu papel, aliada às “Estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável” e à formulação dos indicadores nacionais desta temática. Assim, existe uma dinâmica de continuidade, e ampliação das ideias ligadas à denominação “sustentável”, para as quais delega-se também o contato com a sociedade civil local e a gestão de desafios fronteiriços na Amazônia.

No contexto do Oiapoque, então, a sustentabilidade enquanto *tema* apresenta-se por duas vias: como resultado de políticas internacionais aplicadas sobre a região (União Européia, França e Brasil), seguindo uma dinâmica de incorporação de discursos geopolíticos na sociedade civil, mediado pelo papel das instituições públicas como promotoras do desenvolvimento. Em contrapartida, este conceito também surge em iniciativas dos movimentos sociais locais enquanto estratégia para conciliação dos desafios típicos da habitação em isolada região amazônica.

As principais *agendas* que popularizam esta temática na região são oriundas dos trabalhos da Comissões mistas transfronteiriças às quais cabem reunir diferentes grupos sociais para discutir alternativas para a região do Oiapoque. Nos objetivos desta comissão, a ideia de sustentabilidade surge principalmente associada ao ordenamento territorial e à regulação do cotidiano das comunidades (habitação, atividades agrossivíspastorís) sobre o uso e gestão da natureza (ACORDOS DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA, 2006, 2008, 2010).

É ainda notório papel científico inovador exercido pelo Observatório Homem-Meio do Oiapoque (OHM) na região, uma vez que a compreensão da sociedade civil local sobre temáticas em torno da sustentabilidade (biodiversidade, preservação, gestão ambiental) é identificada com frequência e intensidade nos trabalhos de dezenas de pesquisadores vinculados a este laboratório de pesquisa situado *in lócus*. Assim, a pesquisa cumpre no contexto local, um papel que não seria evidente *à priori*: revelar a

dimensão dos sujeitos locais, frequentemente silenciada ou secundarizada no debate político.

Ao avançarmos sobre a formação histórica das relações entre França e Brasil, percebemos que os contatos em torno de questões ambientais foram eventos extremamente reveladores dos conflitos e das alianças bilaterais em diferentes períodos da história. Assim, compreendemos que a análise da concepção diversa de “ambiente” atravessa a interação humano-ambiental em duas dimensões. No referente ao termo *ambiente*, percebemos um conceito complexo, no qual diversas dimensões humanas e físico-naturais estão ligadas por uma dimensão *meio*. Neste contexto, as disputas territoriais elucidam que o espaço geográfico exercia um papel de mediador entre as estratégias francesas e portuguesas, e seus interesses econômicos, seja na exploração direta da natureza ou no controle às zonas de acessos à diversidade ecológica e etnológica do Brasil.

O conceito de ambiente é, então, tomado na perspectiva de recurso natural a ser explorado para a produção econômica. Em outros períodos, é visto como espaço sacionatural típico de contexto amazônico e, ainda, numa perspectiva mais ampla, que aqui advogamos, de conceito agregador das diversas experiências da sociedade, da biodiversidade, da política e da cultura; em plena interação e construção por diferentes atores locais, agentes políticos e escalas territoriais.

Desta forma, compreendemos que os diversos eventos históricos que compõem as relações franco-brasileiras estiveram geralmente ligados à uma dimensão “ambiente” manifestada em diferentes perspectivas e períodos históricos. Dentre tais questões, consideramos que foram as ligadas às questões socioeconômicas, políticas e culturais que se impuseram nos eventos históricos analisados. Por isso, concluímos essa discussão em três categorias que retratam diferentes concepções ambientais nas relações Brasil-França: *ambiente socioeconômico*, *ambiente geopolítico* e *ambiente cultural*.

- Ambiente socioeconômico: o cerne dos interesses franco-portugueses no Brasil estava baseado na abundância e valorização dos recursos naturais disponíveis e, conseqüentemente, no crescimento econômico que tais riquezas possibilitariam às colônias. Logo, a motivação econômica responsável pela ocupação do território brasileiro não estava calcada em tentativas de melhoramento daquele espaço, mas na maximização do uso da natureza física em benefício econômico dos exploradores. As invasões francesas de 1531 (Recife), 1710 e 1711 (Rio de Janeiro) e 1736 (Fernando de

Noronha) cuja finalidade foi, basicamente, de apropriação econômica de bens e meios de produção, demonstram claramente a relevância da Economia para a disputa territorial secular.

Soma-se a tal contexto a subordinação das produções agrícolas, minerais e comerciais do Brasil até o século XIX para atendimento das necessidades exportadoras de Portugal, poderemos perceber a centralidade dos interesses econômicos no período das disputas coloniais. Após a independência do Brasil, as relações econômicas com a França também se tornaram fundamentais tanto no que concerne aos padrões modernizadores da sociedade que se baseavam no iluminismo, como na efetivação dos modelos industriais, urbanos e culturais inspirados na sociedade francesa.

- Ambiente geopolítico: avançando em relação à premissa anterior, consideramos que - para além de um ambiente imediatamente rico e fornecedor de riqueza - o espaço brasileiro também foi pensado como elemento estratégico aos interesses de médio e longo prazo dos europeus. Por isso motivou tantas disputas entre as principais nações detentoras do comércio marítimo no período colonial. As tentativas de instalação da *França Antártica* e da *França Equinoxial* foram as mais expressivas investidas francesas no sentido estratégico, acrescentadas às tentativas de inúmeras expedições à Amazônia. A aproximação cultural que os primeiros observadores franceses estabeleceram com os grupos indígenas brasileiros destaca-se como uma das mais bem sucedidas manobras de penetração no território, desde Gonneville (1504), passando por Villegaignon (1555) até De La Touche (1612). Por sua vez, as respostas portuguesas às pressões internacionais ao longo de três séculos, bem como os muitos combates travados pela defesa do território, demonstram a percepção lusitana sobre a importância da posse daquelas terras. Por fim, o *Contestado Franco-Brasileiro* pela posse da fronteira do Oiapoque é a prova contemporânea de que até o século XX brasileiros e franceses ainda disputavam territórios com objetivos políticos e planos de expansão.

- Ambiente cultural: Para além da disputa por posses econômicas e pelos seus meios geopolíticos, os contatos franco-brasileiros estabeleceram relações culturais importantes. Na França, as percepções sobre o Brasil também exerceram importante papel no imaginário social enquanto espaço-geográfico imenso, abundante, diverso e desafiador. Assim, no “subterrâneo” dos conflitos territoriais, formaram-se diversas

representações, inspirações e estereótipos sobre uma e outra cultura, inaugurando uma dinâmica geocultural entre os dois países. A Filosofia, arquitetura, paisagismo, urbanismo e governança do Estado brasileiro foram fortemente influenciados pelos ideais franceses iluministas e, posteriormente, da Revolução Francesa, influenciando também a produção científica e processo de industrialização nacional.

Ao longo deste capítulo, vimos que – no domínio das relações Brasil/França – a temática da sustentabilidade surge como desafio para conciliar uma longa história de contatos travados entre os dois países sobre desafios humanos e físico-ambientais.

Em suma, percebemos que as relações franco-brasileiras se constituem historicamente em diversas perspectivas ambientais, sobretudo na fronteira comum entre estas nações: a região do contestado franco-brasileiro no Oiapoque. Assim, as questões histórico-ambientais nos permitiram vislumbrar fundamentos econômicos, ambientais e sociais indispensáveis à compreensão das problemáticas ligadas à sustentabilidade no período contemporâneo, sobre as quais nos debruçaremos em detalhes nos próximos capítulos.

No capítulo a seguir, as perspectivas da sustentabilidade avançam na dimensão micro-social da fronteira comum entre Brasil e França, discutindo como as concepções dos sujeitos locais analisam – na atualidade – a ampla dinâmica da sustentabilidade em meio às possíveis conciliações do binômio condições de vida/meio-ambiente. Nesta análise, também será indispensável a reflexão sobre as políticas públicas de preservação ambiental do Brasil e da França e as ações da sociedade civil que ganham força na região do Oiapoque, devido a sua condição simultânea de fronteira intercontinental, binacional e amazônica.

### **3 DO CONTEXTO LOCAL ÀS CONCEPÇÕES DE SUSTENTABILIDADE: MULTIPLAS PERSPECTIVAS**

Este capítulo tem o objetivo de analisar os processos e os resultados oriundos de nossa pesquisa de campo, realizada na fronteira franco-brasileira do Oiapoque, nos anos de 2012 e 2013<sup>36</sup>, analisando os conceitos de sustentabilidade da população local em suas múltiplas manifestações.

Assim, o debate acerca dos dados de campo apresenta tanto as concepções de sustentabilidade quanto suas relações com as diversas instituições/atores responsáveis pela difusão desse termo no contexto da fronteira. A partir desses dados, provocamos o diálogo entre os referenciais teóricos de sustentabilidade e Educação Ambiental que revisamos anteriormente e os ensinamentos da experiência empírica, na qual partilhamos a construção de conceitos e de ações com os habitantes da fronteira. Evidentemente, para analisar conceitos e práticas ditas sustentáveis será necessário evidenciar a dimensão dos conflitos e contradições no interior deste conceito, conforme salientado por Veiga (2005), desconfiando das adjetivações “sustentáveis” manifestadas em diferentes escalas econômicas, bem como nos discursos políticos e educacionais.

Antes de tratar sobre as categorias de análise, propomos ao leitor que nos acompanhe em nossa inserção no campo de pesquisa, pois o mergulho nessa rica e complexa fronteira do extremo norte brasileiro explica muito das aprendizagens que nos levaram a importantes escolhas de análise. A partir desse percurso, poderemos compreender, mais claramente, porque a sustentabilidade é um desafio tão fértil nesse cenário amazônico, binacional e fronteiriço.

#### **3.1 Fronteira do Oiapoque: muitas trilhas para se pensar a sustentabilidade**

A decisão por realizar a pesquisa de campo na fronteira franco-brasileira do Oiapoque foi, desde o início, permeada por desejos e desafios que se misturavam constantemente. Ao visitar a região em 2011, compreendemos o quanto as populações

---

<sup>36</sup> Cf. Procedimentos de pesquisa detalhados no capítulo 1. Os detalhes sobre as questões feitas e suas respectivas respostas serão apresentados ao longo das análises.



locais estavam marcadas por diversas iniciativas e discursos de sustentabilidade em políticas públicas, movimentos populares e projetos educacionais.

Nessa época, o diálogo que estabelecemos com programas científicos atuantes na região<sup>37</sup> também nos ajudaram a compreender a presença e a importância do conceito de sustentabilidade nas práticas locais. Então, percebemos que esse campo poderia dar uma significativa força para a pesquisa, pois reunia dois pontos importantes de nossa investigação: o contato Brasil-França e a temática da sustentabilidade, manifestada, sobretudo, nas experiências de Educação Ambiental.

Nessa perspectiva, o campo mostrou-se inovador e desafiador, o que nos levou a planejar a primeira fase da investigação no local e realizá-la em julho de 2012. Partimos para a capital do estado do Amapá, Macapá, onde chegamos 15 dias antes do início da pesquisa de campo para estabelecer contato com diversos atores e instituições sediados na capital, e que exercem importante papel na fronteira<sup>38</sup>. Entre esses atores, dialogamos com o Centro Franco-amapaense (CFA), e com a coordenação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (PNMT)<sup>39</sup>, duas importantes instituições que tratam das questões culturais e geonaturais, respectivamente, na região. Para além dessas instituições, realizamos muitas idas e vindas aos órgãos estaduais que tratam das políticas ambientais, de agricultura e ordenamento territorial no estado do Amapá. Em todos esses espaços, estabelecemos importantes pontes com atores ligados à região da fronteira e à temática da sustentabilidade.

Ao longo dessas experiências, também descobrimos os diversos estereótipos existentes acerca da fronteira do Oiapoque. Ao comentar que iríamos realizar pesquisa naquela região, era comum escutar comentários sobre um lugar “exótico”, “inacessível”, “impenetrável” ou sobre a condição de “natureza mítica”, “abundante” que existiria no local. Nas palavras de uma moradora de Macapá, “ Oiapoque é a verdadeira Floresta Amazônica. Lá, sim, tem natureza virgem!”. Escutávamos também recorrentes comentários sobre o fato de essa fronteira se situar “de frente para a França” ou “na porta entre a América do Sul e a Europa”, em referência à proximidade com a Guiana Francesa.

---

<sup>37</sup> OHM – Observatório Homem-meio, que funciona no Oiapoque vinculado ao CNRS/França, o projeto franco-brasileiro Duramaz2 e Observatório das fronteiras no Platô das Guianas, na UNIFAP (OBFron).

<sup>38</sup> Nessa parte da pesquisa, contei com importante suporte de minha irmã e sobrinho que residem em Macapá, no sentido de me aproximar da realidade local do Amapá e dos seus desafios socioambientais.

<sup>39</sup> Cf. O conteúdo das entrevistas com as instituições estaduais está detalhado no capítulo 2.

Assim, imbuídos de nossos objetivos, e também de toda a atmosfera cultural complexa sobre a fronteira, partimos para a região do Oiapoque<sup>40</sup>. Escolhemos realizar o trajeto de carro, para reconhecer a mudança da paisagem, os desafios do deslocamento e entrar em contato com as pessoas e as transformações do espaço. Então, dirigimos pelos mais de 600km entre Macapá e Oiapoque, parando no caminho para interagir com trabalhadores da rodovia e pessoas nas pequenas cidades às margens da estrada, como Amapá e Tartarugalzinho.

O início da estrada, entre os municípios de Macapá e Amapá, é asfaltado em condições razoáveis. No caminho, a devastação das margens da rodovia é algo que chama à atenção na paisagem observada pela janela.

Imagem 02 - BR 156, trecho Macapá-Amapá



Fonte: Nonato Júnior (2012), registros de campo.

A devastação das margens tem a finalidade de substituir a mata nativa por pinhos implantados em sistema de reflorestamento industrial para a produção de papel.

---

<sup>40</sup> Na fase de 2013 da pesquisa, optamos por chegar à Fronteira pela outra via, atravessando a Guiana, partindo da capital, Caiena. Chegamos por via aérea, até a cidade de Saint-Georges de l'Oyapock, percorrendo a rodovia N-2 em transporte público terrestre.

Assim, avançamos centenas de quilômetros, em região dos campos amazônicos recoberta por uma vegetação que mais lembrava a Região Sul do Brasil.

Todavia, alguns quilômetros mais à frente, o trecho de asfalto terminou, e continuamos nossa viagem para o campo de pesquisa em estrada de terra, visando conhecer mais sobre os desafios de acesso apontados pelas pessoas em Macapá. Também pudemos compreender mais o significado do ‘**paradigma**’ do isolamento, tão comentado no Oiapoque como característica marcante da fronteira franco-brasileira.

Imagens 03, 04, 05 e 06 - BR 156, trecho Amapá-Oiapoque



Fonte: Nonato Júnior (2012), registros de campo

Ao atravessar o caminho de terra batida, tivemos a oportunidade de conversar com alguns operários – tendo em vista que se tratava de período de reforma da estrada – acerca das razões pelas quais as pessoas atravessavam aquele ramal de terra para irem

ao município de Oiapoque. O argumento mais recorrente referia-se sempre do imaginário de uma ‘vida melhor’, com mais oportunidades, pois se tratava da ‘fronteira com a França’.

Nesse caminho, também percorremos as três comunidades indígenas que são atravessadas pela rodovia de terra (etnias *Uaçá/Palikur*). Esse fato foi importante, porque nossa comunicação com os moradores dessas comunidades foi essencial para descobrirmos que grande parte dos habitantes dos centros urbanos da fronteira são originários dessas comunidades indígenas. De acordo com os moradores, muitos índios deixaram as comunidades para viver nas cidades e acabaram se miscigenando com outros povos. Embora esses descendentes indígenas estejam ‘adaptados’ ao meio urbano das cidades fronteiriças, seu pertencimento às etnias indígenas ainda é muito forte, segundo os moradores da margem da rodovia. Posteriormente, na pesquisa de campo, confirmamos essa situação dúbia entre a cidade e a comunidade indígena no convívio de muitos habitantes, sobretudo do lado francês, onde muitos domicílios são compostos por famílias de origem mista (indígenas amapaenses, caboclos paraenses e maranhenses, franceses oriundos da metrópole, guianenses de origem étnica *créole*).

Mapa 05 – Comunidades indígenas nas margens da BR156, trecho Oiapoque



Fonte: Foto de mapa do museu *Kahuai*, Oiapoque - AP

Margeando as comunidades indígenas, ao longo da BR 156, chegamos, depois de quase dez horas, à entrada da cidade de Oiapoque. Ao adentrar o centro do município, deparamo-nos com um Brasil bem particular, onde as placas indicavam o início do país, situação justificada tanto pela condição extremamente setentrional quanto pelo isolamento que popularizou esse lugar no imaginário nacional como o início das terras brasileiras<sup>41</sup>.

Imagens 07 e 08: Oiapoque “Aqui começa o Brasil” (Oiapoque, à esquerda) e Oiapoque-Clevelândia<sup>42</sup> (à direita)



Fonte: Nonato Júnior (2012), registros de campo

Aos poucos, fomos nos familiarizando com a cidade, conversando com as pessoas nas ruas, no mercadinho, na feira, e compreendemos que o argumento de “início” do Brasil foi responsável pela ida de muitas pessoas à região, por acreditarem num futuro melhor, devido à condição de fronteira com a França e aos projetos infraestruturais em fase de instalação na região<sup>43</sup>. Todavia, o que mais marca a geografia do Oiapoque, segundo o discurso dos habitantes, é o isolamento e o rio. Este último é fonte de alimentação, circulação, trabalho e inspiração simbólica para a vida cotidiana.

<sup>41</sup> Em termos geofísicos, há uma controvérsia quanto à condição do município de Oiapoque como “início do Brasil”, considerando que o município de Pacaraima (no estado de Roraima) tem centro urbano situado em latitude mais setentrional. Todavia, coube ao bordão “Do Oiapoque ao Chui” popularizar, no imaginário social brasileiro, o entendimento de que o primeiro desses municípios seria o início geográfico do Brasil, e o outro, o final.

<sup>42</sup> Clevelândia: base/vila do exército às margens do rio Oiapoque.

<sup>43</sup> Ligações rodoviárias internacionais, ponte binacional e estudos petrolíferos da Petrobrás.

O rio Oiapoque se revela como fundamental para a convivência no local, pois ele marca a passagem cultural, política e histórica entre os dois lados da fronteira e o local de concentração das habitações, dos centros urbanos e dos conglomerados populacionais.

Imagens 09 e 10 - Rio Oiapoque, fronteira líquida entre o Brasil e a França



Fonte: Nonato Júnior (2013), registros de pesquisa de campo

Ao nos aproximarmos do cotidiano do lugar, vimos que isso implicava, necessariamente, numa aproximação com o rio, pois as experiências locais são atravessadas por ele de tal forma que ele faz parte do nome de ambas as cidades: Oiapoque (Brasil) e Saint-Georges de l'Oyapock (Guiana Francesa).

Nossa pesquisa de campo, aos poucos, foi se definindo através de redes de diferentes parcerias. De um lado, estabelecíamos contato com outros pesquisadores do Observatório homem-meio do Oiapoque, da Universidade Federal do Amapá e de projetos de pesquisa bilaterais sobre a fronteira, com os quais aprofundamos o entendimento sobre as problemáticas locais. De outro, travamos contato com governanças políticas locais<sup>44</sup>, organizações não governamentais e diversas organizações da sociedade civil, ensejando uma aproximação com a dinâmica do lugar,

---

<sup>44</sup> Devido à importância das questões ambientais e sociais, visíveis na área da fronteira, contatamos, inicialmente, com as secretarias responsáveis pelo meio-ambiente e pela assistência social nos dois municípios, visando compreender um pouco do panorama do local. A partir da rede de contatos estabelecidos, dialogamos também com sujeitos que estão nas prefeituras, nas universidades federais e nos parques naturais, dentre os atores institucionais.

os papéis dos atores locais e as instituições. Em todas essas experiências, muitas dúvidas se apresentavam diante de duas certezas: a relevância do conceito de sustentabilidade para o contexto local e a necessidade de conversar com a população sobre esse conceito e suas estratégias de ação da cotidiano das pessoas.

Imbuído dessas dúvidas e certezas, percorremos as ruas da comunidade<sup>45</sup>, tendo a chuva como companheira constante nos caminhos nem sempre fáceis de acesso.

Imagens 11 e 12 – Percorrendo os caminhos da fronteira



Fonte: Nonato Júnior (2013), registros de pesquisa de campo

No processo de descoberta da localidade e de seus desafios, destacamos como uma das questões mais importantes a receptividade dos habitantes. Como a maioria dos

---

<sup>45</sup> Um mapa com pontos GPS dos locais visitados foi detalhado no capítulo 1 (Mapa 02).

habitantes locais é oriunda de outras localidades, emigrada na última década, há o sentimento de que a fronteira do Oiapoque é a terra de todos, onde todos podem chegar, apropriar-se de sua dinâmica e trabalhar seus desafios.

Na primeira fase, procuramos as pessoas em suas casas<sup>46</sup>, objetivando aprofundar as questões que havíamos observado no ano anterior, quando visitamos a localidade. A receptividade das pessoas sempre foi muito inspiradora, tanto por nos receberem facilmente em suas casas quanto pela disponibilidade para partilhar conosco suas vidas, suas percepções de mundo e suas interrogações sobre as relações socioambientais na região.

Imagens 13, 14 e 15 – Contato com os sujeitos de pesquisa



Fonte: Nonato Júnior (2013), registros de pesquisa de campo.

<sup>46</sup> Sobretudo no centro e nos bairros periféricos indicados na metodologia da pesquisa, cap. 01.



Esse retrato da realidade que encontramos no local foi indispensável para avançarmos nas interrogativas de pesquisa que havíamos proposto no início do trabalho. Observamos que os conceitos das populações locais deveriam ser compreendidos em sua complexidade epistemológica e dentro das redes de relações em que estavam inseridos junto com as políticas públicas, as organizações do terceiro setor e as mobilizações populares da fronteira.

Assim, fomos, paulatinamente, ampliando esse diálogo com diferentes atores (associações, ONGs, sociedade civil) e governanças locais (representantes das comunidades no município) até percebemos que a temática da sustentabilidade se mostrava potencialmente mediadora para debater condições de vida e meio-ambiente na fronteira franco-brasileira.

### **3.2 A sustentabilidade no campo de pesquisa: concepções polifônicas**

A complexidade dos conceitos de sustentabilidade, na fronteira do Oiapoque, revela a intensidade com a qual a vida das pessoas é atravessada por diferentes experiências. No período de nossa permanência em campo, acompanhamos o cotidiano dessa região fronteira e percebemos que os desafios sociais, econômicos e ambientais são muitos. Por isso se manifestam de diferentes maneiras e por intermédio de diferentes atores.

Ensejando compreender bem mais tais desafios, aproximamo-nos dos habitantes locais, encontrando-os em espaços públicos da comunidade e em suas residências a fim de estabelecer um diálogo sobre o conceito de sustentabilidade, que é fundamental para pensar as relações humano-ambientais da fronteira. Nesse contato, entrevistamos 200 moradores, uma centena de cada lado da fronteira<sup>47</sup>. Essas entrevistas questionavam se: 1) As pessoas conheciam ou tinham algum contato com a temática da sustentabilidade, perguntando *“Você já ouviu falar de sustentabilidade? Onde? Por que? A partir de quais experiências?”* - 2) Quais conceitos de sustentabilidade os habitantes apresentavam, e quais eram suas críticas, diferenciações e inovações em

---

<sup>47</sup> Cf. Detalhes de população, amostra, espacialidade e representatividade dos dados já apresentados no item Procedimentos de Pesquisa, capítulo 1.

relação aos conceitos trazidos por instituições/ políticas/ atores oficiais, perguntando “*O que você entende por sustentabilidade?*” - 3) Que ações apontavam para indicar a materialidade desse conceito nas práticas da fronteira franco-brasileira<sup>48</sup>?

No tocante à resposta da primeira questão, entendemos que a temática da sustentabilidade é familiar à maioria dos entrevistados, considerando que 90% dos moradores de Saint-Georges e 92% de Oiapoque responderam afirmativamente sobre terem ouvido falar de iniciativas que utilizam temáticas que se apresentam sob a nomenclatura de “sustentáveis”, seja na escola, nos projetos comunitários ou referentes às regras de intervenção na natureza física (construção, agricultura, extrativismo, pesca).

A maior parte dos entrevistados declarou que as fontes pelas quais tomaram conhecimento do conceito de sustentabilidade estão ligadas a políticas públicas/ serviços públicos, projetos escolares, programas sociais ou associações locais. Também foram citados programas ambientais que atuam na região<sup>49</sup>. Isso mostra que a popularização do tema ocorre, sobretudo, por meio de iniciativas externas ou de políticas públicas nacionais ou regionais. Nesse sentido, Becker (1997) esclarece que as temáticas ligadas à sustentabilidade chegam, muitas vezes, às populações interessadas como uma questão de Estado, por isso é necessário avançar rumo às perspectivas das comunidades para que o tema possa realmente ser um projeto com as sociedades locais, e não, a respeito delas.

Dos 182 entrevistados que declararam conhecer o tema, mais de dois terços afirmaram ter tido contato com ele a partir de iniciativas ligadas a instituições públicas, e o restante fez referência a associações ou projetos ambientais locais, sobretudo ligados ao manejo da floresta e à autorização para construção urbana e uso agrícola do território baseadas em padrões sustentáveis. Assim, ao construir uma casa ou abrir uma nova roça, as pessoas se veem diante de novos padrões associados à exploração da natureza. Tais padrões estão geralmente associados ao conceito de sustentabilidade.

Entre aqueles que declararam ter ciência do conceito de sustentabilidade, 88 de cada lado da fronteira deram respostas abertas. Logo, é a partir do conteúdo dessas 176

---

<sup>48</sup> Nesse capítulo, trataremos das respostas equivalentes às duas primeiras perguntas. As referentes à terceira questão serão tratadas no capítulo 4 sobre “Educação Ambiental”, uma vez que essa temática se destaca como resposta central para a questão levantada.

<sup>49</sup> Exemplos: Projeto sobre manejo de florestas sustentáveis (Guiana) e Programa Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Amapá).

respostas que analisamos as categorias que compõem as respostas da questão 2. Em linhas gerais, as respostas para essa questão apontaram para três categorias centrais:

*A sustentabilidade nas políticas públicas*, que se refere à interpretação dos habitantes sobre os discursos oficiais que relacionam a sustentabilidade como responsabilidade das instituições públicas/ políticas públicas;

*A sustentabilidade e as condições de vida*, que trata de conceitos referentes à conciliação entre as condições de vida (econômica, social) e a conservação do ambiente físico;

*A sustentabilidade como contradiscurso*<sup>50</sup> à lógica de ‘desenvolvimentismo’ recentemente, imposta sob a alegativa de infraestruturação da região fronteiriça. Assim, esses contradiscursos revelam a possibilidade de novas leituras das relações humano-ambientais nas experiências de base local.

Para cada uma dessas categorias, precisamos discutir detalhadamente sobre o conteúdo das respostas<sup>51</sup> e suas relações com o debate de nossa pesquisa, por isso apresentamos cada uma delas nos três subtópicos seguintes.

### **3.2.1 - Sustentabilidade e políticas públicas**

Ao perguntarmos às pessoas “O que você entende por sustentabilidade?”, obtivemos reações interessantes. A maior parte dos entrevistados parava um pouco para pensar e declarava que era difícil elaborar uma definição a respeito. Porém, após alguns segundos, começavam, aos poucos, a elaborar interessantes relações entre muitas das dimensões de sua vida e o conceito de sustentabilidade.

Nesse processo, evocamos, comumente, a assimilação do conceito de sustentabilidade a partir do contato com políticas públicas e instituições públicas, considerando-se que mais de um terço dos entrevistados faz referência a essa dimensão em seus depoimentos.

Assim, a incorporação dos discursos ‘sustentáveis’ oriundos de políticas oficiais (controle ambiental, saúde, habitação, educação) pode ser observada, conseqüentemente, nas palavras dos habitantes, tanto para afirmar tais discursos quanto

---

<sup>50</sup> Conceito de contradiscurso pensado a partir da perspectiva contrainsitucional desenvolvida por Loureau (1990) e Foucault (1990).

<sup>51</sup> Sobre o terceiro item, o detalhamento ocorrerá no capítulo 4, uma vez que os grandes contradiscursos da sustentabilidade são apontados a partir de ações de Educação Ambiental que analisaremos no último capítulo.

para questioná-los. De toda forma, os discursos oficiais são um importante elemento na composição dos conceitos locais.

No conjunto das respostas, seria possível representar a relação com o discurso oficial de sustentabilidade no depoimento de uma senhora, que declarou: “Deveria ser algo que os governos fazem para melhorar nossa condição de vida e ao mesmo tempo conservar a floresta; mas não é fácil”.

Esse depoimento revela algumas categorias importantes presentes na maioria das respostas. Vamos dividi-lo, a seguir, em quatro partes que representam o conjuntos das categorias que observamos nas repostas em geral.

A primeira parte do depoimento citado refere-se ao tom de condicionalidade dado aos discursos de sustentabilidade. “Deveria ser algo ...”, “Poderia ser um progresso mais próximo da natureza..”, “Seria um novo modo de viver ...” foram algumas das frases que concretizam o tom de condicionalidade presente nos depoimentos dos dois lados da fronteira. Para os entrevistados, um mundo sustentável se revela mais como algo a ser feito (um ideal, um passo para o futuro) do que como um projeto em execução.

Entre os entrevistados com um nível mais alto de escolarização, aparecem relações entre sustentabilidade e futuro do planeta a partir da famosa citação do *Relatório Brundtland*<sup>52</sup> sobre garantir a satisfação das necessidades das gerações presentes, sem comprometer a satisfação das gerações futuras (BRUNDTLAND, 1987). Essa referência foi recorrente entre estudantes, professores e pessoas que haviam participado de cursos sobre normas ambientais para manejo da floresta, construção residencial ou uso agrícola, frequente entre os entrevistados guianenses, em que há um número de normas e fiscalizações ambientais bem mais frequentes e rígidas, baseadas nas metas impostas pela União Europeia<sup>53</sup>.

Na construção desse futuro sustentável, a importância das políticas públicas é destacada no discurso dos habitantes de ambos os lados da fronteira, ao salientarem que um futuro sustentável depende – antes de tudo – de um compromisso público com moradia, saúde, transporte e educação que seja sustentável. Para tanto, os moradores indicam que é necessário “um primeiro passo dos governantes para que a população também possa fazer sua parte”, conforme declarou uma das entrevistadas.

---

<sup>52</sup> Cf: detalhes do relatório Brundtland no capítulo 2.

<sup>53</sup> *Projet l'Europe s'engage en Guyane* (2011).

Sobre a responsabilização do Estado acerca da sustentabilidade, Sachs (2008) e Mello-Théry (2010) destacam que, de um lado, é importante que as populações tenham consciência do papel do poder público diante das questões socioambientais e que é sendo possível cobrar dos responsáveis medidas ativas a partir do momento em que há um entendimento da sociedade local sobre tal papel. Todavia, os autores também alertam para o perigo de situar as iniciativas da população numa cronologia posterior às ações das políticas públicas.

Acerca dessa questão cronológica, identificamos, em muitos depoimentos, a existência de uma cronologia em que a responsabilização do poder público pela questão da sustentabilidade precederia outras iniciativas. Dos dois lados da fronteira, houve amplas relações entre a temática da sustentabilidade e o futuro, declarando que a sustentabilidade será algo a ser feito:

- quando os governos melhorarem a condição de moradia nas cidades;
  - quando as desigualdades entre os Estados centrais e a fronteira forem menores;
- e, sobretudo,
- quando as iniciativas públicas estiverem mais presentes e mais competentes nos locais.

Sobre esse último aspecto, retornamos à segunda parte do depoimento selecionado que indicava que a sustentabilidade é algo “[...] que os governos fazem [...]”. Para um terço dos entrevistados, a sustentabilidade depende das instituições públicas, entre as quais, as mais citadas são organizações ligadas a aspectos como educação<sup>54</sup>, urbanização/infraestrutura, comunicação, alimentação, segurança e unidades de saúde.

Seja do lado brasileiro ou do francês do rio, a possível solução apontada corriqueiramente pelos moradores é o aumento na quantidade e a melhora da qualidade da presença de instituições públicas na região. O conceito de sustentabilidade mostra-se extremamente imbricado à ação pública e à presença do Estado nas questões que envolvem condições econômicas e conservação ambiental. Depoimentos desse tipo destacam-se, sobretudo, do lado do Brasil, onde a falta de infraestrutura gera mais criticidade dos habitantes, uma vez que são graves os vários problemas socioambientais,

---

<sup>54</sup> O papel importante exercido pela Educação nesse processo será discutido em detalhes no capítulo 4 (Educação Ambiental).

como: esgotos que desembocam no rio, núcleos periurbanos que se formam alheios ao planejamento do município e a degradação urbana da margem fluvial.

Nesse contexto, as políticas públicas destinadas ao ordenamento territorial da região, à agricultura, à construção civil e à extração de recursos da floresta (madeira, argila, água, frutos, pesca) acabam por envolver a “sustentabilidade” como um de seus objetivos, gerando na população a expectativa de compreender como essa nova condição chegará efetivamente às práticas cotidianas.

Os responsáveis pelo meio-ambiente e pela agricultura, em ambos os municípios<sup>55</sup>, declaram que a introdução da sustentabilidade como parte das políticas ambientais, na região da fronteira, é um grande desafio, pois depende de uma larga escala de políticas públicas que envolve desde acordos entre a União Europeia e o Mercosul até a cooperação entre o Brasil e a França e o suporte das governanças locais do Amapá e da Guiana Francesa. Nesse sentido, o secretário de meio-ambiente do Município de Oiapoque salienta que

a sustentabilidade tem feito parte da agenda de praticamente todos os projetos da prefeitura e do estado do Amapá para a fronteira, pois a condição amazônica, a situação geográfica [cercada por zonas de preservação] e os problemas históricos de desenvolvimento humano fazem da sustentabilidade uma tentativa de conciliação de tantas questões diferentes.

Essa forte presença citada pelo governantes da sustentabilidade nas políticas públicas, somada à sua dificuldade de operacionalização de ações transformadoras da realidade, faz com que esse conceito chegue aos habitantes de maneira diversa, tornando constante a referência aos poderes públicos como responsáveis por alavancar ações que tornem mais sustentável a vida na fronteira franco-brasileira.

Nos depoimentos dos habitantes, as palavras “responsabilidade” e “obrigação” são fortemente associadas aos poderes públicos. Eles sugerem que uma maneira de avaliar o cumprimento de tais responsabilidades seria a oferta de serviços públicos básicos como água, energia, esgoto, coleta de lixo, moradia, educação e saúde, bem como o apoio dado às iniciativas profissionais ligadas à biodiversidade da floresta,

---

<sup>55</sup> No Município de Oiapoque, a “Secretaria do Meio-ambiente – SEMA/OI” e o RURAP - “Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá”. Em Saint-Georges, “Chargées de l’agriculture et d’aménagement du territoire” (Encarregados da agricultura e gestão territorial).

como a agricultura, a pesca e o extrativismo. Nesse sentido, é atribuído ao poder público tanto o papel de fomentar a sustentabilidade de tais serviços quanto de garantir a satisfação das necessidades humanas e, ao mesmo tempo, que cumprir os padrões exigidos pelos órgãos reguladores que impõem os padrões ditos ‘sustentáveis’.

No seio de tais responsabilidades, percebemos a presença constante dos três eixos da sustentabilidade (Economia, Sociedade e Meio-ambiente). Aprendemos, no campo de pesquisa, que a melhor maneira de designar o entrelaçamento entre esses termos, de maneira concreta, no contexto local, é a expressão “condições de vida”, comumente evocada pelos habitantes para designar o conjunto das condições socioeconômicas das pessoas no contexto ambiental da floresta.

Assim, corriqueiramente, ouvíamos, ao longo dos depoimentos de campo, frase como “nossa condição de vida dev[er]ia ser melhor [...]”, “As condições de vida aqui dependem da natureza [...]” e “O governo deve melhorar nossas condições de vida, já que estamos no começo do Brasil [...]”. Logo, encontramos essa expressão também presente em outros projetos<sup>56</sup> que discutem os desafios socioambientais da região, uma vez que ela traduz, em vocabulário local, a importante interação entre economia, sociedade e ambiente proposta pelas políticas de sustentabilidade.

Ao citar a importância das “condições de vida” dentro do conceito de sustentabilidade, os habitantes geralmente a colocam em confronto com outra importante questão para o contexto local: “a preservação ambiental”. Assim, essas duas expressões acabam por constituir um interessante binômio para o conceito de sustentabilidade, no depoimento dos habitantes locais, por isso as tomaremos em conjunto, analisando suas transversalidades, complementaridades e seus desafios.

### ***3.2.2 Conciliação entre condições de vida e meio-ambiente: qual sustentabilidade?***

Se retornarmos ao depoimento da moradora que apresentamos no início deste capítulo, como aglutinador das principais questões do conceito de sustentabilidade, veremos que ele aborda dois pontos centrais no debate proposto neste item, pois indica

---

<sup>56</sup> OHM – Observatório das relações Homem-Meio do Oiapoque. DURAMAZ – Sustentabilidade na Amazônia. Gestão de resíduos na fronteira do Oiapoque (SERGES, 2012).

que a sustentabilidade “deveria ser algo [...] para melhorar nossa condição de vida e ao mesmo tempo preservar a floresta; mas não é fácil”.

A passagem “[...]melhorar nossa condição de vida e ao mesmo tempo preservar a floresta [...]” apresenta uma das principais potências do debate sobre sustentabilidade na Amazônia, que é a possibilidade de colocar vários grupos políticos e sociais associados ao debate socioambiental na fronteira, em busca de soluções que integrem questões socioeconômicas e físico-naturais. Todavia, a sentença conclusiva lembra todas as contradições e os cadafalsos que fazem parte desse processo, quando salienta “[...] mas não é fácil”.

Bursztyn (2010) assevera que o binômio condições de vida/meio-ambiente está no eixo da proposta da sustentabilidade, porquanto revela, ao mesmo tempo, uma potência articuladora entre diferentes demandas socioambientais. No caso da fronteira, esse binômio põe também em evidência os desafios para o estabelecimento integrado de políticas que foram historicamente separadas.

Théry (2010; 2009) enfatiza que, no contexto da Amazônia, esse novo processo de integrações entre questões econômicas e naturais é transversal e deve partir da busca de soluções pensadas para o contexto local, junto com os sujeitos que lá vivem.

No contexto da fronteira franco-brasileira, o conjunto dos depoimentos dos moradores nos levou a elaborar o quadro abaixo com um resumo das principais problemáticas locais em torno da tentativa de promover uma conciliação entre as condições de vida e a preservação ambiental, apresentando os seguintes desafios:

Quadro 05 – Condições de vida e preservação ambiental

<b>Desafios</b>
<b>Desmatamento vs habitação/agricultura</b>
<b>Controle ambiental externo vs realidade local</b>
<b>Poluição fluvial/urbana vs utilização do rio</b>

Fonte: elaborado pelo autor, dados de campo (2013)



Os atuais parâmetros e as exigências para uso e ocupação do solo, de maneira a conservar a Floresta, são apontados pelos moradores como algo artificializado, de difícil execução. Como a fronteira do Oiapoque é cercada por áreas de preservação ambiental, não são muitos os espaços para expandir atividades agrícolas ou para consolidar novos espaços habitacionais. Uma dificuldade apontada pelos moradores em Saint-Georges é o fato de que, na cidade, as normas consideradas sustentáveis são muito rígidas, como as normas das áreas de preservação, por exemplo, e que isso está tornando mais difícil a edificação de casas próprias ou o reconhecimento de terrenos agrícolas em áreas periurbanas, que são mais próximas de zonas de floresta.

Pensar que a preservação da natureza só é possível em contextos onde haja isolamento entre o ser humano e o meio físico é algo que incorre no “mito da natureza intocada”, conforme apontado por Diegues (1993). Nesse mito, a preservação ambiental dependeria da não integração da dimensão humana. A crítica a esse modelo é feita pelo autor, ao denunciar que, nessas perspectivas seccionárias, “a sociedade é a grande ausente, no entanto, aceita-se, internacionalmente, que, sem ela, não haverá nem conservação nem preservação da natureza” (DIEGUES, 2004, p. 119).

Propondo superar a dicotomia preservação/habitação, Bursztyn (2010) salienta que espaços ambientais devem ser necessariamente espaços humanos e que o contexto amazônico demanda uma proximidade homem-floresta para que se possa discutir a sustentabilidade a partir de uma perspectiva realista e concreta. Na fronteira franco-brasileira do Oiapoque, tais prerrogativas se confirmam nos estudos de Granger (2008), Vilhena Silva e Rückert (2009) e Serges (2011), ao demonstrarem que as problemáticas ambientais e sociais estão imbricadas e atravessam amplas questões, como a ocupação urbana, a poluição e o uso dos recursos hídricos.

Na fronteira do Oiapoque, muitos moradores acentuam que suas moradias são alegadas como ilegítimas pelos órgãos reguladores, por se situarem em zona de floresta que era intocada até a instalação de bairros espontâneos<sup>57</sup>. Os habitantes locais não possuem títulos de suas habitações, pois elas são consideradas como invasões provisórias, em desacordo com as normas ambientais. Todavia, eles denunciam que a ausência de política habitacional seria uma das causadoras da invasão das áreas de

---

<sup>57</sup> Bairros espontâneos são aqueles que se formam pela ocupação não planejada, alheio ao ordenamento urbano e às políticas oficiais de ocupação do solo.

floresta, e da formação de bairros espontâneos em desacordo com as exigências ambientais dos órgãos reguladores.

Conforme salientou um morador do lado guianense, “a sustentabilidade depende de ações que levem em consideração o ser-humano [...]”. A ausência de políticas, nesse sentido, é percebida pelos moradores como uma resistência dos órgãos externos em compreender a realidade da fronteira, como políticas nacionais e instituições reguladoras alheias ao cotidiano das pessoas. Um agricultor indica que “tem muito espaço de friche [área de capoeira] que poderia ser usado na agricultura, mas tudo está amarrado com muitas regras de fora, feitas por quem não conhecem a realidade da comunidade”.

Assim, muitos depoimentos indicam a necessidade de ampliar a dimensão local no conceito de sustentabilidade e declararam que somente a partir de tal ampliação será possível executar regras sobre as interações humano-ambientais que não se fixem nos padrões externos de conservação, baseados numa “natureza intocada”, conforme destacado por Diegues (2004).

Em seus depoimentos, alguns moradores também denunciam que as normas de controle impostas na Guiana pela União Europeia são inviáveis em relação à situação local. No caso da extração de madeira, as zonas selecionadas e os requisitos impostos à formação dos trabalhadores são apontados como uma “preferência pelas árvores que pelas pessoas”, segundo um entrevistado guianense. O mesmo é apontado do lado brasileiro em relação à agricultura em áreas de transição entre zonas agrossilvopastoris e florestas. “Tudo é proibido”, conta uma entrevistada. “Trabalhamos sozinhos para movimentar o comércio local que já é parado, deveríamos receber apoio e não fiscalização”, salientou.

A maioria dos entrevistados declarou que concorda com a preservação da floresta, mas reitera que é necessário mantê-la. Mas, em suas práticas individuais, argumentam que seus casos são especiais e que deveriam ser atendidos ao mesmo tempo em que a preservação ambiental. Brunel (2008) atribui a essa perspectiva uma concepção de sustentabilidade delegada ao outro, ao planeta, às entidades políticas, aos projetos, e não, à dinâmica endógena dos próprios grupos e dos sujeitos. A autora salienta que é comum casos em que ‘todos’ são a favor da sustentabilidade, mas é difícil chegar a um consenso sobre os parâmetros relativos ao que é ou não sustentável, considerando conflitos de visões e interesses.

Dentre os atores que participam do controle das questões ambientais na fronteira, estão diversas corporações das forças de segurança. Outra particularidade facilmente perceptível na fronteira franco-brasileira é a presença de diferentes forças de segurança: Polícia Federal, Polícia de fronteira, Exército, Marinha, Polícia de cooperação franco-brasileira e Polícia ambiental.

Imagens 16 e 17 – Forças de segurança na fronteira



Fonte: Nonato Júnior (2013), dados de pesquisa de campo.

A presença de tantas e diferenciadas forças de segurança dá-se exatamente pela complexidade estratégica dessa zona que é, ao mesmo tempo, região amazônica, faixa de fronteira internacional, linha de contato com a França e a União Europeia, zona de complexidade ambiental e étnica, área de preservação ambiental, polo petrolífero potencial e faixa costeira brasileira.

O outro desafio apontado no quadro 05 refere-se à convivência das sociedades locais com o rio Oiapoque, sua importância socioeconômica e o desafio ambiental de sua preservação. A maior parte dos habitantes salientou que a situação do rio é uma grande preocupação na atualidade, pois “começa a aparecer de tudo nesse rio”, conforme destacou uma entrevistada, ao evidenciar o aumento na incidência de dejetos, esgotos domésticos e escoamento de lixo direto no curso fluvial.

Imagens 18 e 19 – Esgotos no rio Oiapoque, 20 e 21 – resíduos sólidos



FONTE: Nonato Júnior/Garcia (2013), dados de campo

Em 2012, participamos como colaboradores do “Projeto Gestão de resíduos na fronteira do Oiapoque”<sup>58</sup>, fato que nos possibilitou compreender bem mais a importância do rio Oiapoque para a vida dos habitantes de ambos os lados da fronteira.

A dinâmica urbana à beira-rio é intensa, tendo em vista que as atividades de trabalho e de circulação estão centralizadas nas margens fluviais. O comércio, a alimentação e a concentração urbana estão instalados nas margens fluviais. Podemos observar, nas imagens seguintes, essa proximidade entre as atividades socioeconômicas, a habitação e o rio.

---

<sup>58</sup> Projeto vinculado ao Observatório Homem-Meio na fronteira do Oiapoque (OHM), coordenado por Dorotheé Serges e realizado em parceria entre a Universidade Sorbonne (Paris 3) e a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

## Imagens 22 e 23 – Funcionamento das cidades à beira-rio



Fonte: Nonato Júnior (2013), dados de pesquisa de campo

Nesse sentido, a conciliação entre a preservação e o uso do rio é apontada como um desafio no conceito de sustentabilidade dos habitantes, quando afirmam que “sustentabilidade é encontrar uma solução para esse rio, prá que a gente possa viver dele e viver com ele” e “sustentabilidade é não ficar apenas pensando em fazer tudo de qualquer jeito, mas fazer pensando na nossa relação com a floresta, como no caso do rio que não estamos usando direito e estamos pagando o preço com a sujeira”.

Lezy (2000) refere que os cursos d’água estão sempre envolvidos nas questões de meio-ambiente sobre essa região, visto que são fontes cruciais de circulação e subsistência. Assim, muitos dos conceitos de sustentabilidade envolvem o rio como um importante elemento, como mostra este depoimento de um pescador do lado guianense:

É por conta desse rio que tudo começou. As pessoas vieram para cá e começaram a pescar, plantar, usar barcos, tudo nesse rio [...] É por isso que para falar de sustentabilidade aqui tem que falar do rio e da vida da pessoas na beira dele.

Em outra perspectiva que ultrapassa o entendimento do rio como um simples recurso, os conceitos dos habitantes também destacam a dimensão simbólica das águas do Oiapoque. Tais conceitos ressaltam o papel que ele exerce no imaginário da sociedade local, unindo dois países e dois continentes que partilham as mesmas águas que, não raras vezes, simbolizam o encontro entre dois povos e, em outras, relembram os desencontros políticos entre as duas nações no que tange às condições de vida e ao meio-ambiente local. Outro símbolo do desafio à conciliação das condições de vida/meio-ambiente são as orlas fluviais, indispensáveis à dinâmica local, mas

abandonadas em termos de urbanização e segurança, que envolvem desde a imagem de precariedade dos serviços públicos até a degradação e a poluição dos espaços na orla fluvial.

Imagens 24 e 25 – Oiapoque: precariedade urbana da orla



Fonte: Nonato Júnior (2013), dados de pesquisa de campo

O conceito de uma moradora, na margem brasileira, ressalta a importância simbólica do rio ao dizer que “aqui a água separa a França e o Brasil” e complementar “por isso é tão difícil resolver os problemas do meio-ambiente, [pois] precisa estar em acordo entre os dois países e a população”.

Essa declaração nos reevoca à última frase, “[...] *mas não é fácil* [...]”, que foi destacada do depoimento-base que citamos no início de nossa análise. Os conceitos locais revelam que a maioria das pessoas declara, de alguma maneira, reconhecer a complexidade da sustentabilidade no local, apontando os muitos atores, poderes políticos e desafios da fronteira envolvidos nesse conceito. Todavia, destacam-se, frequentemente, dúvidas sobre o desafio de conciliar as condições de vida das pessoas com os parâmetros considerados sustentáveis pelas diversas instituições e pelos poderes públicos.

Assim, o conceito de sustentabilidade aparece frequentemente como algo desejado pelos entrevistados, mas sua operacionalização é vista como uma incerteza do presente e uma possibilidade para o futuro. O tempo futuro é, correntemente, o período para onde se transporta o acontecimento da sustentabilidade na região da fronteira. Um aspecto interessante nessa referência ao futuro vem do fato das pessoas se colocarem

como parte ativa dele. Se, numa primeira análise, exploramos as atribuições das instâncias públicas nos conceitos de sustentabilidade dos habitantes, necessitamos, na sequência, salientar uma segunda dimensão: aquela da participação popular na construção do conceito de sustentabilidade do Oiapoque.

Essa dimensão surge na perspectiva de um contradiscurso. Isso significa que, à proporção que os sujeitos da fronteira apresentam, em seus discursos, a incorporação de categorias oriundas de políticas públicas e governanças, eles também avançam para uma segunda dimensão desse conceito, que atribui à sustentabilidade um importante papel de questionar os conceitos oficiais por meio da articulação dos atores locais. Nessa perspectiva, detalhamos, no tópico a seguir, a análise desses contradiscursos e, em todo o capítulo quatro, suas ações nas práticas locais.

### ***3.2.3 Sustentabilidade e justiça social: contradiscursos à hierarquização transfronteiriça***

Ao perguntarmos aos habitantes da fronteira sobre seus conceitos de sustentabilidade, deparamo-nos com uma dimensão de suas respostas que não estava entre as mais convencionais: a igualdade transfronteiriça.

No decorrer da pesquisa, compreendemos que, na fronteira, a dimensão da igualdade de direitos é algo muito forte. Esse tema movimenta o engajamento das pessoas e atravessa todas as suas concepções sobre “condições de vida” e “meio-ambiente”. Então, surge como uma inovação do contexto local para se pensar a sustentabilidade como uma instância de direitos, de justiça e de equidade social.

Quando nos aprofundávamos no diálogo com os sujeitos de pesquisa, em ambos os lados da fronteira, as questões da igualdade fronteira surgiram como meta de um futuro sustentável para a região. Nessa perspectiva, a sustentabilidade é tomada como contradiscurso à ordem vigente, que impõe um controle fronteira com o qual as pessoas não concordam e o consideram como obstáculo para a vida sustentável no local. Logo, desejamos analisar os depoimentos que relacionam a sustentabilidade com a igualdade de direitos na fronteira, na perspectiva de contraconceitos, ou seja, de

conceitos críticos que questionam o funcionamento do mundo atual e pensam o futuro sustentável como uma perspectiva mais justa e igualitária para as relações ser humano/meio.

Considerando que não supúnhamos a existência dessa dimensão do conceito de sustentabilidade, permitimo-nos aprender a respeito dele com os habitantes e com a problemática local, questionando: quais são os elementos do contexto local que associam a igualdade fronteiriça ao conceito de sustentabilidade?

Comprendemos, ao longo de nossa experiência de campo, que os primeiros indícios de resposta viriam a partir do entendimento acerca dos desafios à igualdade existentes naquela região. Também foi importante nossa aproximação com a metodologia de análise IAD<sup>59</sup>, que visa identificar os contradiscursos presentes nas regras expressas pelos habitantes de uma comunidade em seu cotidiano. Esse framework ampliou nossa capacidade de analisar a realidade, considerando que se trata de um quadro teórico-metodológico recorrente em pesquisas sobre o papel político da sustentabilidade na Amazônia.

O primeiro fator a observar sobre a materialidade da intervenção do Brasil e da França na fronteira é o fato de ocorrer de maneira diferenciada em cada país, embora as estratégias proclamadas sejam bilaterais (BRASIL/FRANÇA, 2009; 2011; 2011b, 2012). A França iniciou o processo de formalização da fronteira num tempo extremamente mais curto do que o Brasil. Dentre os vários fatores que podem explicar a diferença de intensidade e a urgência do lado francês, podemos destacar a questão demográfica. O número de residências de famílias brasileiras, na periferia da cidade guianense de *Saint-Georges*, era crescente na primeira metade dos anos 2000, porquanto havia bairros periféricos cuja população era quase exclusivamente originária do Brasil.

Diante desse contexto, as forças de controle fronteiriça do Estado francês passaram a implementar os acordos bilaterais de reestruturação da fronteira, visando ampliar o controle das idas e das vindas entre os habitantes de ambos os lados. As ações de controle passaram a ser aplicadas por meio de duas estratégias: de um lado, os órgãos de controle (como a Polícia de Fronteira, “*Police aux frontières*”, PAF, e a Aduana)

---

<sup>59</sup> IAD, *Institutional Analysis and Development Framework*, do qual nos aproximamos em intercâmbio doutoral na Universidade de Indiana (Bloomington, Estados Unidos) e a participação como colaborador do projeto franco-brasileiro Duramaz (Sustentabilidade na Amazônia), promovido pela Universidade Sorbonne Nouvelle, Paris.



eram evocados a inibir o modo de circulação que existia antes, aplicando sanções e punições aos infratores; de outro, as infraestruturas que conduzem à maneira “correta” de circular, por meio das rodovias e da ponte, estão sendo, aos poucos, instituídas no espaço.

O estabelecimento dessas novas regras de fronteira se operacionalizou, principalmente, com a introdução de um novo ator cuja função repousaria no controle, na sanção e na punição do fluxo de pessoas. Trata-se da *Police aux Frontières* (PAF), a Polícia de Fronteira Francesa. A instalação da PAF, no lado francês da fronteira, começou em 2005, com o objetivo proclamado de educar, fiscalizar e controlar o uso do espaço transfronteiriço. Entre os anos de 2005 e 2007, o controle foi sistematicamente intensificado. Segundo moradores entrevistados, inicialmente, o trabalho da PAF era o de intimidar aqueles que estavam “sem papéis” a deixarem o lado francês da fronteira. Uma moradora brasileira residente na Guiana nos relatou:

No início, eles levavam as pessoas para ‘fichar’ [na polícia de fronteira] e se tivesse casa na cidade deveria sair em 30 dias. Diziam [os policiais] que depois ninguém teria direito a nada mais, mesmo que tivesse terreno ou casa e que os filhos não poderiam mais estudar na escola [de *Saint-Georges*]. Então as pessoas foram ficando com medo. Mas, não era uma expulsão de cara. Eles queriam mesmo era que a gente fosse embora e [queriam] fazer medo em quem estava pensando em vir, pois a notícia se espalhou rápido.

De acordo com a PAF<sup>60</sup>, o trabalho inicial das forças de fronteira era diagnóstico e educativo, por isso trabalhavam com o sistema de “prevenção” e “informação” nas populações que estavam instaladas “ilegalmente”, de acordo com critérios fronteiriços dos acordos bilaterais. As sanções dadas inicialmente poderiam ser apenas de caráter preventivo ou educativo, durante o período em que a atuação da PAF estava em fase de instalação no contexto local. Mas, as sanções se intensificavam em caso de reincidência, fato que gerava o registro do ocorrido, o contato com a Polícia Federal brasileira e a possível extradição, dependendo de cada ocorrido. Um brasileiro, ex-morador do lado guianense, atualmente no Oiapoque, confirma que as punições poderiam aumentar no caso de reincidência:

---

<sup>60</sup> Entrevista de campo realizada em 2012, detalhes no Capítulo 1: item procedimentos de pesquisa.

Depois que eu já morava aqui há quase trinta anos, estava sentado num banco na beira do rio e veio um policial pedir meus documentos. Eu achei que fosse uma piada, mas era serio [...] Eu não tinha documento nenhum pra mostrar. Sou brasileiro, mas nunca precisei de “papel” pra morar aqui, pois minha família pertence aos dois lados. O policial me disse que daquela vez só ia me dar um aviso, mas se eu fosse pego de novo sem papéis seria diferente, pois a coisa estava engrossando [...] E foi assim que aconteceu. Fui pego na semana seguinte e me levaram para a delegacia. Algumas vezes depois meu filho também foi pego e decidimos mudar. Perdemos quase tudo que tínhamos, foi um absurdo!

As sanções poderiam iniciar por advertência e evoluíam para a apreensão de instrumentos de trabalho (como barco de pesca, rede de pesca, motosserra). A gradação das sanções poderia se dar de acordo com diferentes condições, tais como: o fato de a pessoa habitar ou não há longo tempo na comunidade, desenvolver atividade de primeira necessidade do contexto local (plantio de hortaliças) ou não (abertura de roças), e no fato de haver reincidência.

Esse processo de sanção das atividades ocorreu, sobretudo, entre os anos de 2005 e 2007, quando a PAF estava se instalando definitivamente no território. Entretanto, a partir de 2007, os habitantes relatam que a PAF passou diretamente para a aplicação de punições, sem espaço para outras mediações. A maior parte dos agentes que trabalhavam nessas atividades eram oriundos de Paris e desconheciam o contexto local, as ligações de parentesco e a complexa condição fundiária da região.

A Prefeita de Saint-Georges, *Mme. Fabienne*, em entrevista de campo realizada em 2013, relatou:

L'intervention de la PAF a été une violence. Ils n'ont pas considéré les liens de parenté ou l'histoire des gens sur le territoire. Des familles entières ont été expulsées avec une brutalité qu'on n'avait jamais vue ici. Le même peuple a été séparé sans aucun dialogue<sup>61</sup>.

---

<sup>61</sup> Tradução livre do depoimento original em francês: A intervenção da PAF foi uma violência. Eles não consideraram as ligações por parentesco nem a história das pessoas sobre o território. Famílias inteiras foram expulsas com uma brutalidade que nós não havíamos jamais presenciado aqui. Um mesmo povo foi separado sem qualquer diálogo.

A forma de controle instaurada para a circulação das pessoas, a partir de então, foi: a) presença de agentes de fronteira nos locais de desembarque das catraias<sup>62</sup>; b) abordagem dos habitantes para cobrança de visto de entrada no lado francês da fronteira c) encaminhamento das pessoas sem visto à sede da polícia de fronteira para registra a entrada “ilegal” e, conseqüente, a expulsão.

Em todo esse processo de mudanças nas regras, pode-se resumir que a autoridade da escala nacional sobre a fronteira passou a impor, mais ostensivamente, as práticas locais. Trata-se, então, de regras de autoridade e hierarquização das relações, como salientou McGinnis (2010, p.10): “*Authority rules specify wich set of action is assigned to which position*”<sup>63</sup>.

Baseado nesse contexto desafiador que encontramos no campo de pesquisa, percebemos que a vida das pessoas de ambos os lados da fronteira fica tomada por conflitos em torno da igualdade e da justiça social, porquanto as relações de afeto, de relação cultural e histórica ficaram recentemente relegadas a segundo plano em detrimento de demandas oficiais. Por isso, quando perguntamos aos habitantes sobre seus conceitos de sustentabilidade, a maioria deles iniciou por questões ligadas a temas, como preservação ambiental, educação e habitação. Todavia, aos poucos, os testemunhos foram migrando para a discussão sobre a igualdade e o respeito à dinâmica local como elementos indispensáveis para qualquer futuro pretensamente sustentável.

A luta pela sustentabilidade assume, então, a perspectiva de um contradiscurso às regras estruturantes, visando a uma reflexão mais humana e menos hierárquica sobre as relações na fronteira. Em seus depoimentos, os habitantes ressaltam que a situação central sobre a qual repousa o sentimento coletivo de injustiça social é o fato da dinâmica entre as pessoas abandonar o sistema fluvial como base das idas e vindas para passar ao sistema terrestre, baseado no controle oficial de fronteira.

O sistema fluvial é, por excelência, “líquido”, tanto em sua condição física quanto social, uma vez que ele permite que a autoridade sobre os locais de entrada e de saída sejam tomados pelas próprias pessoas que executam a travessia, que podem escolher a região da margem do rio onde desejam embarcar e desembarcar. No entanto,

---

<sup>62</sup> Catraias: transportes fluviais populares de uso coletivo pago e propriedade privada.

<sup>63</sup> Tradução livre do original em inglês: regras de autoridade especificam que tipo de ação é atribuída a qual posição (referindo-se a posição hierárquica entre atores).

ao propor uma circulação baseada no sistema terrestre, a escala nacional apresenta um conjunto de regras forjadas em sua autoridade, desenhando na paisagem o traçado a partir do qual a circulação deve acontecer.

Diante desse contexto, os habitantes declaram que a nova perspectiva de controle fronteiriço se tornou insustentável para a convivência humana na região, por isso deve ser tomada como uma temática prioritária para debater a sustentabilidade na fronteira do Oiapoque, como declarou um entrevistado: “Ser sustentável tem tudo a ver com ter direitos, por isso só tem sustentabilidade aqui se houver respeito igual para todos”.

A presidente da associação local de moradores também enfatiza: “Precisamos transformar esse contexto para que um futuro melhor seja possível para todos”. E acrescenta que “a justiça é um pressuposto fundamental para que possamos falar de sustentabilidade, por isso estamos lutando por ela”.

Nessa luta por igualdade citada pelos habitantes, muitos relatam que é preciso discutir sobre o papel dessa formalização da sociedade local, questionar seu modo de funcionar e propor um uso diferenciado dos aparelhos e das instituições sociais envolvidos nesse processo, de maneira a valorizar mais a sociedade local do que as regras binacionais que interessam mais à política internacional dos países do que à comunidade que vive na fronteira.

A materialização das novas estratégias territoriais é também uma maneira de exercer o controle, tendo em vista que a população passa a ser direcionada para o tipo de circulação formalizada que a escala nacional propõe, conforme pode ser observado na imagem de satélite a seguir.

Mapa 06 - Imagem de satélite (acessos rodoviários em construção)



FONTE: Imagem Landsat USGS (2008)

É possível observar, na imagem acima, datada de 2008, que, desde esse período, são construídos caminhos oficiais através dos quais o fluxo das pessoas deverá ocorrer, tornando o controle mais rígido, baseado na terra, e não, na fluidez do rio.

Um exemplo dúbio dessa formalização das práticas da sociedade local é geralmente vinculado à construção da ponte binacional sobre o rio Oiapoque. Algumas vezes, essa construção é atribuída como símbolo máximo do controle e da artificialização das relações locais; em outras, é vista como uma possibilidade de novas formas de integração para o futuro.

Imagem 26 – Ponte binacional sobre rio Oiapoque



Fonte: Nonato Júnior (2013), dados de pesquisa de campo.

Em pesquisa realizada sobre o papel da ponte binacional no contexto da fronteira do Oiapoque, Théry (2011) destaca que se trata mais de um ato geopolítico entre os países do que uma demanda oriunda das necessidades locais. Nesse sentido, Boudoux-D’Hautefeuille (2012) ressalta que essa ponte é fruto de decisões políticas para formalizar a circulação na fronteira, sem que se configure como fruto de reivindicações locais ou das necessidades socioeconômicas da região.

A ponte, como regra de circulação, exerce, na atualidade, um papel físico e simbólico que, mesmo ainda não estando aberto à circulação, representa todo o novo conjunto de regras montado pelas escalas nacionais. Os moradores declaram que a única forma de convívio sustentável, nesse novo contexto, é lutar por arranjos locais que possam negociar formas de aplicação das regras com base na realidade local. Esses arranjos são “práticas que devem ser realizadas com base no diálogo entre as partes,

respeitando a importância das pessoas no local”, conforme declarado por um catraieiro que trabalha na travessia de passageiros.

Ao longo de nossas experiências de campo, pudemos observar que a aplicação das regras já funciona com alguns arranjos que tentam adaptar projetos locais e nacionais. Assim, as pessoas que desembarcam no outro território são aceitas desde que estejam em situação de descida breve, acompanhada de catraieiros; compras (sobretudo no início do mês), datas festivas religiosas e culturais locais e no perímetro da zona central das cidades (em períodos de acordos entre as partes).

Todos esses arranjos se produzem porque existem “contrainstituições” na sociedade local (organizações comunitárias, políticos locais, iniciativas de grupos organizados ou de pessoas individuais) que rejeitam a absorção plena das regras impostas pela escala nacional, buscando maneiras coletivas e individuais de adaptar tais regras às suas necessidades e à tradição do funcionamento fronteiriço anterior.

A respeito dessas “contrainstituições”, Loureau (1999) salienta que elas são indispensáveis ao processo institucional, uma vez que simbolizam que o poder não está apenas no agente que propõe uma ação, mas em todos os que participam dela, sendo possível alterá-la ou adaptá-la a partir de arranjos entre interesses de diferentes atores. Esse processo contrainstitucional foi caracterizado por Foucault (1990) a partir da expressão “linhas de fuga”, ou seja, linhas a partir das quais atores e regras não oficiais estão em ação, permitindo a coexistência de diversos sistemas que interpretam diferentemente uma mesma realidade.

Então, compreendemos porque essas inquietações acerca da igualdade, do respeito e da justiça permearam tão intensamente os conceitos de sustentabilidade de nossos sujeitos de pesquisa, pois o sustentável não é visto apenas pelo prisma utilitarista da durabilidade, mas também pela óptica política da transformação da realidade, da construção de um futuro mais digno e mais humano.

Acompanhar a comunidade na elaboração de tais conceitos significou uma grande aprendizagem sobre a sustentabilidade para nós, que nos ajudou a acessar o papel mobilizador, transformador e político desse conceito em diálogo com uma experiência complexa e dinâmica.

Assim, a sustentabilidade se configura como um contradiscurso à lógica de ‘desenvolvimentismo’ recentemente imposta sob alegativa de infraestruturação da região fronteira. Assim, esses contradiscursos revelam a possibilidade de novas leituras das relações humano-ambientais fundamentadas nas experiências de base local.

Outro aspecto apontado pela sociedade local como transformador da sustentabilidade na fronteira refere-se à participação da Educação para que os conceitos se transformem em ação, ampliando seu papel político e crítico. Por isso, no próximo capítulo, faremos uma abordagem sobre a importância de iniciativas educacionais, sobretudo as ligadas à Educação Ambiental, pois, nos discursos dos sujeitos, é a EA que se apresenta como medida de concretização crítica da sustentabilidade nas práticas locais, através da articulação dos movimentos populares, da formação humana e do papel diferenciado exercido pelas instituições educacionais. Nelas, a Educação Ambiental é percebida como estratégia pedagógica de articulação entre os conceitos de sustentabilidade e as práticas humano-ambientais desenvolvidas na região da fronteira.



#### **4 DAS CONCEPÇÕES DE SUSTENTABILIDADE ÀS EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: QUAIS DIÁLOGOS?**

No decorrer de nossa pesquisa, percebemos que os conceitos de sustentabilidade dos habitantes da fronteira apontavam para-além da dimensão do discurso, manifestando-se por meio das experiências ambientais travadas no cotidiano da sociedade local. Nesse processo de transição entre conceitos e experiências de sustentabilidade, uma perspectiva se destaca como articuladora da dinâmica teórico-prática: a Educação Ambiental. Ela ocupa o papel de processo mediador entre conceitos e ações de sustentabilidade na fronteira franco-brasileira.

Quando as pessoas avançavam em seus depoimentos sobre sustentabilidade e começavam a dar exemplos de como isso seria possível no mundo concreto, geralmente relatavam experiências ligadas à Educação e seu papel pedagógico frente aos diferentes desafios ambientais na sociedade da fronteira.

Também observamos a importância da Educação para a sociedade local a partir de nossas observações. A organização pedagógica dos movimentos populares, o importante papel das instituições educacionais nas causas ambientais, bem como as diversas aprendizagens estabelecidas nas interações sujeito-ambiente que põem a Educação como instância central para entender os caminhos da sustentabilidade na fronteira do Oiapoque. Nesse contexto, a Educação Ambiental revela-se como instância articuladora entre os conceitos dos habitantes locais e as práticas realizadas na fronteira que visam um futuro pretensamente sustentável para aquela região.

Assim, este último capítulo se debruça sobre o papel exercido pela Educação Ambiental na articulação entre conceitos e ações de sustentabilidade na fronteira do Oiapoque. Compreendemos que as iniciativas pedagógicas que compõem essa realidade se apresentam em diferentes modalidades: educação informal, não formal e formal<sup>64</sup>; evidenciando as diferenças e as proximidades existentes nos processos pedagógicos criados em ambos os lados da fronteira<sup>65</sup>.

---

<sup>64</sup> Informal, não formal e formal: Cf. Libâneo (1999) nos conceitos detalhados ao longo do desenvolvimento dos tópicos a seguir.

<sup>65</sup> Os procedimentos de produção de dados, a amostra e a população estão detalhamento descritos no capítulo 1.

Dedicar-nos-emos, então, a compreender as manifestação da Educação Ambiental em processos educacionais informais (leituras críticas da natureza), não formais (movimentos populares e questões ambientais) e formais (o papel das instituições educacionais na promoção da EA) nos tópicos a seguir. Em todos eles, o ponto comum repousa sobre o importante papel exercido pela Educação como contrainstituição à lógica vigente, propondo novos paradigmas para pensar, viver e aprender novas perspectivas das relações humano-ambientais.

#### **4.1 Educação ambiental em contextos informais: novas leituras das interações humano-ambientais**

Considerando que os saberes ambientais se manifestam por meio de diversas leituras que os sujeitos fazem da natureza e das interpretações que elaboram, a Educação Ambiental se produz no intermédio de múltiplas aprendizagens informais que se elaboram na mediação das interações ser humano/ambiente (LEFF, 2009). Por isso, compreender os processos de educação informal é indispensável para discutir as diversas leituras da natureza em nosso campo de pesquisa.

A Educação informal, segundo Libâneo (1999, p. 90-91), perpassa o contexto da “vida social, política, econômica e cultural, os espaços de convivência social na família, nas escolas, nas fábricas, na rua”. Para o autor, essa modalidade da Educação manifesta-se nos sujeitos a partir de “conhecimentos, experiências, modos de pensar; na determinação de oportunidades e trabalho [...] na adoção de idéias políticas”.

Nessa perspectiva, a educação informal se manifesta, sobretudo, a partir das “leituras da realidade” realizadas pelos sujeitos, uma vez que a Educação é entendida como um processo de aprendizagem do indivíduo no ambiente, nas experiências coletivas e nas suas concepções políticas.

Isto significa que a Educação é abordada enquanto forma de ensino-aprendizagem adquirida ao longo da vida dos cidadãos; pela leitura, interpretação e assimilação dos fatos, eventos e acontecimentos, que os indivíduos fazem, de forma isolada ou em contato com grupos ou organizações. (GOHN, 1995, p. 173).

Logo, as experiências vividas se tornam elementos fundamentais do ensino-aprendizagem, tais como: contatos com a natureza, reconhecimento e pertença dos indivíduos ao espaço onde habitam, hábitos de um grupo, bem como sonhos, questionamentos, utopias e perspectivas aprendidas sobre o presente e pensadas para o futuro, como o caso da sustentabilidade na fronteira do Oiapoque.

No tocante a essa perspectiva de Educação informal, Sales (2000, p. 111) acrescenta a ideia de que ela se fundamenta na própria significação do ato de educar, uma vez que “a educação tem como objeto e instrumento o saber e não só o conhecimento. O saber é o sentir/pensar/agir das pessoas, grupos, categorias, classes sociais. O saber inclui, portanto, a dimensão intelectual, a dimensão afetiva e a dimensão prática. O saber é a cultura”.

Libâneo (1999, p. 90) complementa essa ideia ao expressar que, nessa modalidade, os processos de aprendizagem acontecem a partir do ambiente construído nas relações entre as pessoas e o meio: “[...] envolvendo tudo o que do ambiente e das relações socioculturais e políticas impregnam a vida individual e grupal. Tais fatores ou elementos informais da vida social afetam e influenciam a educação de modo necessário e inevitável”.

Assim, partindo da perspectiva dos autores citados, a educação informal se produz e se expressa nos processos cotidianos, nas leituras de mundo das pessoas e nos múltiplos processos de aprendizagem estabelecidos nas relações pessoa-ambiente. Se deslocarmos essa perspectiva para nosso campo de estudo, na fronteira do Oiapoque, podemos constatar que a educação informal, naquele contexto, releva-se, sobretudo, a partir de inovadoras e diferenciadas leituras da relações humano-ambientais na Amazônia. Por isso a compreendemos como um processo pedagógico informal de aprendizagens em Educação Ambiental, porque concordamos com Leff (2009, p. 23) quando enuncia:

A educação ambiental recupera assim o sentido originário da noção de *educere*, como deixar sair a luz; não como um novo iluminismo da coisa, nem como o desprejar-se do objeto ou a transmissão mimética de saberes e conhecimentos, mas sim como a relação pedagógica que *deixa ser ao ser*, que favorece a que as potências do ser, da organização ecológica, das formas de significação da natureza e dos sentidos da existência se expressem e manifestem.

É partindo desses pressupostos assinados por Leff de Educação Ambiental, numa perspectiva epistemológica, que analisamos as múltiplas leituras sujeito-natureza realizadas pelos habitantes locais da fronteira franco-brasileira, considerando também o que Carvalho (2008) assevera sobre as “leituras e as interpretações das relações sujeito-natureza” enquanto elemento indispensável para a compreensão da EA integrada à cultura e ao cotidiano das pessoas. Assim, compreendemos tais leituras como uma primeira manifestação da Educação Ambiental, oriunda das aprendizagens do contexto da fronteira e manifestada nos depoimentos dos habitantes locais.

No caso da fronteira do Oiapoque, os conceitos revelam-se, num primeiro momento, nas diferentes leituras da natureza construídas pelos habitantes, em que a relação “humano-natureza” é pensada de maneira imbricada. Isso pode ser observado quando declaram:

Temos que nos preocupar com a floresta, porque nós somos a floresta [...]

A gente deve pensar a fronteira como um só espaço, não pode ter o dono de um pedaço e dono de outro, não pode ter espaço que é só das pessoas e outros só de agricultura, outro só de conservara as árvores [áreas de preservação], tem que ser tudo junto.

Para a floresta ser conservada não precisa tirar as pessoas, quando tem incêndio na mata são as pessoas que apagam, as pessoas e a floresta estão juntas desde o começo [...] a toda hora um aprende a viver com o outro.

Pisar na terra, nadar no rio, comer da floresta, isto é ser daqui. Só tem sustentabilidade se garantir tudo isto junto com a gente [os moradores].

Pra defender a floresta a primeira coisa é pedir ajuda a parte dela que fala [as pessoas].

Em linhas gerais, mais de um terço dos depoimentos dos habitantes locais faz alguma referência à relação indissociável pessoa-ambiente. A partir desses conceitos, percebemos um estreito *relacionamento sujeito-natureza*. A concepção de natureza afere a lógica do sentido mais habitual, ou seja, contrapõe-se à ideia ‘modernizadora’<sup>66</sup> de que a natureza é uma entidade estática e exterior ao ser humano. Nos conceitos de sustentabilidade dos habitantes da fronteira, ela é apresentada como um elemento de composição e funcionamento da vida, atravessada por outros conceitos e realidades,

---

<sup>66</sup> Termo baseado na discussão conceitual sobre a ‘modernidade científica’ em Kumar (1997) e Lyotard (1998).

como sociedade e comunidade. Assim, tanto a paisagem natural quanto o convívio social dos habitantes, incluindo os elementos de sua imaginação e simbologia, constituem a natureza que eles expressam em seus depoimentos.

Dessa relação de simbiose humano/ambiente, na fronteira do Oiapoque, revelam-se aprendizagens estabelecidas entre as pessoas e o meio quando relatam relacionar-se com as outras dimensões do ambiente/apagar incêndios; ser a voz da floresta; fazer parte da natureza; estar junto/ viver/ conviver. As leituras dos moradores da fronteira revelam, então, uma perspectiva de ambiente que incorpora vários elementos internos e externos à dinâmica da vida das pessoas.

É nesse sentido que nos identificamos com Leff (2009, p. 23), quando declara que “o ambiente não é apenas o mundo *de fora*, o entorno do ser e do ente, ou o que permanece fora de um sistema. O ambiente é um saber sobre a natureza externalizada [...] é objetividade e subjetividade, exterioridade e interioridade”.

Nessa perspectiva, identificamos as leituras dos habitantes da fronteira, com a perspectiva abordada por Deleuze e Guattari (1992) e Deleuze (1998) de que não há plena oposição entre real/ imaginário, concreto/ abstrato, razão/ emoção, mas a busca do espaço de interseção, da dimensão do *entre*, em que a produção da vida se revela em múltiplas manifestações. Essa dimensão do entre-lugares foi bem definida por Gallo (2003) como *Plano de Geofilosofia*, no qual o homem e o cotidiano se produzem mutuamente, ao mesmo tempo em que se realizam.

É nesse sentido que as leituras humano-ambientais presentes nos conceitos dos habitantes do Oiapoque revelam a *natureza física como inspiração para a vida cotidiana*. Nesse raciocínio, diferentes concepções de natureza se misturam e ocupam um só plano, em que a realização da vida biofísica, social, política e simbólica se entrelaça.

Outro ponto interessante que podemos observar nos depoimentos dos participantes da pesquisa refere-se a um aspecto linguístico que reafirma o sentimento de entrelaçamento entre as várias instâncias das relações sujeito-ambiente. Trata-se da quase inexistência do termo “ou”, nos conceitos dos sujeitos da pesquisa de campo, quando comparam o ambiente humano com o não humano. Ao articular ideias sobre as relações humano-ambientais, os moradores utilizavam, quase sempre, a conjunção “e”. O bem e o mal, o natural e o sobrenatural, a floresta e a comunidade, reforçando as leituras entrelaçadas entre os diferentes elementos que compunham seus conceitos.

Para além de um mero dado linguístico, esse aspecto demonstra uma noção espaço-natureza que extravasa o plano natural e funciona como potência filosófica. Trabalho, mito, projeto de futuro, religião, sonho e desejo não se contrapõem binariamente, mas compõem a dimensão caleidoscópica das relações sujeito-natureza. Assim, dialogam ao formar redes de trocas que se produzem ao mesmo tempo em que se comunicam, constituindo-se como local de interação da ‘paisagem vida’ com a potência filosófica humana. Um campo de *Geofilosofia* que, segundo Gadelha (1998), é uma geografia do pensamento, um espaço entre o pensar e o que é pensado, uma reconcepção do lugar atravessada pelas leituras, pelas produções e pelas relações estabelecidas pelos sujeitos. Assim, percebemos, nos conceitos dos moradores da fronteira do Oiapoque, essa simbiose entre importantes categorias do cotidiano, como: humano-ambiente, espaço-tempo, conceito-ação.

É nessa perspectiva que as concepções dos habitantes locais demonstram leituras da natureza capazes de fazer o ser humano aprender sobre si mesmo com as aprendizagens do ambiente vivido. Corroboramos o argumento de Leff (2009, p. 27) ao afirmar que “a pedagogia da complexidade ambiental reconhece que *aprender o mundo* parte do ser de cada sujeito, de seu ser humano; essa aprendizagem consiste em um processo dialógico<sup>67</sup>”.

Nesse processo das aprendizagens ambientais, por meio das leituras das relações humano-natureza, Leff (2009) e Carvalho (2008) asseveram que há outras dimensões que ultrapassam a educação informal e atingem a organização da sociedade civil a partir de práticas comunitárias que têm intencionalidade pedagógica e se manifestam, sobretudo, através dos movimentos populares e das experiências de aprendizagem baseadas na organização da sociedade local. Estamos nos referindo às ações de educação intencional e não formal alicerçadas na base das práticas pedagógicas dos movimentos populares e na mobilização da sociedade civil.

---

<sup>67</sup> Retomamos esse conceito de dialógico na perspectiva desenvolvida por Figueiredo (2003) de uma “Educação Ambiental Dialógica”.

## **4.2 Educação ambiental em práticas educacionais não formais: o papel pedagógico dos movimentos populares e da organização da sociedade civil**

Os processos de aprendizagem instaurados nas comunidades da fronteira franco-brasileira ultrapassam a dimensão da leituras informais da natureza e se manifestam por meio da organização da sociedade civil em iniciativas de educação não formal. Nessa modalidade, tem-se a intenção de educar, mas não há processos de escolarização institucionalizados continuamente. Trata-se de uma construção pedagógica que pode ocorrer dentro e fora dos espaços educacionais formais.

Seu principal *locus* são os espaços destinados à educação a partir da organização social, como: grupos da sociedade civil, sindicatos de classes, associações de moradores, organizações populares etc. Na Educação não formal, existe “caráter de intencionalidade, porém com baixo grau de estruturação e sistematização, implicando certamente relações pedagógicas, mas não formalizadas”. (LIBÂNEO, 1999, p. 89).

No contexto da fronteira do Oiapoque, as iniciativas pedagógicas da sociedade civil revelam alguns dos dados mais inovadores de nossa pesquisa, uma vez que abrem espaço para a expressão das experiências coletivas. Assim, revelam-se dimensões contraconceituais, ou seja, práticas locais que criticam as ideias de sustentabilidade impostas pelas instâncias oficiais, apresentando outras estratégias.

Nesse contexto, os contradiscursos são importantes porque põem em destaque a dimensão das experiências das pessoas. Conforme salienta Valla (1998), nas instâncias oficiais, há uma desvalorização da experiência em detrimento de conhecimentos mais racionalizados. Isso acontece pelo fato de não ser dada legitimidade à maneira como os habitantes de uma comunidade teorizam e organizam conceitos a partir de suas experiências cotidianas. Matos (1998) amplia tal debate, ao explicar que esse tipo de hierarquia privilegia conhecimentos técnicos e científicos em detrimento das experiências populares. Tal posicionamento “descredencia o aprendizado cotidiano, apontando-o como ‘ação não-refletida’, provocando assim uma ruptura descabida entre a idéia e a realidade” (MATOS, 1998, p. 106).

Assim, a autora reitera a importância de se realizar uma investigação a partir dos conceitos dos próprios sujeitos da pesquisa, considerando que suas experiências são um

instrumento mediato entre o ser de relações e sua compreensão do mundo e de si mesmo, no sentido da proposição de novas questões, da possibilidade de intervir e alterar a dinâmica do social (MATOS, 1998, p. 107).

Assim, é na dimensão da experiência que identificamos a importância dos movimentos populares no Oiapoque, uma vez que eles apresentam alternativas para a articulação entre teorias e práticas críticas sobre sustentabilidade, no contexto da fronteira franco-brasileira, exercendo um importante papel pedagógico de mobilização da sociedade. Por isso, entendemos tal contexto como um processo não formal de Educação Ambiental, no qual a sociedade civil abre diálogos e práticas para novos conceitos e experiências da relação ser-humano-natureza, pois “a pedagogia ambiental reconhece o conhecimento; observa o mundo como potência e possibilidade; entende a realidade como construção social, mobilizada por valores, interesses e utopias” (LEFF, 2009, p. 20).

Ao longo de nossas atividades de campo, a descoberta da Educação Ambiental, como estratégia de articulação entre conceitos e práticas de sustentabilidade na fronteira, aconteceu paulatinamente, revelando-se como a perspectiva de “pedagogia ambiental”, supracitada em Leff (2009). Na primeira fase do campo, em 2012, percebemos que era preciso analisar o conceito de sustentabilidade na fronteira franco-brasileira, por isso fizemos os levantamentos e as análises que detalhamos no capítulo anterior. Na segunda etapa dos estudos de campo, em 2013, entendemos que era necessário compreender como a articulação entre os conceitos e as práticas ambientais ocorriam na sociedade local. Foi exatamente a partir desse contexto em que a Educação Ambiental revelou-se como um instrumento de *práxis* nos movimentos populares locais, apresentando-se como uma janela com vista para o novo horizonte de diálogos humano-ambientais na fronteira do Oiapoque.

Ao acompanhar o cotidiano e dialogar com as organizações civis locais, traçamos um ‘mosaico’ de quatro experiências principais que representam o papel pedagógico exercido pelos movimentos populares em questões de sustentabilidade. A primeira dessas experiências foi acompanhada junto às associações de moradores da fronteira. Ao longo dos anos de 2012 e 2013, essas associações locais foram procuradas



pelo projeto de pesquisa do *Observatório Homem-Meio do Oiapoque* (OHM)<sup>68</sup>, que visava identificar e discutir alguns dos principais desafios da fronteira franco-brasileira. Nessa experiência, um documentário<sup>69</sup> estava sendo produzido, mapeando na comunidade os elementos que a mobilizavam. Ao longo desse processo, tornou-se flagrante a maneira como as comunidades locais se apropriaram dessa oportunidade para discutir sobre o desafio da gestão ambiental (lixo doméstico, resíduos urbanos, poluição) nas práticas dos habitantes.

Nesse caso, a elaboração do documentário atuou como *dispositivo analisador*<sup>70</sup> a partir do qual foi possível perceber o importante papel pedagógico exercido pelas associações de moradores na luta por alternativas de gestão ambiental mais sustentáveis para a fronteira do Oiapoque. Nos últimos cinco anos, o aumento desordenado das habitações e a construção de muitos bairros espontâneos ampliou drasticamente a produção de lixo, com conseqüente aumento da poluição. Diante desse cenário, os grupos de moradores foram, paulatinamente, ampliando sua preocupação com tal problemática.

Os moradores relataram que, inicialmente, contavam com a transformação da realidade através das políticas públicas que envolviam a sustentabilidade. Todavia, o distanciamento entre os discursos de tais políticas e sua materialização provocou as organizações locais a se colocarem como principais articuladoras de ações no contexto local. Nesse sentido, a presidente da Associação de Moradores do lado brasileiro referiu que “a questão ambiental está se tornando para nós [dos movimentos populares locais] uma das nossas principais lutas nos últimos anos”.

A partir do documentário, as muitas ações desenvolvidas por esses movimentos acerca das questões ambientais entraram em evidência. Do lado francês, as Associações de Moradores destacam a importância do trabalho de sensibilização quanto ao descarte do lixo, dos mutirões de limpeza nas margens dos rios e das férteis discussões nas reuniões de bairro que geram um efeito pedagógico ‘dominó’. Do lado brasileiro, as organizações populares destacam que a consciência das pessoas para a seriedade de pensar sobre as conseqüências da convivência humana no ambiente tem surgido com a

---

<sup>68</sup> Referência ao projeto “Gestion des déchets” (OHM/Sorbonne-Paris3/UNIFAP), do qual participamos em colaboração, conforme citado na metodologia.

<sup>69</sup> GARCIA, T.; SERGES, D. Documentário “Gestion des déchets” : OHM, 2013.

<sup>70</sup> Conceito na Análise Institucional, indicando situação aparentemente simples que surge para revelar muitas complexidades ‘subterrâneas’ sobre determinada realidade (LOUREAU, 1999).

articulação da sociedade civil e que “não basta apenas fazer coisas como tirar lixo ou abrir uma rua, é preciso [a comunidade] aprender a viver o tempo todo com a responsabilidade sobre tudo ao nosso redor, a natureza, as pessoas, o rio”.

É nessa perspectiva que as associações locais têm liderado debates sobre tais questões e mutirões para intervir diante de desafios ambientais locais. Acreditamos que essa perspectiva fica bem representada no depoimento de uma moradora que, ao ser perguntada sobre sustentabilidade, declarou: “Vamos ultrapassar essas ideias de sustentabilidade das cartilhas do governo e construir com nossos braços” e depois de uma respiração complementou “ [...] e com nossos corações, pois [es]tamos fazendo isto pra conseguir viver nesse mundo”.

Outra experiência de mobilização local que dialoga com essa perspectiva pedagógica sobre os desafios ambientais da fronteira é a que foi desenvolvida pelas associações de pilotos fluviais<sup>71</sup>. Essas associações têm cerca de cinquenta pessoas que trabalham nos serviços de transporte fluvial de pequenas embarcações denominadas “catraias”. Seu papel é central para o funcionamento da sociedade local. Esses transportes locais, realizados por meio das “catraias”, pequenas embarcações de propriedade particular e uso coletivo, transportam passageiros entre as duas margens do rio pelo valor de dez reais ou cinco euros.

Imagens 27 e 28 – Transporte fluvial das “catraias”



Fonte: Nonato Júnior (2013), dados de pesquisa de campo.

<sup>71</sup> Associações de pilotos fluviais são aquelas responsáveis pelo transporte de passageiros entre as duas margens da fronteira e que atravessam o rio Oiapoque. Ao todo, somam quatro associações - uma do lado guianense, e as demais, registradas no Brasil.

Assim, a comunicação da fronteira Brasil-França se dá por via fluvial. Logo, as redes de relações entre diferentes agentes políticos e atores da sociedade civil são mediadas pelo rio que exerce, além da função social, um papel simbólico de conciliar a circulação de um mesmo povo entre dois estatutos políticos diferentes.

Nas associações dos pilotos fluviais, o debate sobre as condições ambientais do rio tem sido intenso, tendo em vista o convívio diário dos trabalhadores nesse meio. A preocupação com os níveis de poluição das margens levou os catraieiros a se organizarem para atuar como agentes de transformação daquela realidade. Assim, as preocupações com o ambiente fluvial se tornaram ponto permanente na pauta das reuniões de trabalhadores, bem como nas demandas aos poderes públicos locais. Algumas medidas estão sendo tomadas paulatinamente, a saber: instalação de lixeiras nos barcos, instrução dos turistas que frequentam a região, mutirões para limpar as margens fluviais e parcerias com projetos de governanças locais. A respeito disso, um dos catraieiros expressou: “Estamos fazendo o possível. Ainda é um começo, mas já estamos vendo que depende de nós construir[mos] uma situação melhor”.

Essas experiências das Associações de Moradores e Catraieiros mostram como a participação popular tem sido importante para a construção de práticas mais sustentáveis na fronteira franco-brasileira. Por isso, faremos uma breve parada nas descrições para experiências locais para analisar alguns pontos importantes, transversais às duas experiências apresentadas.

Um dos pontos mais importantes da Educação Ambiental, nesse contexto, é a relação com a Educação Popular, uma vez que as questões humano-ambientais desenvolvidas pelas associações têm como base o empoderamento dos movimentos populares como transformadores da realidade. Assim, concordamos com Leff (2009), para quem a Educação Ambiental é eminentemente política, e essa política tem sua base na realidade das pessoas, na organização da sociedade civil e nos movimentos populares. É também nessa perspectiva que Petit e Soares (2002, p. 01) destacam a necessidade de se trabalhar em diálogo com os saberes populares:

[...] Tem-se revelado cada vez mais necessário avançar para além de análises macro-sociológicas, levando em consideração as formas de produção de subjetividades e as relações que se travam nas inúmeras micro-experiências que compõem o movimento social.

Assim, a Educação Ambiental, numa perspectiva crítica, só é possível se pensarmos a dinâmica dessas microexperiências e suas relações com as questões reais que movimentam a vida das pessoas.

Na fronteira do Oiapoque, observamos que uma interessante discussão de Educação Popular encontrará diálogo com a maneira proativa com a qual os sujeitos lidam com as problemáticas ambientais. Se, em um primeiro momento, os sujeitos atribuem a responsabilização de tais problemáticas às políticas públicas, no entanto, ao perceberem a insuficiência delas para resolver os problemas, multiplicam articulações populares em torno de soluções mais sustentáveis para a população. Nesse sentido, Frei Betto (1999, p.19) reitera: “A questão do pessoal e social, do micro e do macro, do particular e do geral, do local e do global são novos paradigmas sobre os quais temos que pensar no quadro da Educação Popular”.

Assim, não há um discurso de “carência”, mas de abundância de tudo o que pode ser feito para associar a vida das pessoas à conservação da floresta. Nesse sentido, as iniciativas ambientais dos movimentos populares dialogam com o conceito de ruptura e a ideologia da carência, conforme discutido por Valla (1998). Para esse autor, a *Ideologia da Carência* é uma atitude disseminada no imaginário social, bem como nas práticas oficiais de que as iniciativas populares – oriundas do *communis opinio* – são inferiores ao saber técnico-científico e, por isso, não poderia apontar soluções tão eficientes para os problemas sociais quanto as das políticas oficiais.

Nos últimos anos, essa premissa vem sendo questionada por vários estudiosos da Educação Ambiental (MATOS, 2011; LEFF, 2009; FIGUEIREDO, 2003; GUERRA, 2008) e Educação Popular (GOHN, 1995; SCHERER-WARREN, 1999; 2005), fazendo com que os limites entre o saber científico, as políticas públicas e as iniciativas populares sejam constantemente questionados.

Para Valla (1998), a desvalorização do conhecimento popular é um dos mais significativos desafios para a afirmação de novas soluções vindas de contextos locais. Esse problema funda-se na dificuldade dos discursos oficiais reconhecerem os grupos populares como produtores de saberes legítimos que podem, inclusive, embasar teorias e práticas sociais. Nessa perspectiva, o teórico afirma:

Talvez a grande guinada, a principal mudança de ótica com relação aos trabalhos que são desenvolvidos com as classes populares se refere a compreensão que se tem de como pessoas

dessas classes pensam e percebem o mundo... (VALLA, 1998, p.24).

Para além do reconhecimento da legitimidade do saber popular, há outra dimensão mais sutil dessa *ideologia*: a falsa ideia - amplamente difundida pela mídia, pelas entidades assistenciais e pelas políticas oficiais – de que os habitantes de comunidades populares são *carentes*. Esses sujeitos são vistos como carentes porque têm um baixo padrão de consumo e/ou baixos níveis de escolaridade, habitam em região de menor valorização social, não têm acesso às altas tecnologias, nem dispõem de um expressivo patrimônio financeiro. Tal ideia edifica um campo simbólico de hierarquização, pois, de acordo com Gonsalves (2002, p. 02), “[...] subjacente a esse entendimento está a idéia de que a consciência do homem comum desinformado é alienada”.

No contexto da fronteira do Oiapoque, percebemos que a legitimação das iniciativas populares é um dos desafios apontados pelos habitantes, conforme declaram: “A gente tem feito muito, mas falta as pessoas conhecerem mais, falta mais apoio dos governos para dar espaço e finanças [financiamento] para as boas ideias que a gente tem aqui [na comunidade]”.

Os habitantes também afirmam que veem a sociedade civil local como a instância mais atuante para a melhoria das condições ambientais e que não se veem como “carentes”, mas como atores importantes que necessitam de mais apoio e espaço político, que, segundo a presidente da Associação de Moradores, “está sendo conquistado aos poucos, mas ainda há muito por fazer. Nós vemos as pessoas como importantes para as transformações na fronteira, por isso, é preciso que todos vejam assim”.

Para Deleuze e Guattari (1992), olhar o outro como filósofo significa ter uma atitude de reconhecer suas potências, e não, suas carências. É necessário olhar para além da lógica macroestrutural e perceber as diversas subjetividades produzidas ao longo das experiências humanas e as formas de construção do conhecimento em cada cultura.

Assim foi a partir dessa perspectiva da valorização dos saberes locais que identificamos mais duas experiências interessantes formadas com a organização da sociedade civil local: a dos pescadores e de agricultores da região. No caso desses dois grupos profissionais, há uma proximidade forte com os trabalhos no meio-ambiente,

consequentemente, uma aproximação com os desafios ambientais vivenciados na fronteira. Quanto aos pescadores, a poluição do rio e a devastação das margens têm sido observadas com atenção. Eles apontam que a comunidade deve se conscientizar sobre a problemática, porém ressaltam também a necessidade de melhores parcerias com órgãos do meio-ambiente e prefeituras locais.

Do lado brasileiro, os agricultores estão vivenciando novas experiências a partir do projeto de Assentamento Igarapé Grande. Nesse projeto, muitos trabalhadores se fixam na terra e ficam responsáveis pelo plantio de 20% da superfície dela e pela conservação de 80% do restante que lhes são concedidos, garantindo a biodiversidade da floresta. Com essa experiência, os agricultores relatam que as coisas mudaram de ótica, pois eles deixam de ser apenas aqueles responsabilizados pelo desmatamento, e lhes é creditado um papel de agente da sustentabilidade da região.

Em diálogo que estabelecemos com a RURAP do município de Oiapoque, essa agência informou que isso tem sido uma mudança paradigmática para os agricultores, impactando também na imagem socioambiental desse profissional na região. Outro fator importante destacado pela RURAP é a necessidade de ampliar as parcerias entre os órgãos de formação e acompanhamento do trabalho dos agricultores.

Nesse sentido, Valla (1998) alerta para a importância de aliar conhecimento científico e conhecimento popular, ressaltando o caráter político inovador e libertador deste último:

O pensamento científico e o pensamento popular são antinômicos, têm contradições entre si, mas não são dicotômicos como se quis fazer crer. As antinomias permitem relações e correspondências. Possibilitam a superação, pelo menos, de algumas contradições. A dicotomia impede qualquer tipo de vínculo entre pólos que se negam. Conduz à substituição de uma forma por outra (VALLA, 1998, p. 26).

No domínio da Educação Ambiental, essa mesma reflexão sobre a complementaridade do saber científico e popular é destacada pelos estudiosos contemporâneos, pois “o saber ambiental integra o conhecimento racional e o conhecimento sensível, os saberes e os sabores da vida [...] no sentido da locução italiana *asaggiare*, que põe à prova a realidade degustando-a” (LEFF, 2009, p. 18).

Essa relação entre conhecimento popular e científico pode ser evidenciada a partir das experiências de Educação Ambiental estabelecidas nos ambientes formais de

ensino – escolas, instituições educacionais – em ambos os lados da fronteira franco-brasileira.

### **4.3 Educação ambiental e escolas: experiências na educação formal dos dois lados da fronteira**

Ao longo de nossa pesquisa de campo, compreendemos que a Educação Ambiental se revelou como estratégia articuladora das relações teoria-prática na área da sustentabilidade e que sua presença se manifestou por meio de diferentes modalidades da Educação: informal, não formal (mencionadas nos tópicos anteriores) e formal (experiências institucionalizadas em instituições educacionais). É sobre essa última modalidade que iremos nos debruçar neste tópico, analisando as diferentes estratégias desenvolvidas pelas instituições educacionais nas duas margens da fronteira franco-brasileira.

Para Libâneo (1999), Educação formal é aquela estruturada, organizada e planejada intencionalmente, em que há intenção pedagógica sequencial e sistemática, mesmo estando submetida às adaptações do cotidiano. Trata-se de uma modalidade de Educação em que há intencionalidade de instruir e meios organizativos para isso, seguindo processos de aprendizagem baseados no planejamento, no currículo e na sequencialidade de conteúdos e métodos.

Nesse sentido, as instituições educacionais (escolas, creches, universidades) são os locais onde encontramos mais facilmente o acontecimento da modalidade formal de Educação, embora o ensino com a intenção de instruir e de sistematizar também possa ocorrer em diversos outros espaços científicos, comunitários, religiosos.

Na fronteira do Oiapoque, a educação formal revela-se como importante espaço para debate e construção da sustentabilidade, sobretudo dentro dos espaços escolares, onde temáticas voltadas para a Educação Ambiental se manifestam em ambos os lados da fronteira. Ao serem questionados sobre o conceito de sustentabilidade, mais de 70% dos entrevistados fizeram alguma referência ligada à Educação. Entre eles, mais de dois terços citaram o importante papel das escolas na promoção de iniciativas de Educação

Ambiental, indicando as instituições escolares como fundamentais para que os conceitos saiam do plano das ideias e se materializem no cotidiano das pessoas.

Quando os depoimentos dos sujeitos citavam a Educação Ambiental ou o futuro da fronteira, geralmente faziam alusão à importância das escolas na construção de iniciativas de base sustentável e na articulação entre diferentes temas e atores. Assim, ao longo da pesquisa, a escola foi se revelando como instituição fundamental para entender as perspectivas de futuro na fronteira franco-brasileira, bem como as interações humano-ambientais.

A importância da escola para a vida das pessoas e seus projetos de futuro é ressaltada por diversos teóricos. Matos (2001), em pesquisa de doutorado realizada em várias escolas públicas e privadas, ressalta que a instituição escolar ainda é fortemente referida como local de sonho, onde se pode vislumbrar a expectativa de uma vida melhor. A maioria dos entrevistados pesquisados pela autora declararam que percebem a escola como referência positiva para a ascensão social, intelectual, profissional e para o relacionamento com as diversas experiências do mundo.

Nessa perspectiva, de ambos os lados da fronteira, as escolas são citadas como principais promotoras de iniciativas ligadas à sustentabilidade e como principais responsáveis pela possível construção de um processo sustentável para o futuro. Os estudos de Matos (2010) e de Melo-Théry (2010) mostram que a temática da Educação está intimamente ligada à implantação de iniciativas de sustentabilidade, visto que, tanto no âmbito formal quanto no informal, as instituições educacionais exercem uma forte participação nas práticas de organização comunitária, nos debates locais sobre meio-ambiente e nas políticas locais.

Assim, as iniciativas educacionais se revelam através dos conceitos dos habitantes quando se referem às instituições escolares na transição entre os conceitos de sustentabilidade e as práticas ambientais na fronteira. Nesse contexto, é a população local quem nos revela a “Educação Ambiental” como uma temática articuladora das dimensões teoria-prática da sustentabilidade na fronteira do Oiapoque.

As muitas dimensões da Educação Ambiental apontadas pelos habitantes convergem para quatro conceitos centrais, que nos permitiram elaborar as seguintes categorias para discutir neste tópico:



Quadro 06 – Categorias da Educação Ambiental (EA) na articulação teoria-prática

EA-REDE (redes de atores e instituições mobilizados a partir das iniciativas educacionais)
EA-ÉTICA (Contribuições das escolas para a ética ambiental na fronteira)
EA-BIO (Instituições educacionais e seu papel para a discussão da Biodiversidade na Amazônia franco-brasileira)
EA-FUTURO (Educação como caminho para o futuro sustentável entre as duas margens da fronteira)

Fonte: elaborado pelo autor

Assim, para pensarmos sobre a primeira dessas categorias - “Educação Ambiental na rede de atores e instituições locais” – o primeiro passo é conhecer um pouco das instituições envolvidas nessa rede e o perfil das ações realizadas sobre os desafios ambientais da fronteira.

Imagens 29, 30, 31 e 32 – Instituições educacionais na fronteira



Fonte: Nonato Júnior (2013), dados de pesquisa de campo.

Nas instituições escolares da fronteira, os projetos que relacionam Educação e Sustentabilidade são diversos e se manifestam nas duas margens da fronteira de maneira diferenciada. A partir das particularidades entre os dois municípios, é possível entender a influência das políticas educacionais de Brasil e na França, em cada um deles, que marca abordagens diferentes para desafios semelhantes.

Do lado brasileiro, os projetos sobre as contribuições da educação para a sustentabilidade estão embasados numa série de políticas nacionais<sup>72</sup>, estaduais<sup>73</sup> e municipais de “Educação Ambiental”. Conforme salientado pelo sítio eletrônico de um organismo governamental responsável pelas políticas nessa área

as questões ambientais no Estado do Amapá, apresentam problemas diversificados, decorrentes , principalmente, do fluxo migratório de outras regiões, fazendo-se necessário o desenvolvimento de programas e projetos de Educação Ambiental direcionadas e integradas ao ensino formal e não formal, com a participação da sociedade civil, OEMAS, ONGs<sup>74</sup>.

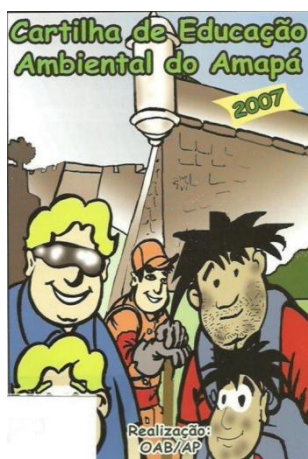
Assim, existe um eixo articulador em diferentes instâncias que propõem, formam, avaliam e acompanham propostas pedagógicas direcionadas às questões ambientais nas escolas. Um exemplo disso pode ser observado na capa de um dos materiais trabalhados nas escolas do Oiapoque, uma cartilha estadual que chega ao município como temática transversal a ser desenvolvida no contexto local.

---

<sup>72</sup> Ministério do Meio Ambiente. Ambiente Brasil, 2013. In: Núcleos de Educação Ambiental no Amapá. Disponível em: <http://ambientes.ambientebrasil.com.br>

<sup>73</sup> A CIEA foi criada em 2006, por meio do Decreto nº 2196/2006. Conta com plena participação e discussão de todos os segmentos do Estado. O grande avanço dessa CIEA do Estado do Amapá é que sua operacionalização financeira está garantida pela Lei Estadual de Educação Ambiental. O Estado ainda não conta com uma política estadual de educação ambiental, e sua construção é pauta da CIEA. Não existem programa e rede de educação ambiental estaduais, mas o Amapá se integra a outras iniciativas, na medida em que participa da Rede Amazônica de Educação Ambiental (BRASIL/MMA, 2003).

<sup>74</sup> Pedagogia em Projetos de Temas Ambientais no Oiapoque. In: Educação Ambiental é destaque no Oiapoque. Disponível em [www.icmbio.gov.br](http://www.icmbio.gov.br)



Fonte: Escolas municipais de Oiapoque.

Um programa que tem influenciado as práticas pedagógicas ambientais do lado brasileiro é o “Programa Municipal de Educação Ambiental do Oiapoque (PMEA/OI)” que compõe uma das exigências do “Código Ambiental do Município de Oiapoque”. Segundo o referido documento

O programa de Educação Ambiental para o Município de Oiapoque deverá promover ações de Educação Ambiental voltadas para o desenvolvimento municipal, em conformidade com as recomendações do Programa Nacional de Educação Ambiental, com os propósitos da Agenda 21 local do Município, com as Diretrizes da Política Estadual de Educação Ambiental [...] proporcionando aportes teóricos e metodológicos para minimizar problemas socioambientais locais e adotando perspectivas comprometidas com um desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente equilibrado (PMEA/OIAPOQUE, 2009, p. 235).

Uma professora local declara que, embora as atividades de operacionalização do programa ainda sejam precárias, a existência de uma política municipal voltada especificamente para a Educação Ambiental tem sido importante, pois “tem provocado as pessoas ao debate sobre Educação Ambiental com base nos desafios do dia a dia e também tem feito algumas formações que introduzem este tema nas escolas, iniciando projetos com a comunidade”.

Do lado francês da fronteira, também é recorrente a existência de projetos, políticas e discussões sobre questões de sustentabilidade nos ambientes escolares. Todavia, na

França, não há política geral que se denomine de “Educação Ambiental”, e as iniciativas pedagógicas associadas a esse domínio são expressas por diversos projetos correlatos, como: “Education pour la biodiversité” (Educação para a biodiversidade); “Education eco-durable” (Educação eco-sustentável) e “Education eco-responsible” (Educação eco-responsável). Essas temáticas de cunho pedagógico sobre questões ambientais vêm sendo colocadas em situação prioritária nas escolas da fronteira do lado guianense, conforme mostra a pintura da fachada de uma das escolas.

Imagem 34 – Educação eco-responsável



Fonte: Nonato Júnior, dados de campo

Embora as perspectivas de ambos os lados da fronteira não sejam sinônimas, elas mostram um engajamento e atenção à necessidade de discutir a resiliência da natureza física e o importante papel pedagógico das pessoas para a construção de uma realidade mais sustentável na fronteira.

A partir desse contexto, em que as escolas, de ambos os lados da fronteira, estão engajadas com processos pedagógicos para a relação sujeito-ambiente, os moradores locais relatam que as instituições escolares têm sido importantes no sentido de:

- liderar diversos debates ambientais;

- funcionar como espaço mediador dos desafios à sustentabilidade na comunidade;

- formar crianças e adolescentes para um futuro mais sustentável.

Do lado amapaense, a Prefeitura Municipal relata que a Educação Ambiental está sendo “uma estratégia para conscientização das pessoas com o meio-ambiente da floresta [...] Nessa tomada de consciência as escolas estão sendo fundamentais, elas são os pilares para a transformação” (Secretário do Meio-ambiente do Oiapoque).

Imagens 35 e 36

Secretaria do Meio-ambiente ( à esquerda) e entrevista com secretário (à direita)



Fonte: Nonato Júnior (2013), dados de campo.

O secretário salientou que as políticas de meio-ambiente do município só podem ser efetivadas com a participação das escolas, pois “elas são articuladoras de diferentes grupos sociais, temas e demandas da sociedade”.

O secretário ainda destacou que, segundo prevê a política municipal, a EA deve ampliar sua atuação, tornando-se fundamento articulador das relações teoria-prática nas iniciativas de sustentabilidade no Oiapoque, pois caberá ao Município “desenvolver atividades de capacitação de multiplicadores e gestores” e operar ações educativas juntos às “associações, cooperativas e organizações da sociedade civil”, sendo ainda

importante “ampliar os diálogos com o outro lado da fronteira sobre as estratégias de Educação Ambiental”.

Em entrevista com o prefeito do Município de Oiapoque, questionamos sobre a importância da educação para a sustentabilidade na região, e o mesmo também salientou que “reconhecemos que as escolas tem sido o grande pilar para o debate sobre a sustentabilidade na nossa fronteira. É também a partir delas que estão sendo estabelecidos diálogos entre os dois lados [da fronteira]. É esse o nosso caminho para o futuro!”.

Do lado guianense, a Prefeita de Saint-Georges de l’Oyapock também destacou que

les écoles sont les endroits où les débats sur la durabilité ont avancé le plus. C’est pour cela qu’elles se sont constituées comme d’importants réseaux d’articulation sur les questions environnementales. Alors, une éducation éco-responsable est devenue une urgence pour toute la communauté<sup>75</sup>.

No conjunto dos depoimentos das governanças locais (prefeitos, secretários), percebemos que há um reconhecimento da importância dos espaços educacionais para a construção de iniciativas sustentáveis na região. Nesses depoimentos, destacam-se, ainda, dois pontos importantes para o debate que estabelecemos com a comunidade: o papel articulador da educação na relação entre conceitos e práticas e as redes de atores mobilizadas a partir dos espaços educacionais.

Se passarmos dos discursos das governanças aos conceitos das organizações da sociedade civil, também encontramos o reconhecimento da educação como temática fundamental na atualidade, com muitas expectativas sobre sua capacidade de articular redes de diferentes atores. A presidente da Associação de Moradores declara que “a escola é nosso ponto de partida e de chegada para mobilizarmos a comunidade. É mais que o ensino em si, é um espaço para aprendermos sobre a vida [...]”.

A esse respeito, uma professora do Oiapoque deu um interessante depoimento:

Quando você [o pesquisador] me perguntou sobre o conceito de sustentabilidade a primeira coisa que veio a minha cabeça foi a escola.

---

<sup>75</sup> Tradução livre do depoimento original em francês: As escolas são os lugares onde o debate sobre sustentabilidade teve maior avanço. É por isso que elas se constituíram como importantes redes de articulação sobre as questões ambientais. Assim, uma educação eco-responsável se tornou uma prioridade para toda a comunidade.

Não conheço outro lugar onde esse isto faça mais sentido do que lá. Temos trabalhado com a Educação Ambiental e os alunos tem dado boas repostas, mostrando que o mundo lá fora precisa de nós, que a escola não está apenas dentro das paredes, mas em todos os desafios de tornar nossa comunidade mais sustentável [...]

A escola revela-se para além da instrução ou do papel burocrático, porque assume o papel que Freire (1990) indica como teoria e prática da liberdade. Mesmo se configurando mais como desejo dos sujeitos do que uma realidade em si, a escola se revela filosoficamente potente para transformar a realidade e construir novas relações.

É exatamente a partir dessa nova dinâmica de relações com a natureza que surge a necessidade de analisarmos a segunda categoria apontada no quadro 06 sobre a relação EA - Ética Ambiental.

Nos conceitos dos habitantes, uma das principais dimensões que pode ser destacada trata da necessidade da convivência entre o ser humano e a natureza não humana, essa última geralmente representada pelos termos “floresta” ou “mata” ou, simplesmente, “Amazônia”.

Ao longo da pesquisa de campo, ouvimos diversos habitantes locais que enfatizaram o importante papel exercido pelas escolas na promoção de debates sobre a ética ambiental, ou seja, as relações das pessoas com o meio em respeito à diversidade de formas de vida e aos limites da resiliência dos muitos elementos que compõem a natureza na fronteira.

Nas escolas do lado amapaense, os moradores destacam que houve início de uma mobilização social para coletar lixo a partir de projetos escolares que solicitavam que os alunos conversassem sobre estratégias com suas famílias, para organizar os resíduos no intervalo entre uma coleta e outra (sete dias). Esse assunto repercutiu nas associações de moradores e de agricultores e gerou debates sobre organização local, o que resultou em demandas junto à prefeitura por um intervalo mais curto na coleta e sobre a extinção de pequenos locais de descarga de resíduos não tratados que começavam a se formar em torno da comunidade. Sobre isso, veja-se este depoimento de uma professora entrevistada:

É muito bom vermos que a escola está assumindo sua verdadeira função de mobilizar a comunidade. Aqui a Educação Ambiental é mais que uma necessidade, é uma forma de vida que precisamos adotar em parceria com as associações e a prefeitura [...] A escola também tem sido a sede de muitas reuniões sobre os problemas

ambientais daqui [Oiapoque], isto nos deixa satisfeitos e com vontade de lutar mais[...]

Do lado guianense, uma experiência similar aconteceu a partir de uma atividade sobre a pesca local. Um pescador declarou que uma escola do local havia demandado aos alunos uma pesquisa sobre a pesca no rio Oiapoque<sup>76</sup> e que alguns alunos o procuraram para conversar. Ao relatar sobre a situação da pesca no rio aos jovens, o pescador ressaltou que o grande problema da pesca fluvial, na atualidade, era a crescente poluição do rio. De início, os discentes não compreenderam a relação. Então, ele explicou que “a poluição do rio também pode ir para o peixe, que fica contaminado [...]”.

Essa declaração deixou os jovens indignados com a situação, e eles levaram essa discussão para a escola, a qual provocou um amplo debate que culminou com a elaboração de um projeto escolar em andamento. Esse projeto visa estabelecer parcerias com as organizações locais de pescadores, moradores e agricultores para se pensar sobre que estratégias podem ser desenvolvidas por cada um desses atores para reduzir a poluição, e que tipo de colaboração pode ser desenvolvida entre eles.

Ao dialogarmos na escola local sobre esse projeto, uma docente informou que “a escola está se mobilizando rumo à uma educação eco-sustentável. Há muito por fazer, mas o fato de estarmos mobilizados para essa questão já é um bom começo”<sup>77</sup>.

É também nesse sentido que a presidente da Associação de Moradores declara que “o crescimento dos problemas ambientais é muito acelerado, ainda estamos engatinhando, mas o grande ganho é o fato das pessoas estarem criando consciência dessa necessidade”. Carvalho (2008) refere que essa tomada de consciência é a base da ética ambiental, a partir da qual os sujeitos se veem como corresponsáveis pela complexidade do conceito de natureza que inclui tanto a eles como todas as formas de vida com as quais interagem, constroem e aprendem, o que resulta em uma experiência efetiva de Educação Ambiental. Leff (2009) também destaca que esse despertar para uma nova relação com o meio-ambiente é fundamental, visto que possibilita a construção de parâmetros para uma ética ambiental que não só envolve a educação

---

<sup>76</sup> A pesca no rio é geralmente realizada por pescadores amadores em regime de subsistência, tendo em vista que a pesca comercial é realizada em alto-mar.

<sup>77</sup> Tradução livre incorporada diretamente do depoimento oral em francês.



básica, como também propõe um diálogo constante entre as inúmeras manifestação dos processos de ensino e aprendizagem.

Essa disseminação da problemática ambiental entre diferentes experiências da Educação está intensamente presente na fronteira franco-brasileira. Nesse campo de pesquisa, não é apenas a educação básica que apresenta um importante papel ao debate em Educação Ambiental e Sustentabilidade, pois essa discussão também é assumida pelas atuais iniciativas de ensino superior no Oiapoque, concentrada sob uma temática muito representativa para essa fronteira amazônica: a biodiversidade.

Isso nos permite explorar a terceira categoria que apresentamos no quadro 06, que se refere a uma importante relação entre Educação Ambiental e Biodiversidade em nosso campo de pesquisa. Ao longo das entrevistas, sobretudo daquelas feitas com os representantes das associações populares e das governanças políticas locais, foi destacado que a palavra “biodiversidade” tem sido fortemente inserida nas políticas de sustentabilidade da região a partir do projeto de criação do “Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica” (CFBBA). Também pudemos averiguar, no campus local da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), que a abordagem da temática biodiversidade tornou-se uma constante nas escolas, nas universidades e nos grupos de proteção ambiental na última década.

O CFBBA representa a amplitude que tomou a temática da biodiversidade na fronteira franco-brasileira, salientando também o papel que as instituições educacionais têm exercido na liderança das questões ambientais emergentes. No caso do CFBBA, trata-se de um centro de cooperação binacional a partir do qual o Brasil e a França reunirão equipes de pesquisa e de planejamento. De acordo com declaração do governo local, “o Centro Franco-brasileiro da Biodiversidade Amazônica tem a finalidade de executar projetos conjuntos de pesquisa científico-tecnológica, desenvolver atividades no campo da biodiversidade e promover a formação e a capacitação de recursos humanos” (GEA, 2014). Conforme salienta este documento:

Il est créé un Centre franco-brésilien de la biodiversité amazonienne, constitué d'équipes de recherche des deux pays, articulées et établies d'un commun accord, en utilisant l'infrastructure existante ou en coopérant pour le développement des nouvelles structures, de manière à réaliser des projets conjoints en matière de recherche scientifique et technologique, de transfert des technologies, de formation initiale et

continue et d'activités connexes dans le domaine de la biodiversité (FRANCE/BRÉSIL, 2008, p. 02)<sup>78</sup>.

Essa ideia foi formalizada por meio do protocolo adicional para a criação do CFBBA, assinado pelo Brasil e pela França. Inicialmente, esse documento previa uma colaboração de ideias, sem partilha de espaço físico. Todavia, as discussões têm avançado no sentido de se construir uma sede para o CFBBA, sobretudo vinculado ao espaço físico do campus da Universidade Federal do Amapá, conforme salientado no sítio eletrônico da instituição:

A equipe do Campus Binacional, guiada pelos servidores do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade/ICMBio, empreendeu essa semana verificação *In Loco* da área destinada ao Centro de Estudos e Pesquisas em Biodiversidade do Oiapoque, conhecida como “área do Center-Bio”. A área pertence à UNIFAP e existe uma projeção no acordo de cooperação técnica e científica firmado entre Brasil e França no ano de 2009, para que naquele espaço seja construído o futuro Centro Franco-Brasileiro de Biodiversidade Amazônica (UNIFAP, 2014)<sup>79</sup>.

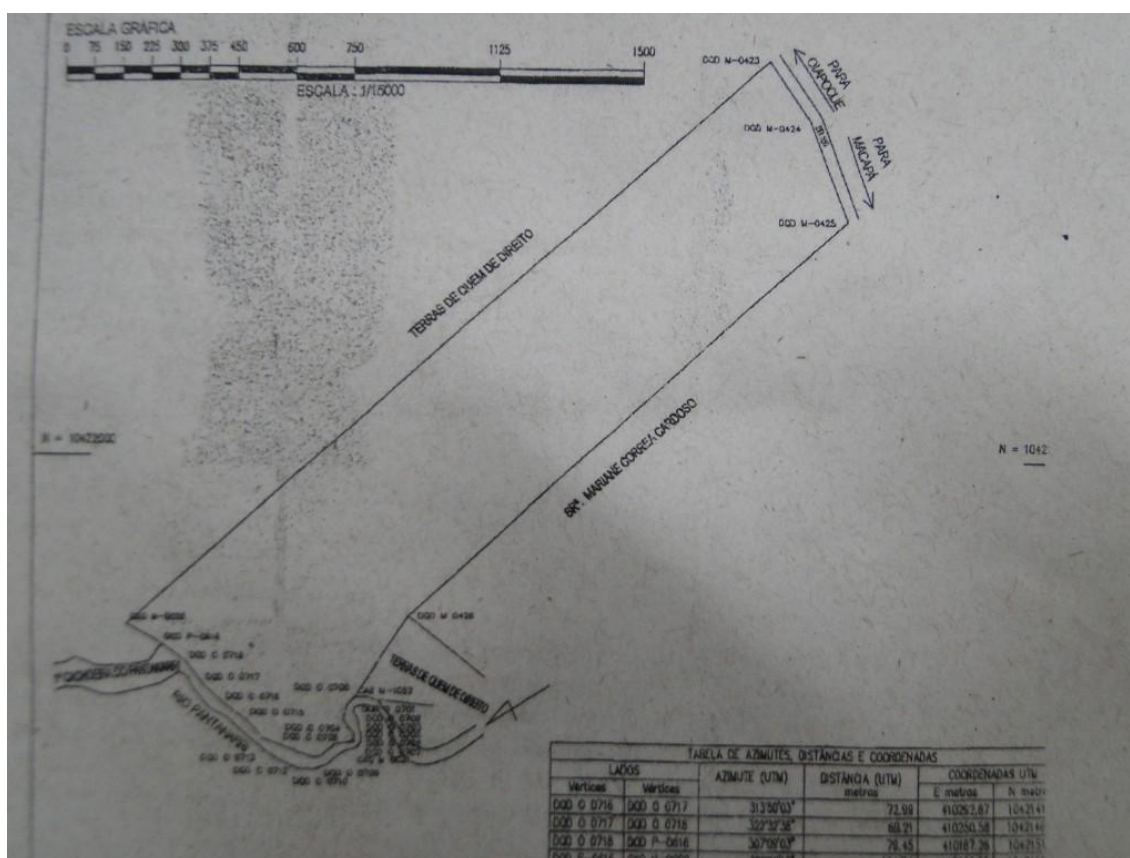
Diferentes instituições diplomáticas, governamentais e da sociedade civil estão envolvidas nesse projeto, que é liderado pelas universidades locais. A instalação do CFBBA deve ocorrer em terreno pertencente à UNIFAP, conforme pode ser observado na planta a seguir:

---

<sup>78</sup> Tradução livre do documento original em francês: Fica criado o centro franco-brasileiro da biodiversidade amazônica, constituído de equipes de pesquisa dos dois países, articuladas e estabelecidas de comum acordo, utilizando a infraestrutura existente ou cooperando para o desenvolvimento de novas estruturas, de maneira a realizar projetos conjuntos em matéria de pesquisa científica e tecnológica, de transferência de tecnologias, de formação inicial e continuada e de atividades conexas no domínio da biodiversidade.

<sup>79</sup> UNIFAP. Portal eletrônico da Universidade Federal do Amapá. Equipe do binacional visita área do futuro centro da biodiversidade. Disponível em: <http://www2.unifap.br/oiapoque/2013/06/19/equipe-do-binacional-visita-area-do-futuro-centro-de-biodiversidade/> Consultado em: 04/04/2014.

Mapa 07 – Planta do campus do *Center-Bio*



Fonte: UNIFAP/Campus Binacional (2014)

Foram projetados investimentos de mais de R\$ 30 milhões para a construção dos prédios das estações científicas, equipamentos, formação, educação e capacitação de pessoas<sup>80</sup>. De acordo como protocolo de cooperação, esta iniciativa surge porque ambos os lados da fronteira estão convencidos de três fatores principais: 1) Da importância ecológica, social e econômica da biodiversidade como caminho para a sustentabilidade na fronteira; 2) Da necessidade de formar pessoas e criar experiências de aprendizagem sobre a biodiversidade e a diversidade ambiental de maneira colaborativa entre os povos de ambas margens do rio Oiapoque e 3) Da importância da sustentabilidade para o desenvolvimento regional nesta zona fronteiriça, para o Amapá e a Guiana, o Brasil e a França (FRANCE/BRÉSIL, 2008).

<sup>80</sup> GOVERNO DO AMAPÁ. GEA apresenta proposta do centro franco-brasileiro ao MRE. In: <http://gov-ap.jusbrasil.com.br/politica/2730436/gea-apresenta-proposta-do-centro-franco-brasileiro-ao-mre>

A tentativa de promover a cooperação ambiental a partir do CFBBA revela dois aspectos importantes para nosso debate: a necessidade de debate integrado entre as duas partes da fronteira para buscar soluções ambientais que são aprendidas por meio de trocas e de mediações entre agentes dos dois países e o papel da Educação Ambiental nos espaços científicos, interessados em ampliar a importância dos processos de ensino-aprendizagem voltados para a questão ambiental.

Nesse contexto, surgiu, efetivamente, a necessidade de analisar, de maneira crítica, a distância entre os projetos e as ações efetivamente realizadas. Lessa (2002) as colaborações internacionais mostram que a potência dos projetos é geralmente mais pujante que a das ações, razão por que, constantemente, é preciso analisar seus limites de realização. No caso do projeto do CFBBA, os grandes limitantes estão na burocracia (diferenciada dos dois lados da fronteira, além de muito estagnada), nos financiamentos necessários para realização das obras e – sobretudo - nos embates políticos. Estes referem-se às diferenças de *status* na fronteira sobre: desavenças diplomáticas ligadas ao acesso aos territórios/vistos, circulação de pessoas e mercadorias, equivalências de estudos e diplomas, sistemas de informações compartilhados entre os dois países, acordos comuns sobre serviços ambientais urbanos e atividades agrossilvopastoris. Como se trata de um projeto em instalação, será necessário acompanhar o CFBBA ao longo de toda a próxima década para analisar em que perspectiva as estratégias utilizadas avançaram ou não nestes desafios. Apontamos, desta forma, um interessante cenário problemático no qual várias outras teses ou pesquisas diversas que poderão ser desenvolvidas.

Segundo declaração de técnico da embaixada da França em Brasília, há a expectativa de se ampliarem as parcerias entre os dois países, por meio de trocas de conhecimentos sobre o bioma amazônico. Todavia, é necessário considerar que esse processo será paulatino e dependerá das parcerias estabelecidas nos próximos dez anos.

De acordo com pesquisador do lado brasileiro, “pretende-se avançar lentamente, mas com eficiência, de maneira a compreender quais seriam as boas alternativas ambientais para o futuro da fronteira amazônica”. Esse projeto também envolve a Universidade das Antilhas e da Guiana (UAG), prefeituras, lideranças populares e profissionais que trabalham com questões ligadas diretamente à sustentabilidade da região transfronteiriça.

Assim, o CFBBA abre uma possibilidade para que práticas de Educação Ambiental se instaurem no ensino superior, ensejando fomentar processos pedagógicos voltados à compreensão da complexidade ambiental da região transfronteiriça. Somente o futuro dirá se efetivamente se os projetos ultrapassarão o plano estratégico e contribuirão efetivamente para a promoção de aprendizagens ambientais entre instituições de ensino de diferentes modalidades e a sociedade civil.

As principais aprendizagens que esta iniciativa traz não está ligada aos resultados que já possui, mas ao fato de projetar a disseminações de conhecimentos e experiência ambientais como meta a ser consttuída coletivamente na região da fronteira.

#### **4.4 O Futuro enquanto categoria transversal entre as experiências de EA e as concepções de Sustentabilidade**

A temática do “futuro” não é apenas uma categoria presente na educação formal. Ela é apontada como horizonte para as práticas de educação ambiental e sustentabilidade na maior parte das experiências da fronteira. Assim, o futuro se apresenta como categoria transversal, capaz de reunir contradições, utopias, projetos e sonhos para um cotidiano mais sustentável entre franceses e brasileiros do rio Oiapoque.

Em suma, percebemos que a maior parte dos argumentos apontados pelos habitantes nas categorias que analisamos neste capítulo convergem para: as possibilidades e desafios de um futuro sustentável. Ao estabelecermos diálogo com os sujeitos sobre o conceito de sustentabilidade, uma questão apareceu correntemente: a educação ambiental como construtora de caminhos sustentáveis para o futuro, para os próximos indivíduos, para “que possa existir um amanhã”, conforme destacou um dos entrevistados.

Assim, no depoimento dos habitantes, o futuro exerce um papel de mobilização do mundo atual, em que a educação ambiental é uma estratégia responsável pela dinâmica do processo e a sustentabilidade como resultado esperado. Nesse contexto, diversas leituras do futuro se apresentam, indicando desde um desejo mais ingênuo de

simples “continuidade da vida”, até uma politização do presente como “instante que deve ser transformado para a existência de melhores condições amanhã”. Logo, o futuro apresenta-se como uma janela filosófica ampla e diversa, onde cabem as utopias, as indignações, o ativismo, o sonho e o trabalho no mundo atual.

Nesta perspectiva projetiva apontada pelos habitantes, cabe salientar que são amplos os processos contraditórios, pois muitas ideologias dos poderes políticos passam a figurar como agendas da própria população. Este dilema ideológico das iniciativas ditas “sustentáveis” está embasado naquilo que Veiga (2005) denominou de “processo de ideologização” no qual a temática da sustentabilidade surge como um novo mecanismo político capaz de permeamar as camadas populares, misturando-se aos próprios contradiscursos da sociedade civil, contaminando-os com uma lógica desenvolvimentista que usa o “sustentável” como adjetivação para emplacar novas estratégias socioeconômicas cuja solução é sempre delgada à um futuro idealizado.

Na perspectiva de futuro apontada pelos habitantes, as instituições educacionais são as únicas manifestações do presente apontadas como já fazendo parte dele ou, como destacou, de maneira interessante, a mãe de um aluno: “A escola é a passagem para um futuro mais sustentável que tanto se fala e que por agora vemos tão pouco”. Dentre as atividades desse futuro, as pessoas citam:

- Melhores condições para trabalhar com a natureza física, como: “uma agricultura sem precisar de veneno” [...] “Que a pesca seja respeitada nos períodos certos” [...] “o desmatamento seja na medida em que permite as pessoas viverem e as árvores também”.

- Questões de ativismo ambiental como parte da dinâmica social: “Todo mundo poderia se engajar nesses projetos, só assim seria sustentável” [...] “Precisamos de mais gente para que qualquer projeto nosso [da associação de agricultores] seja sustentável, uma Educação Ambiental se constrói com muitos braços [...]

- Espaço de utopia: “Para que tudo seja melhor para nossos filhos” [...] “Onde haja uma fronteira sem esses conflitos que vemos, com respeito pela natureza e pelas pessoas”

Assim, concordamos com Leff, quando salienta que a utopia é um importante motor para movimentar a construção de novos saberes ambientais, de novas leituras da

natureza, de novos processos de aprendizagem entre ser humano e ambiente, uma vez que

o saber ambiental faz renascer o pensamento utópico e a vontade de liberdade em uma nova racionalidade na qual se fundem o rigor da razão e os excessos do desejo, a ética e o conhecimento, o pensamento racional e a sensualidade da vida. O saber ambiental, interrompido pela incompletude do ser, pervertido pelo poder do saber e mobilizado pela relação com o Outro, elabora categorias para apreender o real desde o limite da existência e do entendimento, a diferença e a outredade. Dessa maneira, cria mundos de vida, constrói novas realidades e abre o curso da história para um futuro sustentável. (LEFF, 2009, p. 18).

Nessa perspectiva, o futuro significa um novo paradigma para conceber o presente, para pensá-lo e questioná-lo, uma nova forma de trabalho sobre ele. No discurso dos habitantes da fronteira, as responsabilidades sobre esse futuro são dúbias. Às vezes, elas são delegadas às instâncias do poder público, que deveriam se responsabilizar por promover esse amanhã; em outras, os sujeitos se mostram como a própria solução. Há uma interessante dinâmica entre essas duas perspectivas ao longo de toda a pesquisa, e nenhuma delas se impõe à outra, mas ambas convivem em um jogo de complementaridades e contradições.

Na fronteira franco-brasileira, a Educação Ambiental representa, para os habitantes, um espaço onde se podem traçar aproximações com esse futuro pretensamente sustentável, que é incerto, fugidio, mas possível.

## 5 CONCLUSÕES

Um trabalho de pesquisa é sempre um grande desafio. Em primeiro lugar ele instiga o próprio pesquisador a encontrar caminhos para a compreensão de algo novo, trazendo novas questões ao silêncio e movimentando o universo com o qual ele deseja dialogar.

Foi nesta perspectiva de movimento, de discurso, de aprendizagem, que nos deparamos com os desafios em pesquisar a fronteira franco-brasileira do Oiapoque. Um primeiro fator encontrado foi a própria complexidade da região: transcontinental, bilateral, amazônica, multi-cultural; plena de riquezas e problemáticas socioambientais.

Ao identificarmos a sustentabilidade como nosso ponto de questionamento e análise da realidade, mergulhamos em um universo ainda mais polifônico e inovador. Ao partilharmos momentos de convivência com a comunidade, compreendemos que pensar a sustentabilidade significaria visitar a vida das pessoas, seus sonhos, planos, receios e contradições.

Num primeiro momento, a sustentabilidade apresenta-se à nossa tese como um grande desafio. Um conceito de muitas raízes e perspectivas diversas, por vezes polifônicas, por outras diacrônicas. Dentre as muitas vozes que povoam tal conceito, passamos pelas perspectivas das políticas oficiais a partir das quais o argumento do ‘sustentável’ surge como alternativa para conflitos difíceis entre poderosos e populares, ricos e pobres, iguais e diferentes. Assim, a polifonia conflituosa entre múltiplas perspectivas conceituais se mostra – ao mesmo tempo – enquanto fortaleza e fraqueza deste conceito. Ela o torna capaz de reunir diferentes atores e agentes políticos numa mesma negociação, porém sob ângulos e interesses políticos dissonantes, até mesmo divergentes. Nesta perspectiva, acompanhamos a reflexão apresentada por Veiga (2005) que analisa do conceito de sustentabilidade como uma estratégia de ideologização da sociedade contemporânea, havendo na adjetivação “sustentável” um amplo universo de interesses micro e marco políticos em constante dissonância e contradição.

Neste cenário de múltiplas perspectivas, é a voz dos sujeitos locais que nos mobiliza. Ela nos mostra caminhos não-evidentes para pensarmos os desafios da sustentabilidade na fronteira. Caminhos plenos de atravessamentos, de idas-e-vindas, de incertezas e tentativas.



A escolha por trabalhar a partir dos conceitos dos indivíduos locais revelou-se também como um resultado epistemológico cujas dimensões de conhecimento dialogavam com perspectivas de democracia e pedagogia interessadas à escuta daqueles que vivem e produzem o espaço da fronteira franco-brasileira.

Ao visitarmos a evolução histórica do conceito de sustentabilidade, percebemos que é a partir da educação ambiental que os debates nesta área ganham uma relação forte entre teoria e prática, avançando dos metadiscursos à vida das pessoas. Nosso campo de pesquisa também nos apresenta esta simbiose entre sustentabilidade e Educação Ambiental, na qual a segunda é pensada como elemento mobilizador, transformador, construtor de condições socioambientais que podem levar à primeira.

Outro interessante fator elucidado nos estudos históricos e de campo refere-se ao fato das práticas se constituírem e se refazerem num ciclo entre experiências cotidianas e debates ambientais. É neste jogo entre conceito e produção que a dinâmica da sustentabilidade se revela, havendo uma transição tênue entre tais dimensões.

No contexto das relações Brasil-França, a história também nos mostra que a sustentabilidade apresenta-se como temática contemporânea para o debate das relações sociedade-natureza. Assim, as questões ambientais estão presentes enquanto categoria central de toda a história dos contatos bilaterais. As diversas concepções de ambiente (naturais, interacionistas, sociais, culturais) presentes em diferentes momentos desses contatos são importantes para forjar as múltiplas atenções dadas às relações humano-ambientais que ocuparão, contemporaneamente, o centro das atenções nos discursos históricos que inserem ideologicamente o conceito de sustentabilidade.

Linhas de diálogo também importante entre a história e o período contemporâneo refere-se ao papel das políticas de Estado nas questões ambientais, na organização territorial e no controle das interações socioambientais estabelecidas pelas populações da fronteira do Oiapoque. Assim, a presença de escalas externas à região fronteiriça sempre foi um desafio à vivência do espaço limítrofe no que se refere às demandas dos sujeitos que lá vivem e concebem a realidade.

Fator ainda importante sobre o diálogo entre história e contemporaneidade na fronteira franco-brasileira é a condição estratégica da região do Oiapoque para o conjunto das relações França-Brasil, sobretudo no que tange à cooperação em questões

ambientais. Desde a decisão do contestado franco-brasileiro, em 1900, a região do Oiapoque tornou-se cenário privilegiado para observar diálogos, embates e negociações travadas entre os dois países. Na atualidade, tal situação se assevera, considerando que os investimentos infra-estruturais no território da fronteira à reposicionam no centro das trocas entre ambos países.

Nesta condição de cenário destacado para as relações franco-brasileiras, a fronteira do Oiapoque se faz presente, sobretudo, nas políticas de conciliação entre questões físico-naturais (preservação, conservação, gestão) e condições de vida (socioeconômicas e políticas). Configura-se, então, um fértil cenário de debates sobre as interações humano-ambientais na região, envolvendo políticas públicas, intervenções de pesquisa, grupos da sociedade civil e organizações populares.

Imbuídos de tal complexidade contextual, os conceitos dos habitantes revelam múltiplos espaços e escalas, não se configurando como depoimentos restritamente locais, mas como leituras locais de experiências multi-escalares. Tais depoimentos também traduzem a diversidade de perspectivas sobre as relações humano-ambientais no lugar, convergindo por vezes “ao encontro de” discursos oficial e por outras “de encontro a” tais perspectivas.

O conceito de sustentabilidade na voz dos habitantes locais transita entre a leitura dos discursos instituídos, frutos de um processo de ideologização, com a formação de contradiscursos, baseados na crítica à ordem estruturada dos conceitos oriundos de escalas nacionais e internacionais. Nesta última vertente, destacam-se como contraconceitos ou contrainstituições a relação entre sustentabilidade e justiça social, evocada pelos habitantes a partir da igualdade de *status* político na fronteira.

Assim, a sustentabilidade dependeria da transformação de realidades políticas consideradas injustas para se efetivar, apresentando-se como via para a discussão humana que compõe a noção de ambiente. Tal realidade funciona como dispositivo para análise do contexto contemporâneo da fronteira sob o foco do tema de interesse de nossa tese, pois evoca a sustentabilidade enquanto construtora de padrões de convivência humana entre diferentes grupos sociais, com o espaço e os agentes políticos.

É nesta perspectiva mobilizadora que os habitantes da fronteira nos revelam um dos mais interessantes achados de nossa pesquisa: a pujança da Educação Ambiental como força articuladora entre o cotidiano e o desejo de um futuro sustentável. Neste complexo papel, a EA não se apresenta apenas como restrita à educação escolar básica, mas enquanto pedagogia ambiental provocadora de aprendizagens que impulsionam novas leituras e convivências com a natureza. A EA também se revela em nosso campo como potente a partir da articulação dos movimentos locais e da educação popular, expandindo a noção de sustentabilidade à mobilização, articulação e organização civil.

Neste cenário, as instituições educacionais são citadas como fortes provocadoras da introdução da sustentabilidade no contexto transfronteiriço a partir de ações de Educação Ambiental. Nas escolas, destacam-se as diferentes perspectivas pedagógicas, uma vez que o lado brasileiro baseia-se numa sequência de políticas nacionais, estaduais e municipais de Educação Ambiental; enquanto do lado francês são identificadas pedagogias eco-responsáveis ou eco-sustentáveis manifestadas em projetos de diferentes áreas. Em ambas, é flagrante um ponto em comum: a consciência de uma realidade ambientalmente problemática e a atribuição da sustentabilidade ao futuro desejado. Destaca-se também o engajamento das associações de bairro junto às escolas e o papel exercido pelas crianças e jovens, trazendo discussões escolares para discussão do convívio familiar e comunitário.

No Ensino Superior, por sua vez, os projetos educacionais planejados para análise das interações humano-ambientais possuem uma maior aproximação estrutural, salvaguardados sob a criação de um centro franco-brasileiro da biodiversidade (CFBBA). Os resultados, contudo, reverberam para o que já ocorre nas esferas escolares: atribui-se ao futuro a possibilidade de ações mais concretas, ainda precárias na atualidade. Exceção à esta regra é a atuação do Observatório Homem-Meio do Oiapoque (OHM) no qual dezenas de trabalhos bilaterais já foram desenvolvidos nos últimos cinco anos sobre questões da biodiversidade, da territorialidade e da sustentabilidade na fronteira cujos resultados ainda estão em fase de apropriação e debate pela comunidade acadêmica de interesse.

No conjunto dos conceitos de sustentabilidade dos habitantes são evocadas dimensões (espaciais, temporais, temáticas) apontadas para o futuro que, por sua vez, representa diversas categorias analíticas: futuro-recebido (das mudanças externas);

futuro-possibilidade (da evolução dos tempos), futuro-construção (da mobilização do presente). Todas estas categorias se misturam e oscilam no depoimento dos habitantes, dialogando oras com pressupostos políticos de escalas nacionais, oras com articulações populares locais, oras com ambas.

Aspecto interessante e inovador é a evidencia deixada por este campo de pesquisa da relevância da discussão dos conceitos de sustentabilidade para que se possa melhor compreender suas práticas, projetos, contradições, gargalos e oportunidades. Destaca-se ainda a necessidade de novos estudos ambientais em disciplinas como relações internacionais e educação em contextos transfronteiriços, uma vez que tais territórios são fontes férteis para diálogos sobre: relações de poder; escalas políticas ambientais; processos de aprendizagem formal e informal e colaborações entre níveis, agentes e poderes geopolíticos.

A pesquisa é um rio que, assim como o Oiapoque, divide muitas possibilidades, muitas expectativas, muitos sonhos. Nela, navegamos por alguns cursos d'água escolhidos e por outros que descobrimos ao mergulhar. As travessias que aqui expomos são algumas possibilidades dentre as muitas navegações que podem ser feitas entre as águas que separam Amapá e Guiana, pois a pesquisa, assim como a fronteira franco-brasileira, é turbulenta e líquida.

## REFERÊNCIAS

- AB'SABER, Aziz. A. **Amazônia: do discurso à práxis**. São Paulo: EdUSP, 1996.
- AB'SABER, Aziz. **Educação Ambiental**. In: Fórum de Educação Ambiental, Anais, Rio de Janeiro: Gaia, 1994.
- ADAP/AMAPÁ. **Agência de Desenvolvimento do Amapá**. Governo do Amapá – Portal Eletrônico. Disponível em: <[www.adap.ap.gov.br](http://www.adap.ap.gov.br)>. Acesso em: 26 abril 2011.
- AGENDA 21. **Report of the United Nations Conference on Environment and Development**. United Nations, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.un.org/esa/dsd/agenda21/>>. Acesso em: 14 maio 2011.
- ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antonio Carlos. **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- AMARAL, Viviane. **Comunicação e facilitação na rede**. In: ABDEL/SENAC (Org.). Comunicação e facilitação em rede. Seminário Redes de Desenvolvimento. São Paulo, 2006.
- AMARAL, Viviane. **Redes sociais e redes naturais: a dinâmica da vida**, 2004. Disponível em: <[www.rits.org.br/redes](http://www.rits.org.br/redes)>. Acesso em: 20 abril 2010.
- ANODAFRANÇANOBRAZIL. **Portal eletrônico oficial do Ano da França no Brasil**. Disponível em: <[www.anodafrancanobrasil.cultura.gov.br](http://www.anodafrancanobrasil.cultura.gov.br)>. Acesso em: jan. 2012.
- ARBOUSSE-BASTIDE, Paul. **O que o Brasil me ensinou**. Jornal O Estado de São Paulo, p. 22, 16 de setembro de 1984.
- BACON, Francis. **Novo Organum**. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- BACHELARD, Gaston. **La formation de l'esprit scientifique**. Paris: Vrin, 1992.
- BARTHOLO, R.S ; BURSZTYN, M ; LEONARDOS. Science and the ethics to sustainability. In: **Transition to global sustainability: The contributions of Brazilian science**. Ed. Carlos Eduardo Rocha-Miranda, chapter 17. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2000.
- BECKER, B. **Sustainability assessment: a review of values, concepts, and methodological approaches**. Consultative Group on International Agricultural Research. The World Bank, Washington, D.C., USA, 1997.
- BETTENCOUT, L.M.A; KAUR, J. **The evolution and structure of sustainability science**. USA National Academy of Science, 2011.
- BETTENCOUT, L.M.A et al. **Population modeling of the emergence and development of scientific fields**. Scientometrics, 2008.

BIRD, E. **Disciplining the interdisciplinary**: radicalism and the academic curriculum. *British Journal of Sociology of Education*, vol. 22, no. 4, 2001.

BORDAS, M. A. ; MATOS, K. S. L. Cultura de paz e a importância da convivência na construção da educação ambiental. In: MATOS, Kelma. SAMPAIO, José Levi Furtado. **Diálogos em Educação Ambiental**. Coleção Diálogos Intempestivos, nº 114. Fortaleza: edições UFC, 2012.

BOUDOUX D'HAUTEFEUILLE, M. La frontière et ses échelles: les enjeux d'un pont transfrontalier entre la Guyane française et le Brésil. **Revista Cybergéo** : European Journal of Geography. Espace, Société, Territoire. Número 514. Disponível em : <<http://cybergeo.revues.org/23405>>. Acesso em: 15 dez. 2010.

BOUDOUX d'HAUTEFEUILLE, M. **Entre marge et interface**: recompositions territoriales à la frontière franco-brésilienne (Guyane/Amapá). 2012. 286 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Université des Antilles et de la Guyane, Caiena, 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Plano Amazônia Sustentável** – Diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Brasília: Comitê Interministerial/Gabinete da Presidência da República, 2008.

BRASIL. Ambassade du Brésil en France. **Le Brésil en condensé**. Paris : Ambassade du Brésil. Paris: AmbaFrance, 2002.

BRASIL/FRANÇA. Acordo bilateral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa. **Protocolo de cooperação entre o governo da República da França e o governo da República Federativa do Brasil para o desenvolvimento sustentável**. Brasília, 2008a.

BRASIL/FRANÇA. Acordo bilateral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa. **Declaração Conjunta de cooperação bilateral entre o Brasil e a França para a zona da fronteira Amapá-Guiana**. Saint Georges de l'Oyapoque, 2008b.

BRASIL/FRANÇA. Acordo bilateral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa. **Declaração conjunta de cooperação transfronteiriça França-Brasil**. Saint Georges de l'Oyapoque, 2006.

BRONOWSKI, J. **The common sense of science**. Cambridge: Harvard University Press, 1978.

BRUNDTLAND. **Our common future**. Oxford: Oxford university press, 1987.

BRUNEL, Sylvie. **A qui profite le développement durable ?** Paris: Larousse, 2008.

BURSZTYN, Marcel. Amazonie brésilienne, bilan de 40 ans de politiques... et défis pour les 40 ans à venir. In: TOURRAND, Jean-François (org.). **L'Amazonie, un demi-siècle après la colonisation**. Versailles: Éditions Quae, 2010.

BURSZTYN, Marcel. **Sustainability Science and the University: Towards Interdisciplinarity**. Graduate Student and Research Fellow Working Paper. No. 24, February 2008. Center for International Development. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2008.

BURSZTYN, Marcel. Meio ambiente e interdisciplinaridade: desafios ao mundo acadêmico. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba -UFPR, vol. 10, no. 2, p. 67–76, 2005.

CALLADO, Ana Arruda. História e ficção na França Antártica. **Revista História**, São Paulo, vol.27, n.1, p. 135-141, 2008.

CAPRA, Frijot. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 1996.

CAPRA, Frijot. **As conexões ocultas** - Ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2002.

CARELLI, Mario ; THÉRY, Hervé ; ZANTMAN , Alain. **France-Brésil : bilan pour une relance**. Paris: Editions Entente, 1987.

CARELLI, Mario. **Cultures croisées**: histoire des échanges culturels entre la France et le Brésil de la Découverte aux Temps modernes. Paris: Nathan, 1993.

CARELLI, Mario. Interactions culturelles franco-brésiliennes. In: CARELLI, Mario; THÉRY, Hervé; ZANTMAN , Alain. **France-Brésil: bilan pour une relance**. Paris: Editions Entente, 1987.

CARVALHO, Isabel. **Educação Ambiental**: a formação do sujeito ecológico. 4ª Edição. São Paulo: Cortez, 2008.

CASH, D.W; CLARK, W.C; ALCOCK, F; DICKSON, N.M.; ECKLEY, N; GUSTON, D.H; JAËGER, J. e MITCHELL, R. B. **Knowledge Systems for sustainable development**. Livro da Coleção PNAS, vol. 100, n. 14. Cambridge, MA: Harvard Press, 2013.

CASTELLS, Manoel. **Sociedade em rede**. São Paulo: Cultrix, 1999.

CENDOTEC. **Centro Franco-Brasileiro de Documentação Técnica e Científica** – Portal Eletrônico. Disponível em: <[www.cendotec.org.br](http://www.cendotec.org.br)>. Acesso em: 18 jun. 2011.

CERVO, Amado Luiz. O final do século XX e o início do século XXI: dificuldades para construção de uma ordem global. In: SARAIVA, José Flávio Sombra (org). **História das Relações Internacionais Contemporâneas** – da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz. A ação internacional do Brasil em um mundo em transformação: conceitos, objetivos e resultados. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antonio Carlos. **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas** – volume 1. São Paulo: Saraiva, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre universidade**. São Paulo: UNESP, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia**. São Paulo: Cortez, 1990.

CLARK, William. **From Earth Transformed to Sustainability Science**. Geller Lecture at the Earth as Transformed by Human Action Conference. Worcester –MA: Clark University, 2013.

CLARK, William C. Sustainability science: It's origins, evolution and challenges. In: IIASA 40th ANNIVERSARY CONFERENCE. **Worlds within Reach: From Science to Policy**. Laxenburg, Austria. Lecture given October 26, 2012.

CLARK, William C. **Sustainability science**: a room of its own. Proceedings of the National Academy of Sciences. Cambridge – MA: Harvard University, 2007.

CLARK, William C.; TOMICH, Thomas; VAN NOORDWIJK, Meine; DICKSON, Nancy M.; CATA CUTAN, Delia; GUSTON, David; McNIE, Elizabeth. **Toward a General Theory of Boundary Work**: Insights from the CGIAR's Natural Resource Management Programs. Working Paper, n. 199. Cambridge – MA: Harvard University, 2010.

CLARK, William C. Sustainable development and sustainability science. In: CLARK, William C. **Report from Toward a Science of Sustainability**. Cambridge, MA: Sustainability Science Program, Center for International Development, Harvard University, 2010.

CLARK, William C. 12 Questions to William C. Clark. **Revista GAIA** - Ecological Perspectives for Science and Society, n. 15, p. 168-169, 2006.

CLARK, William C. and DICKSON, Nancy. **Sustainability science**: The emerging research paradigm. Cambridge-MA: proceedings of the National Academy of Sciences, 2003.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. **Revista Geographia**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, Niterói, nº 2, p.7-26, 1999.

COY, Martin. Développement Régional à la périphérie Amazonienne : organisation de l'espace, conflits d'intérêts et programmes d'aménagement. **Revista Cahier des Sciences Humaines**, Paris, n. 3, p. 22-27, 1986.

DE LA BLACHE, P. V. Les genres de vie dans la géographie humaine. **Revista Annales de Géographie**, Paris, v. 20, n. 112. p.289-304, 1911.

DEAL/GRET. Rapport de mission technique des professionnels du développement solidaire. **Mission d'étude des dynamiques actuelles des quartiers Savane, Onozo, route de la Lagune à Saint-Georges de l'Oyapock**. Coordination : Colombier, Renaud ; Deluc, Béangère ; Rachmuhl, Virginie. Saint-Georges de l'Oyapock : GRET, 2012.



- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **O que é a Filosofia?** Rio de Janeiro: editora 34, 1992.
- DELEUZE, Gilles, PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.
- DENZIN, N. K; LINCOLN, Y. S. **Handbook of Qualitative Research**. Thousand Oaks: Sage, 1994.
- DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. **Strategies of Qualitative Research**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2012.
- DIEGUES, Antônio Carlos. **Povos e Mares**. São Paulo: NAUPAUB/ USP, 1995.
- DIEGUES, A. C. **O mito da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 2004.
- DONATO, Hermani. **Dicionário das Batalhas Brasileiras**. 2ª. Edição. São Paulo: IBRASA, 1996.
- DROULERS, Martine. **Brésil: une Géohistoire**. Paris : PUF, 2001
- DROULERS, Martine ; COMPAGNON, Olivier. Le Brésil et la France au XXème siècle. **Revista Cahier des Amériques Latines**, Paris, n° 48/49 (Brésil-Brésils), 2006.
- DURAMAZZ, **Projet Déterminants du Développement Durable en Amazonie**. Agence National de la Recherche – Document Scientifique. Paris: ANR, 2011
- DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Tout empire périra** – une vision théorique des relations internationales. Paris: Sorbonne, 1981.
- DUTOT, S. **France et Brésil**. Paris: Guillaumin, 1857.
- ELMALAN, Serge. **Nicolas de Villegaignon ou l'Utopie tropicale**. Préface de Jean-Christophe Rufin. Éd. Favre, 2002.
- ESTADO DO AMAPÁ. **Portal eletrônico do Governo do Estado do Amapá**. Disponível em: <www.amapa.gov.br>. Acesso em: 11 fev. 2012.
- FIGUEIREDO, J. B. **Educação ambiental dialógica e representações sociais da água em uma cultura sertaneja nordestina**: uma contribuição à consciência ambiental em Irauçuba (CE), Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) – Universidade Federal de São Carlos ( UFSCAR), São Carlos, 2003.
- FOUCAULT, M. **Les mots et les choses**. Paris: Gallimard, 1990.
- FRANÇA. **Portal eletrônico da Embaixada da França no Brasil** – Serviço de cooperação e de ação cultural. Disponível em: <http://ambafrance.org.br>. Acesso em: 19 ago. 2009.

FRANÇA FLASH. Ministros conversam sobre cooperação. **Revista França Flash**, Periódico do Centro Franco Brasileiro de Documentação Técnica e Científica, São Paulo, nº 39 – trimestre jul/ago/set 2004.

FRANCA, Jean Marcel Carvalho. A França Antártica e a criação de padrões narrativos sobre o Brasil e os brasileiros. **Revista História**. São Paulo, vol.27, n.1, p. 15-27, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 42<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 3<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GADELHA, S. **Subjetividade e minoridade**. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desportos, 1998.

GALLO, Silvio. **Deleuze & a Educação**. Coleção Pensadores & Educação, nº 3. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GAFFAREL, Paul Louis Jacques. **Histoire du Brésil français au seizième siècle**. Paris: Maison Neuve, 1878.

GAUTHIER, Jacques. **Sociopoética**: encontro entre arte, ciência e democracia na Pesquisa em ciências humanas e sociais, enfermagem e educação. Rio de Janeiro: Editora Escola Anna Nery/UFRJ, 1999.

GIRAULT, René; FRANK, Robert. **Relations internationales contemporaines**. t.1. Paris: Masson, 1985.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

GONSALVES, Elisa. Desfazendo nós: Educação e autopoiese. In: Gonsalves, Elisa. **Educação e grupos populares: temas (re)correntes**. Campinas-SP: Ed. Alínea, 2002.

GRANGER, Stéphane. Guiana francesa, um território europeu e caribenho em via de “sul-americanização”? **Revista Confins**. São Paulo, n. 4, p. 80-89, 2008. Disponível em: <<http://confins.revues.org/5003>>. Acesso em: 22 nov. 2012.

GRENAND Françoise. Enjeux de territoire sur une frontière méconnue. **Revista Confins**. São Paulo, n. 16, 2012. Disponível em: <<http://confins.revues.org/5003>>. Acesso em: 22 nov. 2012.

GREISSING Ana; NAZUTI Stéphanie. La perception du développement durable. In: LE TOURNEAU, François-Michel; DROULERS, Martine (Orgs). **L’Amazonie Brésilienne et développement durable**. Paris: Édition Belin, 2010.

GUERRA *et al.* As redes no espelho: conceitos e práticas da cultura de redes de Educação Ambiental. In: REBEA. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**. Periódico da Rede Brasileira de Educação Ambiental, Brasília, n.3, 2008.

GUICHARNAUD-TOLLIS, Michèle ; UHALDEBORDE, Jean-Michel. **Regards croisés entre la France et le Brésil**. Paris: l'Harmattan DL/ Université de Pau et des Pays de l'Adour, 2008.

GÜNTHER, Hartmut. A questão ambiental no Campo Interdisciplinar de Conhecimento. In: **Revista de Psicologia da Universidade de São Paulo**, São Paulo, n. 16, p. 179-183, 2005.

GUYANE/Assemblée des députés. **Lettre ouverte au président de la république, statut frontalier**. Caiena: Assemblée députés de Guyane, 2012.

GUYANE/Syndicat des Jeunes Agriculteurs. **Guide de l'agriculteur guyanais**. Réalisé par Syndicat des Jeunes Agriculteurs de Guyane et Agence de Services et de Paiement. Caiena: Syndicat des Jeunes Agriculteurs de Guyane, 2012.

HADAD, Fernando. Présentation. In: MARTINS, Benedito Martins (org). **Dialogues entre le Brésil et la France**: formation et coopération académique. Recife: FJN/Massangana, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global**, dilemas da região e da regionalização na Geografia Contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HIGUSHI, M. & KUHNEN, A. Percepção e Representação Ambiental – métodos e técnicas de intervenção para Educação Ambiental. In: PINHEIRO, José de Queiroz; GÜNTHER, Hartmut (org.). **Métodos de Pesquisa nos Estudos Pessoa-Ambiente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

HUBERT, B. Sustainable development; think forward and act now: Agriculture and sustainable development. The stakes of knowledge and research attitudes. **Revista Dossiers de l'environnement de l'Inra**, Montpellier, n. 22, p. 41-56, 2002.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, dados estatísticos e cartográficos do censo demográfico 2010. Disponível: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso: 17 dez. 2010.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, dados dos indicadores do desenvolvimento sustentável na base de Geografia e Estatística 2011. Disponível: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso: 15 jan. 2012.

INGOLD, T. Culture and the perception of the environment. In: CROLL e PARKIN (orgs). **Bush Dase – forest farm**. London: Routledge, 1992.

INSEE. **Institut national de la Statistique et des études économiques**, données statistiques 2010. Disponível em: < [www.insee.fr](http://www.insee.fr) >. Acesso em: 29 jan. 2013.

INTERNATIONAL COUNCIL FOR SCIENCE. **Science and Technology for Sustainable Development**. Paris: Int. Council for Science, 2002. Disponível em: <[www.icsu.org\\_Library\\_WSSD-Rep\\_Vol9.pdf](http://www.icsu.org_Library_WSSD-Rep_Vol9.pdf) >. Acesso em: 17 fev. 2012.

IUCNR/ International Union for Conservation of Nature and Natural Resources *et al.* **World Conservation Strategy: Living Resource Conservation for Sustainable Development** International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources. Gland- Switzerland: IUCNR, 1980.

KATES, Robert W. **From the Unity of Nature to Sustainability Science: Ideas and Practice.** Working Paper n. 218. Cambridge, MA: Harvard University/ Center for International Development, 2011.

KATES, Robert W. **Readings in Sustainability Science and Technology.** Working Paper n. 213. Cambridge, MA: Harvard University/ Center for International Development, 2010.

KATES, Robert W.; PARRIS, Thomas M.; LEISEROWITZ, Anthony A. What is Sustainable Development? Goals, indicators, values, and practice. **Revista Environment**, n. 47, p. 8-21, 2005.

KATES, Robert; CLARK, William *et al.* 2001. Sustainability Science. **Revista Science**, n. 292, p. 641-2, 2001.

KECHICHIAN, Melissa; TERZIAN, Françoise. **A presença francesa no Brasil.** Rio de Janeiro: CCFB, 2009.

KOHLER, Florent. **Globalization in the brazilian amazon region: conflicting answers from “quilombo” communities.** New knowledges in a new era of globalization, 2009.

KUHN, T. S. **The Structure of Scientific Revolutions.** 2a Ed. Chicago: University of Chicago Press, 1970.

KUHNEN, Ariane. Meio-ambiente e vulnerabilidade: a percepção ambiental de risco e o comportamento humano. **Revista de Geografia.** Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, v. 18, n. 2, 2009.

KUHNEN, Ariane. Sociedade e meio-ambiente – criação de sentido na interação entre a pessoa e seus espaços de vida. **Revista Olam Ciência e Tecnologia**, Rio Claro, v. 1, p. 62-76, 2001.

KUMAR, Krishan. **Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna – novas teorias sobre o mundo contemporâneo.** Tradução, Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LAVAUUR, Jean-Marc; MEDEIROS, João Luiz. **Réalités françaises et brésiliennes.** Montpellier: Presses de l’Université Paul-Valéry-Montpellier, 2005.

LE TOURNEAU, François-Michel. Expédition Mapaoni. L'art de dépasser les frontières. Entretien, Zoom Sur. **Lettre d'information de l'InSHS du CNRS**, n. 15, p. 9-13, 2012b. Disponível em: <[http://www.cnrs.fr/inshs/Lettres-information-INSHS/lettre\\_infoINSHS\\_15.pdf](http://www.cnrs.fr/inshs/Lettres-information-INSHS/lettre_infoINSHS_15.pdf)>. Acesso em: 21 fev. 2011.

LE TOURNEAU François-Michel. **Le Jari**, géohistoire d'un grand fleuve amazonien. Rennes : presses universitaires de Rennes, 2012.

LE TOURNEAU, F. M.; DROULERS, M. **Amazonie brésilienne et développement durable**. Paris: Belin, 2010.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LEFF, Enrique. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. **Revista Educação e Realidade**, São Paulo, n. 34, p. 17-24, 2009.

LEFF, Enrique. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. **Revista Olhar de professor**. Ponta Grossa, n. 14, p. 309-335, 2011.

LESSA, Antonio Carlos. Ciência e Tecnologia nas Relações Brasil-França (1967-2001). **Anuário Brasil-Europa 2001**: relações de cooperação em ciência e tecnologia. 1ª Edição, p. 103-113. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2002.

LESSA, Antonio C. O sistema político francês contemporâneo: em busca da normalidade. **França: Visões Brasileiras**. 1ª ed. Brasília : Ministério das Relações Exteriores/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2004.

LESTRINGANT, Frank. La mémoire de la France Antarctique. **Revista História**. São Paulo, vol.27, n.1, p. 101-133, 2008.

LESTRINGANT, Frank. **Portugais et Français au Brésil** : les étapes de la méconnaissance de l'autre (1500-1615). Lisboa, 1985.

LESTRINGANT, Frank. La «France antarctique» et la cartographie prémonitoire d'André Thevet (1516-1592). **Revista Mappemonde**, Paris, Vol. 12, p.2, 1988.

LEWIN, André. Les années France-Brésil, projet conventionnel ou nouveau mode de relations internationales? **Revista Pensée**, Paris, v. 32, 1996.

LEZY Emmanuel. **Guyane-Guyanes**. Paris : Belin, 2000.

LIBÂNIO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1998.

LOUETTE, Anne. **Gestão do Conhecimento** – compêndio para sustentabilidade. MKBooks, 2008.

LOURAU, René. **Les clés des champs - une introduction à l'analyse institutionnelle**. Paris: Anthropos, 1990.

LUSSEAU, Michel ; LEVY, Jacques. Mondialisation, périurbanisation et urbanité. In: CONFÉRENCE MONDIALISATIONS, organisée par Cynthia Ghorra-Gobin. **Palestras...** Paris: École Normale Supérieure –Ulm, 2013.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. 5. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

MACHADO, Lia O. Limites, fronteiras e redes. In: STROHAECKER, Tânia M. *et al.* **Revista Fronteiras e Espaço Global**, Porto Alegre, AGB, n. 1, p.41-49, 1998.

MACHADO, Lia Osório; STEIMAN, Rebeca. Limites e fronteiras internacionais: uma discussão histórico-geográfica. **ACD UFRJ**, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://acd.ufrj.br/fronteiras/pdf/REBECALIADiscBibliog.pdf>> . Acesso em: 17 jan. 2010.

MACHADO, Lia Osório. Ciência, tecnologia e desenvolvimento regional na faixa de fronteira do Brasil. In: XI CONGRESSO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. **Comunicação...** Brasília: Ministério de Ciência e Tecnologia, 2005. Disponível em: <<http://www.cgee.org.br/cncti3/Documentos>>. Acesso em: 11 set. 2010.

MARCHAND, G; LE TOURNEAU, F. M. Système IDuramaz. In: LE TOURNEAU, F. M.; DROULERS, M. **Amazonie brésilienne et développement durable**. Paris : Belin, 2010.

MARCUSE, Hebert. **A ideologia da Sociedade Industrial** – O homem unidimensional. São Paulo, 1974.

MARINA SILVA. Histórias da floresta, da vida e do mundo. In: VIANA, G; SILVA, M; DINIZ, N. **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

MARIZ, Vasco. Villegagnon: herói ou vilão? **Revista História**. São Paulo, vol.27, n.1, p. 51-75, 2008.

MARIZ, Vasco; PROVENÇAL, Lucien. **Villegagnon e a França Antártica: uma reavaliação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Biblioteca do Exército Editora, 2001.

MARTINIÈRE, Guy. **France-Brésil** - vingt-ans de coopération, science et technologie. Paris, 1989.

MARTINIÈRE, Guy. **Aspects de la coopération franco-brésilienne: transplantation culturelle et stratégie de la modernité**. Paris: PUG/ Maison des sciences de l'homme, 1982.

MARTINS, Carlos Benedito Martins (org). **Dialogues entre le Brésil et la France**, formation et coopération académique. Recife: FJN/Massangana, 2005.

MATEO; RODRIGUES, J. M.; SILVA, E. V. La Educación Ambiental como instrumento de la liberación: la experiencia de los países de l'ALBA. In: MATOS, K. S. A. L. (org). **Educación Ambiental e Sustentabilidade III**. Coleção Diálogos Intempestivos, nº 113. Fortaleza: edições UFC, 2011.

MATOS, Kelma S. A. L., **Educación Ambiental e Sustentabilidade IV**. Coleção Diálogos Intempestivos, nº 156. Fortaleza: edições UFC, 2013.

MATOS, Kelma S. A. L., **Educação Ambiental e Sustentabilidade III**. Coleção Diálogos Intempestivos, nº 113. Fortaleza: edições UFC, 2011.

MATOS, Kelma S. L. **Nas trilhas da experiência**: a memória, a crise e o saber do movimento popular. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 1998.

MATOS, Kelma S. A. L. **Juventude e Escola**: desvendando teias de significados entre encontros e desencontros: olhares que se entrecruzam. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001.

MATOS, Kelma. SAMPAIO, José Levi Furtado. **Diálogos em Educação Ambiental**. Coleção Diálogos Intempestivos, nº 114. Fortaleza: edições UFC, 2012.

MATURANA, H.; VARELA, F. **The tree of knowledge**. Boston: Shambhala, 1987.

MCGINNIS, Michael. **An introduction to IAD and the language of the Ostrom Workshop**. Indiana University, 2010.

MELLO-THÉRY, Neli. **Amazonie**: l'État, les terres publiques et les conflits. Livre Docência (Université de Rennes), Rennes-França, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli. **Políticas públicas territoriais na Amazônia brasileira**: conflitos entre conservação ambiental e desenvolvimento. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo/Paris-Oueste-Nanterre-La Défense, São Paulo/Paris, 2002.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. Les Politiques Publiques de Developpement Durable. In: LE TOURNAU, François-Michel; DROULERS, Martine (org). **L'Amazonie Brésilienne et développement durable**. Paris: Édition Belin, 2010.

MELLO; Neli Aparecida; VAN TILBEURGH, Véronique. A proteção da floresta amazônica: políticas de Estado, percepção dos atores e gestão dos espaços locais. VIII ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE. **Espaço e tempo**: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico, Curitiba, 2009.

MERIDIANO 47. Boletim do IBRI. **Análise de conjuntura em Relações Internacionais**. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Disponível em: <[www.ibri-rbpi.org.br](http://www.ibri-rbpi.org.br)>. Acesso em: 05 maio 2009.

MINAYO, M. C. S (Org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 25. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

MMA/BRASIL. Ministério do Meio-Ambiente/ República Federativa do Brasil. **Educação Ambiental** – documentos e legislação. Brasília: MMA, 2001.

MMA/BRASIL. Ministério do Meio-Ambiente/ República Federativa do Brasil. **Legislação Ambiental**. Disponível em <[www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)>. Acesso em: 05 maio 2011.

- MOLLAT DU JOURDIN, Michel. **Premières relations entre la France et le Brésil:** des Verrazani à Villegaignon. Paris : IHEAL, 1964.
- MONBEIG Pierre. **Novos estudos de Geografia humana brasileira.** São Paulo : difusão européia do livro, 1957.
- MONBEIG, 1952. **Pionniers et planteurs de l'État de São Paulo.** Paris: Librairie Armand Colin, 1952, 376 p.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil.** São Paulo: Anna Blume, 2005.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases da Formação Territorial do Brasil:** o território colonial brasileiro no longo século XVI. São Paulo: HUCITEC, 2000.
- MORIN, Edgard. **Saberes globais e saberes locais – o olhar transdisciplinar.** Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- MORIN, E. **O método, vida da vida.** Cintra: Europa-América, 1980.
- MOSER, Gabriel. Estudos Pessoa-Ambiente: que tipo de colaboração multidisciplinar? **Revista de Psicologia**, Universidade de São Paulo, v. 16, p. 131-140, 2005.
- NONAKA, I. & TAKEUCHI, H. **The Knowledge-Creating Company.** Oxford: OUP, 1997.
- NONATO JÚNIOR, R; MATOS, K. S. A. L; LE TOURNEAU, F. M. Concepções de sustentabilidade na Amazônica franco-brasileira. In: MATOS, Kelma S. A. L., **Educação Ambiental e Sustentabilidade IV.** Coleção Diálogos Intempestivos, nº 156. Fortaleza: edições UFC, 2013.
- ONU/UNESCO. **Organização das Nações Unidas.** Relatório da crise ambiental, 1985. Disponível em <[www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)>. Acesso em: 07 julho 2011.
- OSTROM, Eline. Background on IAD framework. **The Policy Studies Journal**, Indiana – Estados Unidos, vol. 39, n. 1, 2011.
- PETIT, Sandra H. Sociopoética: potencializando a dimensão poética da pesquisa. In: MATOS, Kelma Socorro Lopes de e VASCONCELOS, J. Gerardo. **Registros de pesquisas na educação.** Coleção Diálogos Intempestivos: UFC, 2002.
- PETIT, Sandra Haydée e SOARES, Rosileide de Maria Silva. **Mapeando novos territórios acerca do modelo conscientizador da EP – na busca de alternativas.** ANPED, 2000.
- PINHEIRO, José de Queiroz; GÜNTHER, Hartmut. **Métodos de Pesquisa nos Estudos Pessoa-Ambiente** (org.). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.
- PINHEIRO et al. Observando a interação pessoa-ambiente: vestígios ambientais e mapeamento comportamental. In: PINHEIRO, José de Queiroz; GÜNTHER, Hartmut.



**Métodos de Pesquisa nos Estudos Pessoa-Ambiente** (org.). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

POLICE, Gerard. **Eudorado**: o discurso brasileiro sobre a Guiana Francesa. Caiena: UAG, 2011.

RAMINELLI, Ronald José. Escritos, imagens e artefatos: ou a viagem de Thevet à França Antártica. **Revista História**. São Paulo, vol.27, n.1, p. 195-212, 2008.

REIGOTA. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RENOUVIN, Pierre (Org). **Histoires des relations internationales**. Paris: Hachette, 1994.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLES, Jean-Baptiste. **Introduction à l'histoire des relations internationales**. Paris : Armand Colin Editeur, 1991.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (Org). **Idéias de Europa**: que fronteiras? Coleção Estudos sobre a Europa. Coimbra: Quarteto Editora, 2004.

RIUS, Mireille. **Saint-Georges de l'Oyapock, un méso-tope en mutation**. Publication AUDEG – Agence d'Urbanisme et Développement de la Guyane/ série « Territoires », 2011.

SACHS, Ignacy. **Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

SAINT-GEORGES DE L'OYAPOCK. **Liste des associations de Saint-Georges de l'Oyapock**. Réalisé par *Mairie de la municipalité*, 2013.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Leçons de botanique comprenant principalement la morphologie végétale**. Paris: J-P Loss, 1840.

SALES, Ivandro da Costa. Educação Popular: uma perspectiva, um modo de atuar (alimentando um debate). In: SCOCUGLIA, Afonso Celso e MELO NETO, José Franciso de (orgs). **Educação Popular** – outros caminhos. João Pessoa: Ed UFPb, 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. Paris, l'Harmatan, 1997.

SANTOS, Elisabeth da Conceição. **Geografia e Educação Ambiental**: reflexões epistemológicas. Manaus: UFAM, 2009.

SARAIVA, José Flávio Sombra (org). **História das Relações Internacionais Contemporâneas**: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008.

SARAIVA, José Flávio Sombra (org). **Relações Internacionais**: dois séculos de história. Brasília: IBRI, 2001.

SARAIVA, Miriam Gomes. **As relações Brasil-Europa de 1990 a 2004**: entre o inter-regionalismo e o bilateralismo. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antonio Carlos. *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas – volume 1*. São Paulo: Saraiva, 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras**: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: HICITEC, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.

SCIENCE REVUE. Dealing with data, challenges and opportunities. Introduction. *Revista Science*, n. 331, p. 692–693, 2011.

SCHMIDT, B. V; MARTINS, C. B. L'accord CAPES/COFECUB dans le contexte du troisième cycle brésilien. In: MARTINS, Benedito Martins (org). **Dialogues entre le Brésil et la France**, formation et coopération académique. Recife: FJN/Massangana, 2005.

SDD/INSEE. **Stratégie de Développement Durable en France**, données de l'Institut National de Statistique et Économie. Disponível em : <[www.insee.fr](http://www.insee.fr)>. Acesso em: 05 abril 2011.

SDD/GUYANE. **Stratégie de Développement Durable en Guyane**, données de l'Institut National de Statistique et Économie. Disponível em : <[www.insee.fr](http://www.insee.fr)>. Acesso em: 05 abril 2011.

SERGES Dorothée. **Insertions économiques des migrantes brésiliennes en Guyane Française**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Centre de recherche et documentation des Amériques, Université Paris 3, Paris, 2011.

SERRES, Michel. **O contrato natural**. São Paulo: Nova Fronteira, 1991.

SILVA G. V.; RÜCKERT, A. A fronteira Brasil-França. *Revista Confins*, São Paulo, n. 7, 2009. Disponível em : <<http://confins.revues.org/6040>>. Acesso em: 17 nov. 2011.

SILVA, G. V. **A cooperação transfronteiriça entre Brasil e França**: ensaios e expectativas neste século XXI. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

TAVARES, Aurélio de Lyra. **Regard sur 5 siècles France-Brésil**. Paris : Agence de communication internationale, 1973.

TERZIAN, Françoise. **A presença francesa no Brasil**. Rio de Janeiro: CCFB, 2009.

THÉRY, Hervé. Territoire et institutions : une originalité forgée sous des regards lointains. In : CARELLI, Mario ; THÉRY, Hervé ; ZANTMAN , Alain. **France-Brésil : bilan pour une relance**. Paris : Editions Entente, 1987.

THÉRY, Hervé. **Le Brésil**, une nation pleine des ressources. Ramses 99. Paris, Institut français des relations internationales, 1998.

THÉRY, Hervé. France-Brésil: un pont géopolitique. **Revista Diploweb**. São Paulo, 2011. Disponível em: <[www.diploweb.com/spip.php?article799](http://www.diploweb.com/spip.php?article799)>. Acesso em: 20 jun 2011.

THÉRY, Hervé. L'Amazonie, un espace immense, divers et en pleine évolution, au coeur du continent, *in* Jean-François TOURRAND et *al.* **L'Amazonie, un demi-siècle après la colonisation**. Versailles : Éditions Quae, 2010.

THÉRY, Hervé. Des cartes pour mieux connaître l'Amazonie. **Revista Ecodécision environment and policy magazine**, Montréal-CA, n. 14, 1994.

THÉRY, Hervé ; DROULERS, Martine. **Pierre Monbeig**, un géographe pionnier. col. « Travaux et Mémoires ». Paris : IHEAL, 1991.

THÉRY, Hervé; MELLO. Neli Aparecida. **Atlas do Brasil** – disparidades e dinâmicas do território. São Paulo: EDUSP, 2009.

TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. Introdução ao dossiê: França Antártica. **Revista História**. São Paulo, vol.27, n.1, 2008.

TOURRAND, Jean-François et al. **L'Amazonie**, un demi-siècle après la colonisation. Versailles : Éditions Quae, 2010.

TROTTEIN, Séverine. Piel, Jean (dir.). **La découverte du Brésil par la France au XVIe siècle**. 143 f., ill. ; 29,5 cm. Mémoire (maîtrise) : histoire 1996.

UNIÃO EUROPÉIA. **Programme Opérationnel Amazonie**, 2011.

UNGER, Nancy. **Da foz à nascente**: o recado do rio. São Paulo: Cortez, 2002.

VALLA, Victor. **Saúde e Educação**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1998.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável** – desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VIANA, G; SILVA, M; DINIZ, N. **O desafio da sustentabilidade**: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

VIEIRA, Alberto. **As ilhas, as rotas oceânicas, os descobrimentos e o Brasil**. Funchal-Centro de Estudos de História do Atlântico. Madeira (Portugal): Biblioteca Digital, 2000. Disponível em <<http://www.madeiraedu.pt/Portals/31/CEHA/bdigital/brasil-av.pdf>>. Acesso em: 14 de out. 2011.

WHEWELL, W. **Philosophy of the inductive sciences, founded upon their history.** London: John W. Parker, 1849

WILSON, E. O. **Consilience, the unity of knowledge.** New York: Alfred A. Knopf, 1998.

WORLD's Scientific Academies. Transition to Sustainability in the 21st Century: The Contribution of Science and Technology. **Statement of the World's Scientific Academies**, Tóquio - Japão, 2000.